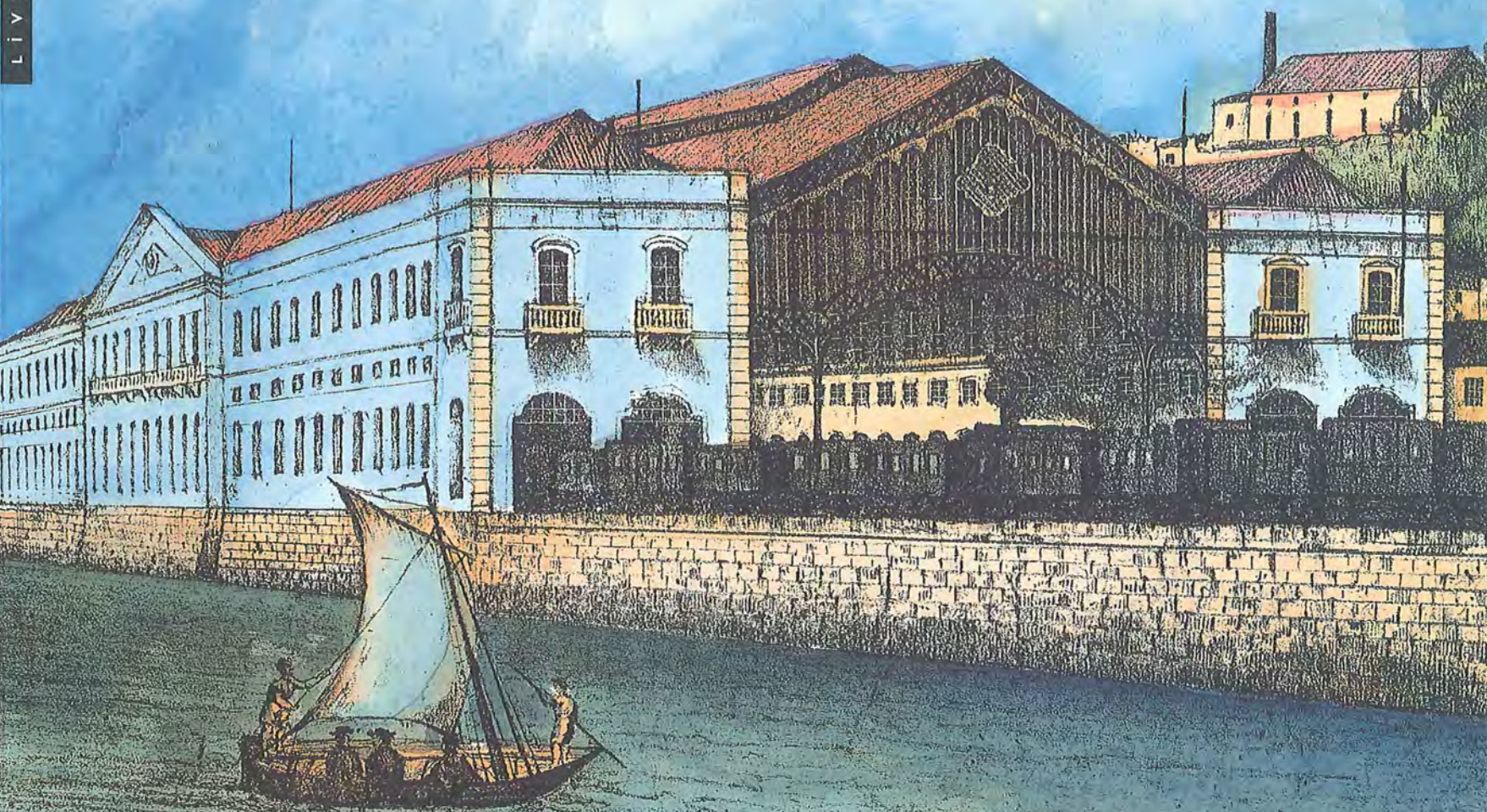
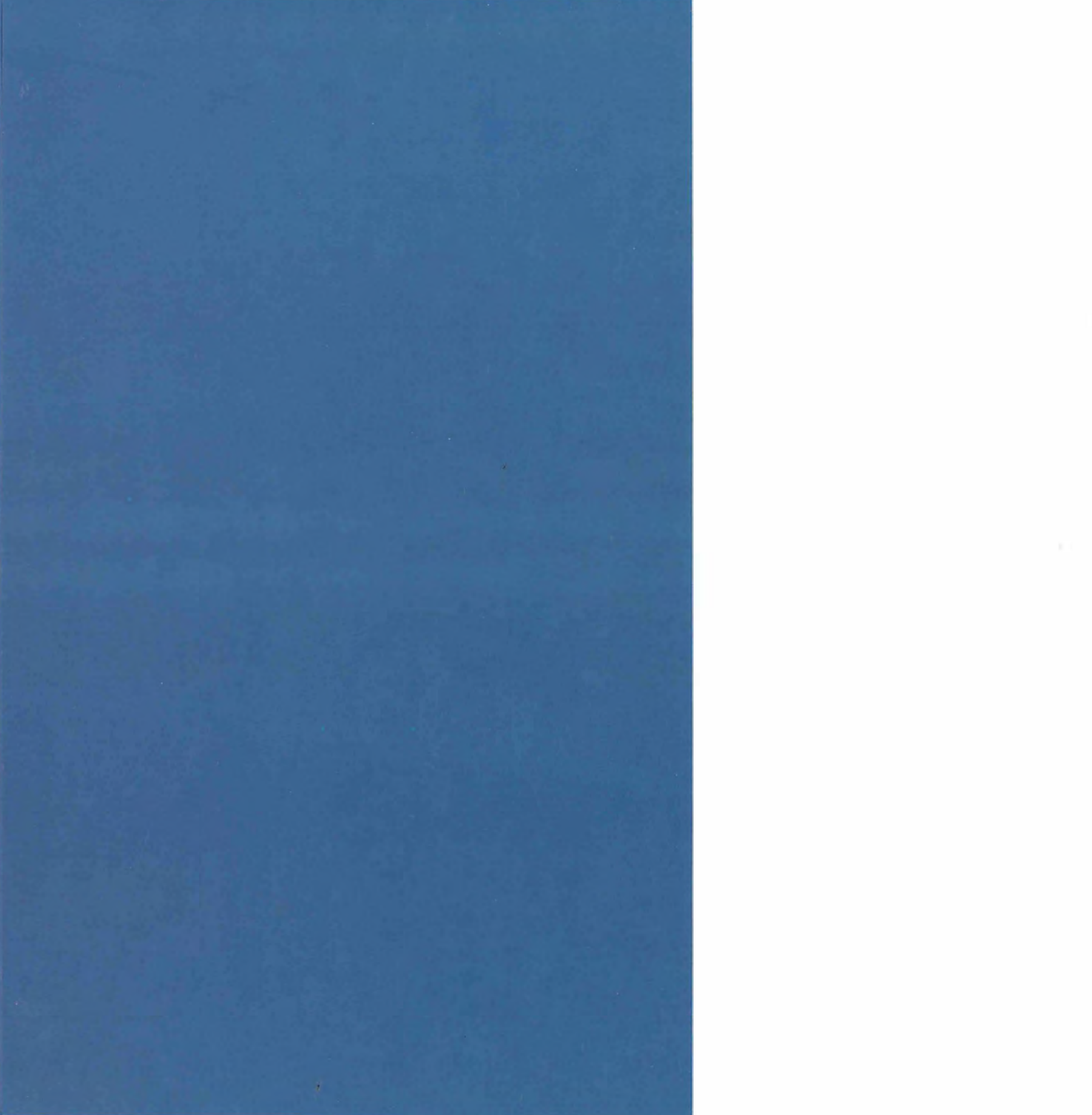




CAMINHO DO ORIENTE

GUIA HISTÓRICO • I

JOSÉ SARMENTO DE MATOS • JORGE FERREIRA PAULO



CAMINHO DO ORIENTE

G U I A H I S T Ó R I C O • I

CAMINHO DO ORIENTE

GUIA HISTÓRICO • I

JOSÉ SARMENTO DE MATOS • JORGE FERREIRA PAULO

GUIAS DO CAMINHO DO ORIENTE

COORDENAÇÃO GERAL

José Sarmento de Matos

GUIA HISTÓRICO

(2 volumes)

José Sarmento de Matos

Jorge Ferreira Paulo

GUIA DO AZULEJO

Luísa Arruda

GUIA DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Deolinda Folgado

Jorge Custódio

GUIA DO OLHAR

Ricardo Martins

Diane Gazeau

Paulo Pascoal

Dulce Fernandes

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

António Sacchetti

DIRECÇÃO GRÁFICA

José Teófilo Duarte

REVISÃO

Fernando Milheiro

PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA

Fernanda Quendera

© DESTA EDIÇÃO

Livros Horizonte, 1999

SELECÇÕES DE COR

Policor

IMPRESSÃO

Printer

ISBN

972-24-1057-1

DEPÓSITO LEGAL

131211/99

Março 1999

OUTROS CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Arquivo Nacional de Fotografia

CAMINHO DO ORIENTE

GUIA HISTÓRICO • I

JOSÉ SARMENTO DE MATOS

JORGE FERREIRA PAULO



CAMINHO
DO ORIENTE



Livros
Horizonte

Lisboa é uma cidade com múltiplas vivências. O percurso de uma história feita ao longo de muitos séculos marcou a cultura e a imagem da cidade, que é, no seu conjunto, um objecto patrimonial rico. Para além do valor inequívoco das muitas singularidades que marcam cada um dos seus edifícios e espaços, é a ambiência do cenário total que torna esta cidade um objecto notável, uma obra de arte onde o natural e o social se interpenetram. Esta é uma evidência com que nos deparamos em praticamente todas as zonas, desde os bairros que formam o centro histórico antigo, as áreas que de periféricas se tornaram centrais e trouxeram à cidade um perfil próprio, acrescentando novas referências à memória já rica e diversificada. Esta última situação é bem característica da coroa norte e das frentes ribeirinhas oriental e ocidental que, no século XIX se inseriram no novo perímetro urbano então ampliado, trazendo as raízes de uma existência mais antiga e passando a incorporar os testemunhos da então florescente industrialização. É esta história que Lisboa preserva no cenário urbano continuamente vivido e apropriado ao longo dos tempos. A cidade é, sem dúvida, um excelente testemunho e uma boa narradora da sua própria história. A investigação no domínio da história das tradições e da cultura urbana têm em Lisboa um objecto apetecível, tanto pela sua riqueza e especificidade como pela quase inexistência de estudos sobre muitas áreas. A zona oriental, até ao limite do concelho, é um território que apenas tem sido abordado sectorialmente em temas monográficos específicos. E, no entanto, as memórias estão aqui bem visíveis no seu património construído, na toponímia, na morfologia urbana. Mas foi preciso reconhecê-lo, dar-lhe legibilidade, estudá-lo. Foi precisamente esta descoberta assente numa investigação profunda que o Caminho do Oriente nos trouxe. A valorização do percurso urbano através de ações de requalificação e de animação, provou que esta parte da cidade, até há pouco tempo quase desconhecida para muitos lisboetas, é um património vivo, de grande valor histórico, artístico, urbanístico, antropológico e sociológico. Resultando de uma parceria entre a CML, a Ambelis e a Parque Expo e tendo como pano de fundo a Exposição Mundial de Lisboa, o Caminho do Oriente é agora uma referência no imaginário dos que vivem e amam Lisboa. A requalificação e a valorização da cidade, continua com novas intervenções em curso e programadas e com a animação dos equipamentos culturais, de modo a criar e a reforçar as respectivas centralidades. O trabalho de levantamento, investigação e análise realizado foi fundamental. Por isso, esta obra é uma referência imprescindível para todos os que queiram investigar e intervir na cidade. Aos coordenadores e autores, com destaque muito especial ao Dr. José Sarmento de Matos e todos os colaboradores, editores, promotores e também seguramente aos leitores, o nosso reconhecimento. E, também, o desafio para novos percursos pelo Caminho do Oriente.

Maria Calado
Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa
Março 1999

A ORIENTE, A POSSA CIDADE

Durante demasiado tempo vivemos esquecidos de Lisboa, da sua condição de cidade inteira: esquecemo-nos do oriente. Para aqui, onde outrora se desenvolviam quintas, palácios e mosteiros, convergiram nos anos deste século armazéns e indústrias, tudo mais ou menos desordenado, porque a falsa ordem que nos regeu durante cinquenta anos era feita de abandono e segregação. Lisboa foi-se esquecendo de que uma parte da sua história partiu desta metade imperfeita que se julga traçada a partir do eixo imaginário que liga o Parque Eduardo VII à Praça do Comércio.

Só nos últimos anos a cidade voltou a olhar para si própria e, nesse movimento, para a sua metade leste, que confina com a extrema ocidental do concelho de Loures. A partir de 1997, e ao mesmo tempo que decorria em contra-relógio o trabalho colossal de remodelação de 330 hectares em torno da Doca dos Olivais, para acolher a Exposição Mundial de Lisboa, a Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa lançavam um programa de recuperação e animação dos bairros orientais até se atingir a zona onde hoje, extintos os fogos da Exposição, se abre ao público o Parque das Nações.

O programa 'Caminho do Oriente' envolveu um vasto conjunto de obras de recuperação de edifícios, públicos e privados, e um amplo programa de manifestações, das quais as exposições temáticas e fotográficas, a animação dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca e o plano de edições constituem marcos salientes.

Não temos ainda recuo para proceder a um balanço da experiência. E é até desejável que não haja balanço possível, isto é, colunas fechadas de deve e haver, porque o processo de devolução do oriente à nossa cidade não pode parar. O que começou, nestes auspiciosos anos noventa, foi o princípio de uma revolução, esta sim, permanente, a exigir mais imaginação, mais criatividade e mais audácia, para recuperarmos o tempo absurdamente perdido, enquanto o Tejo se espreguiçava indolente, doente do tédio que lhe inspirava a distração dos homens.

Neste trabalho de recuperação de memória é indispensável pôr hoje em relevo quem lhe deu asas e forma, quem o trouxe pela mão e o enformou com um discurso culto e sensível, de lisboeta apaixonado. Os guias que rematam esta etapa da aventura de redescoberta do oriente de Lisboa aí estão para testemunhar a qualidade singular do trabalho desenvolvido por José Sarmiento de Matos, em investigação que se anunciara logo em 1993 com o magnífico álbum 'Um Passeio a Oriente' (Edição Expo'98/Metropolitano de Lisboa), mas que encontrou, na coordenação-geral do programa 'Caminho do Oriente', aqui com a valiosa colaboração de Jorge Custódio, Deolinda Folgado, Luísa Arruda e Jorge Ferreira Paulo, a expressão mais completa da sua identificação com o pulsar da cidade, da sua história passada, mas também dos seus ritmos presentes e da sua ambição de futuro.

Não sei se Lisboa lhe deve alguma coisa; mas, como lisboeta, sei que lhe devo o enumerar de algumas das principais razões pelas quais milhares de portugueses se empenharam, durante anos, em fazer, do oriente de Lisboa, a nossa cidade.

António Mega Ferreira



Pedra de foro municipal, hoje existente na Rua da Grilo, possivelmente do século XVIII, de proveniência desconhecida.

DESCOBRIR O ORIENTE

A partir da escolha do limite da Zona Oriental de Lisboa para implantação da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, impôs-se de imediato um olhar atento sobre uma área vastíssima da qual pouco ou nada se conhecia, quer na sua evolução histórica, quer quanto ao património de variada ordem nela existente. Com efeito, desde Júlio de Castilho que os estudiosos lisiponenses privilegiaram o casco antigo da cidade intramuros, rareando por isso a informação trabalhada sobre a restante parcela oriental do concelho de Lisboa. Como excepção destaca-se o trabalho isolado, mas precioso, de Ralph Delgado sobre os Olivais e um ou outro caso pontual de informação dispersa sobre algum edifício mais conhecido. Impunha-se, pois, partir do zero, tentando definir-se, por um lado, a unidade estruturante de uma zona da cidade, individualizando-se, por outro, os edifícios mais interessantes, quer na sua riqueza patrimonial e artística, quer nas informações históricas que podem fornecer. Decidiram, assim, os responsáveis pela EXPO '98 iniciar imediatamente um levantamento patrimonial da Zona Oriental, cujos primeiros resultados se consubstanciaram na publicação do livro *Lisboa, Um Passeio a Oriente*, edição da Parque EXPO e do Metropolitano de Lisboa (1994). O carácter provisório da investigação então recolhida, ainda pouco aprofundada, não pareceu óbice para que essa leitura impressionista de uma realidade desconhecida desempenhasse a função primordial de chamar a atenção para uma riqueza insuspeitada pela maioria dos lisboetas, mesmo correndo-se o risco de se avançar com informação pontualmente provisória que, num caso ou noutro — felizmente poucos —, a continuação do trabalho não confirmou. Mas o objectivo fundamental foi atingido. Através dos textos e do acervo fotográfico, tornou-se evidente a dimensão do que estava em jogo, criando-se as condições indispensáveis para que esse levantamento fosse prosseguido e alargado, integrado agora não numa mera acção de estudo historiográfico mas, sim, num programa mais ambicioso em que a componente de investigação se inseria num projecto de reabilitação e de animação de uma área específica da cidade.



A Fortuna — painel de azulejos do início do século XVIII numa das capelas do claustro de Santos-o-Novo.

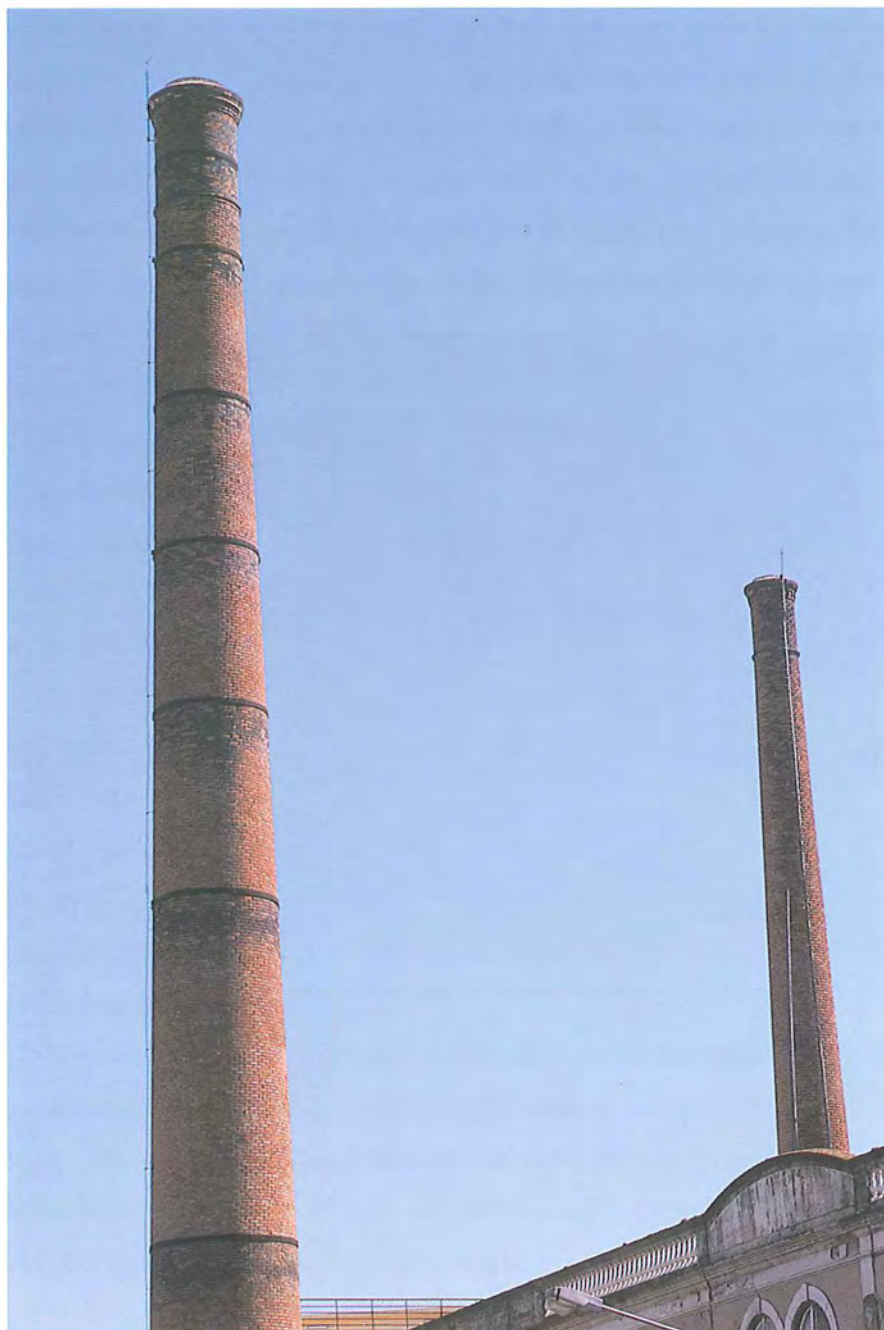


Pináculos do coroamento neomanuelino (século XIX) do Convento da Madre de Deus.

O início do programa *Caminho do Oriente* em Novembro de 1996 veio criar as condições para se prosseguir a investigação sobre a Zona Oriental, impondo em simultâneo algumas limitações físicas do seu âmbito. Com efeito, ao restringir-se por razões de eficácia de meios o programa ao antigo percurso ribeirinho até Marvila, ficaram de fora importantes áreas, como Chelas, os Olivais ou parte da Estrada de Marvila, com prejuízo de uma visão mais ampla do conjunto mas permitindo, em contrapartida, a objectivação mais detalhada da investigação, estudando-se com maior rigor e pormenor a área efectivamente abrangida. No entanto, o relevo da zona do Vale de Chelas e a sua estreita conexão com o percurso em análise impôs que o mesmo fosse integrado no trabalho final, ainda que sob a forma sumária de um simples passeio.

A dimensão do património e as características próprias da evolução

da área em estudo condicionaram também as linhas do projecto de investigação e as suas balizas cronológicas. A história da Zona Oriental de Lisboa divide-se muito nitidamente em duas grandes épocas, separadas pelo rasgão físico que o caminho-de-ferro veio introduzir, criando as condições para o posterior desenvolvimento industrial. Apesar de se terem já instalado algumas indústrias a partir da segunda metade do século XVIII, inicialmente com carácter quase exclusivamente manufactureiro, a tonalidade geral da zona mantinha-se essencialmente rural, com um ou outro pólo urbano rudimentar — como Santa Apolónia, Xabregas ou Marvila. Eram os conventos e as quintas que pontuavam e davam o tom ao sítio, profundamente ligado, assim, à estrutura social e económica do Antigo Regime. É sobre esse tecido muito específico que a industrialização se vai inserir, por vezes readaptando edifícios



As chaminés industriais tornaram-se a partir do século XIX parte integrante da paisagem da Zona Oriental de Lisboa.

anteriores a novos usos, numa «promiscuidade» criativa que para sempre marcou esta parte de Lisboa e lhe concede no todo urbano um lugar à parte.

Dado o carácter especializado da investigação sobre o período industrial, tornou-se indispensável o recurso a estudiosos credenciados, com métodos de trabalho e pistas de investigação autónomas. Solicitou-se, assim, a Jorge Custódio e a Deolinda Folgado a realização de um *Guia do Património Industrial* que abrangesse também a dinâmica social dos bairros operários e outros equipamentos dela emergentes. Da mesma forma se autonomizou o



Pormenor de pintura mural decorativa do Palácio dos Duques de Lafões — 1.ª metade do século XIX.

vastíssimo património azulejar, desde finais do século XVI até à actualidade, numa investigação realizada por Luísa Arruda e que irá contribuir para uma nova abordagem do azulejo de interior e de fachada, não só como elemento estético decorativo, mas também como pólo de uma actividade social e económica cuja importância na história da cidade tem sido pouco realçada.

É evidente que este parcelamento do universo abrangido tem alguns inconvenientes. Se, por um lado, permite leituras mais homogéneas e cientificamente mais estruturadas, por outro cria hiatos difíceis de colmatar ou a pulverização por diversos volumes de um mesmo edifício. Apesar de não serem os únicos, os casos

do Museu Militar ou de São Francisco de Xabregas serão paradigmáticos. O primeiro, o Arsenal de D. Manuel, é de facto uma das primeiras grandes unidades industriais de Lisboa, abrindo por isso o respectivo volume. No entanto, o enorme acervo de azulejos nele existente leva à sua inclusão no volume a eles dedicado, bem como não faria sentido que a fortíssima presença deste edifício no início do percurso do *Caminho do Oriente*, a sua importância estética ou, sobretudo, o carácter estruturante que a sua implantação determinou não podiam deixar de ditar uma referência neste *Guia Histórico*. Quanto a São Francisco de Xabregas a ordem é inversa. Historiado no *Guia Histórico* e no *Guia do Azulejo* até meados do século XIX, ele transita depois para o *Guia do Património Industrial*, dado o relevo que as

fábricas têxteis e de tabacos ali instaladas vieram a ter após o início entre nós da revolução industrial. Cientes destas dificuldades, mas conscientes também das vantagens de visões integradas de conjunto, tentar-se-ão torneir estes problemas de consulta através de remissões pontuais.

Em relação aos volumes deste *Guia Histórico* optou-se por uma forma orgânica específica. Jorge Ferreira Paulo realizou uma aturada investigação documental a partir da qual elaborou resenhas históricas dos edifícios escolhidos para tratamento individualizado, recorrendo-se à utilização sempre que possível dos documentos originais, optando-se pela sua actualização ortográfica, facilitando-se assim a leitura por um público menos familiarizado com a escrita antiga, por vezes passível de originar confusões. A essas resenhas se junta um comentário crítico do signatário, procurando-se realçar caso a caso os aspectos mais significativos da história ou da arquitectura dos edifícios considerados, integrando-os no panorama mais vasto da cidade em que estão inseridos. Dando sentido a estas abordagens individuais elaboraram-se textos de conjunto sobre cada uma das zonas em que a tradição tem dividido esta área — Santa Apolónia, Cruz da Pedra, Xabregas, Grilo/Beato e Marvila, e o indispensável passeio pelo Vale de Chelas — procurando-se entender a lógica própria do desenvolvimento de cada



Detalhe de pintura mural decorativa no Palácio Olhão, em Xabregas — 1.ª metade do século XIX.

uma dessas unidades urbanas e traçando-se, através de um texto de entrada, a evolução da rede viária que suporta a unidade do conjunto e se foi adaptando por força desse mesmo progressivo desenvolvimento. Relativamente a obras de arte ainda existentes nalguns desses edifícios — sobretudo retratos — Luísa Arruda elaborou pequenas fichas informativas, resultado de uma investigação mais aturada.

Apesar da vontade de abrangência que norteou este projecto de investigação, não podemos deixar de realçar o muito que infelizmente ficou de fora por limitações temporais e de meios. Pensamos que uma cidade é um corpo vivo que só na sua multiplicidade funcional ganha sentido, pelo que para conhecer na globalidade uma área desta dimensão



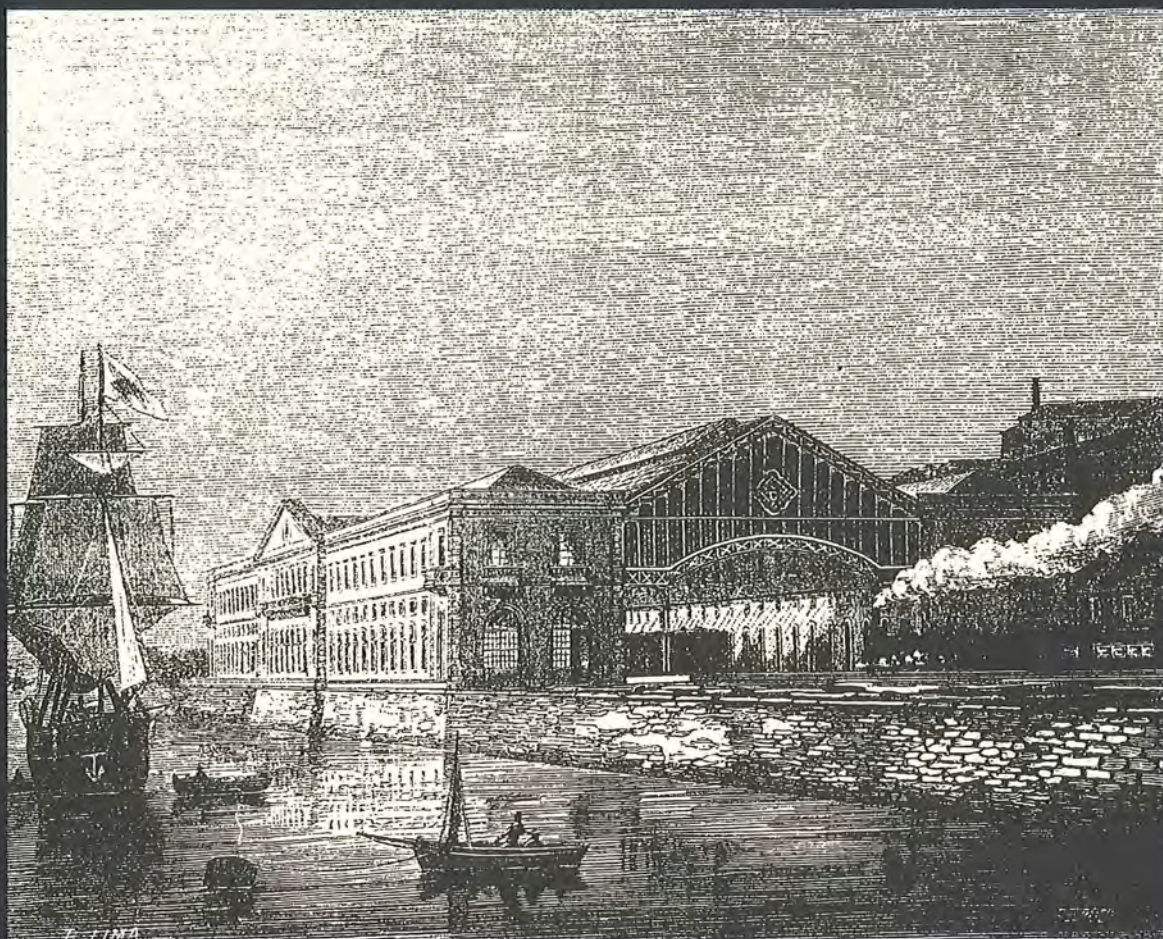
Pormenor da decoração em talha do coro baixo do Convento de Marvila.

teria sido necessário uma atenção sobre várias actividades que, apesar de pontualmente referidas, não foram analisadas de forma sistemática. Referimo-nos, por exemplo, à evolução do comércio ou da rede escolar, ao riquíssimo movimento associativo espalhado por toda a zona — desde antigas irmandades e confrarias com as suas capelas, às associações operárias de solidariedade, cultura, desporto e recreio, ou, ainda, à estrutura institucional de algum equipamento cultural — cite-se o Museu Nacional do Azulejo, o Museu Militar ou o Museu da Água — cuja função dinâmica os tem mantido como oásis de qualidade a contrariar teimosamente a degradação envolvente.

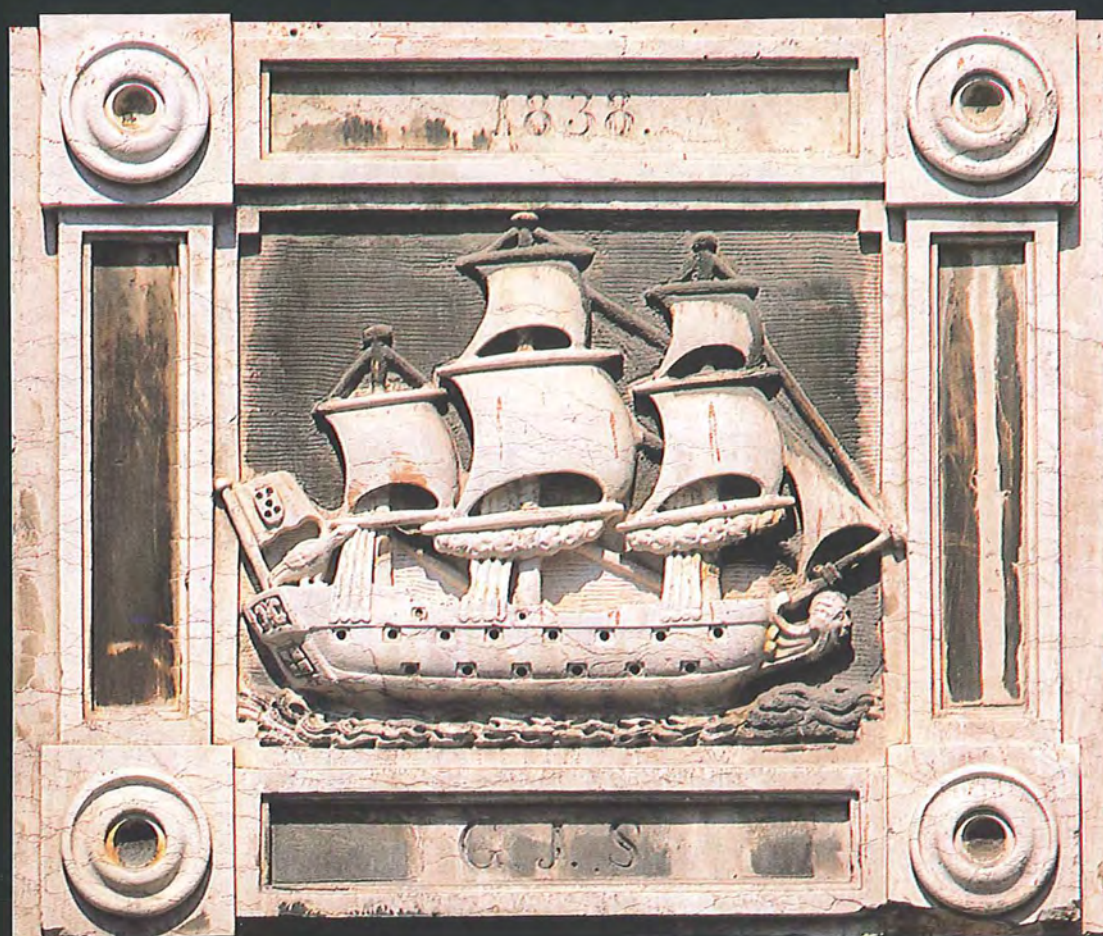
Cientes de todas estas limitações do seu trabalho, os intervenientes neste apaixonante projecto de estudo urbano da Zona Oriental de Lisboa julgam ter contribuído para um conhecimento mais aprofundado de uma zona da cidade agora em profunda transformação, fornecendo os meios para que esse processo se realize pelo menos com a consciência mais segura da riqueza e das potencialidades do tecido urbano sobre o qual de agora em diante se deseja intervir. Julgamos, também,

que nas nossas modestas possibilidades ajudámos a acentuar a ideia sempre presente nos seus mais directos promotores que a EXPO '98, além de uma grande festa portuguesa e universal, fosse também uma oportunidade única para os lisboetas redescobrirem e repensarem a sua cidade, reconciliando-se sem reservas nem fantasmas com a globalidade da sua realidade histórica e física.

José Sarmiento de Matos



A Estação de Santa Apolónia, litografia de Pedrozo publicada no *Archivo Pittoresco*, Tomo IX, 1866.



Pedra de foro municipal na Calçada de Santa Apolónia.

UMA VIA À BEIRA-RIO

Desde que a região de Lisboa entra na História, ou seja, por volta do século VIII antes de Cristo — data dos primeiros sinais da presença fenícia detectados pela arqueologia —, foi indispensável que um caminho de pé-posto, seguindo a orografia agitada da margem alta do rio, ligasse o porto de escoamento com o *hinterland* do vale do Tejo, num traçado por certo reajustado pela via romana que ligava Lisboa a Santarém. São os diversos traçados dessa via que iremos de seguida analisar, indispensáveis para clarificar, quer a realidade existente, quer as lógicas diversas que condicionaram a estrutura desta vasta área. Antes, no entanto, torna-se necessário ter a consciência muito nítida que séculos fora — mais precisamente até ao caminho-de-ferro — essa via não era mais que uma alternativa ao rio, esse sim o verdadeiro Caminho do Oriente. É a unidade que o rio estrutura que domina as comunicações nesta Zona Oriental, pois só nas invernias mais rigorosas ou nas calmarias sem vento é que o caminho por terra se animaria com trânsito de gente. Repare-se desde logo que os pontos de referência tradicionais da Zona Oriental — como Xabregas ou Marvila — se localizam na parte baixa da confluência do rio com os vales mais acentuados que penetram para o interior, escoamentos naturais de uma produção fundamental para a subsistência paredes-meias de uma grande cidade. Alguns desses vales corresponderiam a esteiros fluviais de dimensão variável, como sugere a ampla abertura em Xabregas do Vale de Chelas, um dos locais de mais antiga ocupação nesta Zona Oriental. São, pois, as condicionantes impostas pela geografia do rio, bem como a orografia acidentada da primitiva margem alta que determinam os vários traçados da depois chamada Estrada Real, além, claro, do assoreamento progressivo do Tejo, condicionante incontornável desses ajustamentos. Desde a complexa via primitiva até à actual Infante D. Henrique, passando pelo intermédio Caminho do Oriente, assistimos ao avanço constante no encaço do rio, na exacta medida em que ele próprio a pouco e pouco se foi afastando, fosse por evolução natural, fosse pela acção humana. Apesar de hoje fisicamente mais distante e com alternativas de transporte que o secundarizam, o Tejo é o eixo histórico definidor desta vasta área, como aliás de toda a cidade de que esta não é mais que uma importante parcela. Convirá, pois, ao olhá-la nunca esquecermos um permanente odor de fundo a maresia. Temos, assim, três percursos principais que completaram o tráfico do rio. Quanto ao mais recente, a Avenida Infante D. Henrique, está ainda a fazer a sua história, numa recente remodelação que se antevê estruturante para o futuro de toda a zona. Fixemo-nos nos outros dois, começando pelo primitivo caminho de pé-posto, cujo percurso se terá mantido intacto até meados do século XVI, substituído depois pelo traçado ribeirinho do agora baptizado *Caminho do Oriente*.



PLANTA TOPOGRÁFICA DA CIDADE DE LISBOA
(s.l.,n/d — 2ª metade do século XVIII
(pormenor) — Gabinete de Estudos
Olisiponenses.

Esta planta, posterior a 1780 (segundo
Vieira da Silva), é a primeira carta de
Lisboa que abrange até à Cruz da Pedra,
sendo por isso um elemento-chave para
o estudo da estrutura desta zona, já
profundamente alterada. Destacam-se,
junto ao rio, o Arsenal (Museu Militar),
com o n.º 141, o Cais dos Soldados, com
o Regimento de Cavalaria do Cais,
a Bica do Sapato — n.º 142,
o Convento dos Barbadinhos — n.º 143,
Mosteiro de Santa Apolónia — n.º 144,
e Santos-o-Novo — n.º 150.

Parece sobretudo de realçar o carácter
ainda disperso do povoamento, centrado
sobretudo

dos velhos e raros caminhos primitivos
que ligavam ao interior. No entanto, é
ainda dominante a mancha rural, sendo
de realçar a estrutura bem organizada
de algumas dessas propriedades, como é
o caso das cercas dos Barbadinhos
(hoje ocupada pelo Museu da Água)
e de Santos-o-Novo, ou da Quinta dos
Senhores de Pancas. Importante ainda
a presença mesmo no canto superior
esquerdo da Travessa do Gargalacho,
hoje desaparecida, contornando a Quinta
do Manique, ligação original entre as
Calçadas das Lajes e do Varejão com a
Estrada de Chelas. A abertura posterior
da Estrada de Circunvalação ditou a
alteração desta rede primitiva.

O interesse imediato do velho percurso reside, sobretudo, no condicionamento que ele constitui da disposição da propriedade, que hoje por vezes não faz sentido à primeira vista, e da orientação geográfica dos edifícios mais antigos, muitos deles mais tarde alvo de profunda reconversão em obediência às novas condicionantes. Com efeito, a partir do século XVI alguns conjuntos são voluntariamente reorientados, como é o caso do antigo Convento do Beato, cujo arco gótico encontrado recentemente olhava a poente, mas hoje a sua fachada está virada a nascente. Já que se fala de pontos cardeais, esclareça-se um dado prévio essencial respeitante à orientação nesta Zona Oriental. Aqui o rio fica a nascente e não a sul, como na Zona Ocidental, já que a linha de costa inflecte para norte depois do Terreiro do Paço, tornando-se necessário pôr de lado o esquema mais vulgarizado de leitura da disposição relativa da cidade.

Dito isto, abra-se o mapa anexo e comecemos a zigzaguear pela velhíssima estrada oriental, com as muitas incertezas ditadas pela inexistência de cartas mais antigas, uma vez que estas terminam invariavelmente na zona de Santa Apolónia, limite da Cerca Fernandina. Impõe-se, por isso, o recurso moderado à conjectura, sempre que os dados a legitimem e sustentem. Esse primeiro caminho corria pela margem alta do Tejo, numa obediência à condicionante física mas não deixando de induzir, também, algum cuidado inicial com a segurança face aos perigos da pirataria vinda do rio. Lembre-se que D. Dinis ergueu uma muralha frente à Ribeira com o intuito de precaver visitas indesejáveis, e que só já D. Manuel se sente seguro para instalar o seu paço da parte de fora dessa mesma muralha. Ora, não será por acaso que na sequência dessa atitude o Caminho do Oriente se sinta à vontade e se alongue definitivamente pela margem baixa do rio. Coloquemo-nos nas antigas Portas da Cruz, da Cerca Fernandina, na confluência actual da Rua dos Remédios com a Calçada do Forte e a Rua do Museu de Artilharia. Em frente, a Rua do Paraíso, um belo nome em que ninguém ousou tocar, sobe em direcção ao planalto de Santa Clara, bordejando-o a nascente, passando o caminho por baixo da entrada em alpendre do Hospital da Marinha e seguindo até à Rua do Mirante. Esta amenizava em curva o declive da primeira linha de água que encontramos, agora conhecida pelo Vale de Santo António e outrora dito dos Cavalinhos.



Azinhaga da Bruxa, na Estrada de Marvila.



Troço ainda intacto da antiga Estrada de Chelas.

a encosta abrupta do vale impunha de novo uma volta acentuada, subindo a via por detrás do Convento de Santos-o-Novo, ligando à Calçada do Varejão, afastando-se assim decididamente da margem do rio. A construção dessa casa religiosa depois da abertura do novo traçado nascente, levou ao desaparecimento de parte do caminho antigo, perdendo hoje sentido o percurso ondulante da própria Calçada do Varejão. Depois, através da Travessa do Gargalacho, apagada das cartas depois da abertura da Estrada de Circunvalação (1847-52), a via passava a chamar-se Estrada de Chelas, seguindo pela encosta do vale até ao velho mosteiro, com o seu esquema subsidiário de azinhagas, entre a quais se destaque desde já a da Amorosa, que ligava à parte ribeirinha de Xabregas.

A definição precisa da ligação com a Estrada de Marvila é hoje difícil dadas as alterações impostas pelo corte do caminho-de-ferro. Haveria mesmo várias, mais ou menos afastadas do rio, subindo uma pela actual Calçada de Santa Catarina a Chelas e outra por detrás de São Francisco de Xabregas, dando acesso às quintas mais junto ao rio, de que o troço do Beco dos Toucinheiros constitui ainda uma pálida reminiscência. Na zona do Grilo uma azinhaga muito estreita dava acesso directo ao rio, seguindo um traçado paralelo, mas mais a sul, da actual calçada do mesmo nome, aberta mais tardiamente. Essa via desembocava nas actuais Escadinhas de D. Gastão, outrora uma rampa íngreme. Passado o portão que fecha no topo dessas escadinhas, é perceptível ainda o leito entre muros da modesta azinhaga que

Voltava depois a remontar a colina nas voltas da Rua da Cruz de Santa Apolónia. No fim desta, sobrepu-nha-se ao traçado actual do Cami-nho do Oriente até inflectir para a Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão, ganhando fôlego para cruzar o segundo vale, depois de Santos-o-Novo, prolongamento mais aber-to do escavado Vale Escuro. Aqui começam as dúvidas. Os vestígios ainda existentes e algumas referên-cias nas cartas parecem indicar que

levava à Ilha do Grilo, tornada desnecessária pelo esquema viário implantado a partir do século XVI.

A Estrada de Marvila, também conhecida no século XIX por Rua Direita dos Ananases, passava a chamar-se Rua Direita de Marvila ao entrar no núcleo urbano do mesmo nome, desenvolvido pelo parcelamento das antigas quintas da Mitra (do marquês de Abrantes) e do Cabido e da construção do convento. Descia depois para bifurcar



Ilha do Grilo — antiga confluência de caminhos que ligavam à Estrada de Marvila.

nos dois caminhos do Vale Formoso, o de Cima e o de Baixo, conduzindo ambos aos Olivais. O de Baixo, mais junto ao rio, dava acesso à Quinta do Braço de Prata, origem toponímica de uma parcela da zona. Da Estrada de Marvila saíam algumas vias secundárias: para poente, as azinhagas da Bruxa, das Veigas, das Fontes (depois dos Alfinetes), levavam para o interior, e, a nascente, descia uma outra para o rio, em parte reconhecível na actual Calçada do Duque de Lafões, conduzindo ao Mosteiro dos Lóios (Beato), erguido no século XV sobre um eremitério da invocação do patriarca São Bento.

Os elementos que este percurso nos fornece são de vária ordem. Em primeiro lugar, a obediência às condicionantes orográficas de uma rede viária de ligação de pequenos núcleos produtores a sucessivos cais de embarque na embocadura dos vales. Em segundo lugar, a lógica ribeirinha, com raras vias de penetração para o interior, sendo de realçar a Rua da Verónica, no Campo de Santa Clara, o Vale de Santo António, que terminava na confluência das ruas do Mirante e da Cruz de Santa Apolónia (o prolongamento da Diogo do Couto é recente), ligando à zona da Graça. Depois a Calçada das Lajes e do Varejão; em seguida a Estrada de Chelas, dotada de uma rede de caminhos entre quintas; depois as azinhagas da Bruxa, das Veigas e dos Alfinetes, essencialmente rurais; e, por fim, o Vale Formoso de Cima, hoje difícil de refazer entre a estrutura da urbanização dos Olivais. Tratava-se, pois, de uma via condicionada

pelo rio, com escassa função distribuidora de tráfego para o interior, condicionalismos estes em grande parte herdados pelo Caminho do Oriente que em seguida iremos apreciar.

Quanto a este, que analisaremos de seguida com mais pormenor, podemos já avançar com alguns dados sobre a sua progressiva implantação. Sabemos, por exemplo, que a rampa (Rua da Madre de Deus) que desce da Cruz da Pedra para Xabregas já é mencionada no testamento da rainha D. Leonor; que o aforamento camarário do logradouro sobre a praia a seguir ao Arsenal (Museu Militar) data de 1578; e que, em 1577, Lourenço Varejão cede à Câmara a faixa de terreno onde hoje corre a Calçada da Cruz da Pedra, e que em 1495 ainda não existia o caminho entre o Beato e o Poço do Bispo. Tudo, portanto, se passa ao longo do século XVI, período de que poderemos assim datar genericamente a progressiva consolidação urbana do actual Caminho do Oriente, principal objectivo deste trabalho. Seguindo a sua divisão tradicional em núcleos bem definidos — Santa Apolónia, Cruz da Pedra, Xabregas, Grilo/Beato, Marvila — trataremos cada um *per si*, a eles juntando um infelizmente rápido olhar genérico sobre o Vale de Chelas e a Estrada de Marvila. Quanto às referidas cinco áreas, serão descritas na sua dinâmica histórica, analisando-se um por um os seus edifícios mais significativos, numa perspectiva simultaneamente artística e social. Sempre que tal se impuser faremos as necessárias remissões para as informações constantes, quer do *Guia do Azulejo*, quer do *Guia do Património Industrial*. Com início em Santa Apolónia, iniciemos a deriva por uma zona hoje muito confusa mas que se foi progressivamente desvendando na sua totalidade geográfica e histórica. (JSM)



Antigo nicho no prédio que esquina entre o Vale Formoso de Baixo e o de Cima.

IV

V



- 1 ERMIDA DO SENHOR JESUS DA BOA NOVA
- 2 CASAS NOBRES DO BANDEIRA
- 3 CASA DE MACHADO DE CASTRO
- 4 CASA DA COVA
- 5 ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO
E SANTO ANTÓNIO DO VALE
- 6 MOSTEIRO DE SANTA APOLÓNIA
- 7 PALÁCIO QUARESMA - ALVITO
- 8 PALÁCIO DE VASCO LOURENÇO VELOSO
- 9 CONVENTO DOS BARBADINHOS ITALIANOS
- 10 QUINTA DOS SENHORES DE PANCAS

- 11 CASAS NOBRES DO "BRAÇO DE PRATA"
- 12 RECOLHIMENTO DE LÁZARO LEITÃO
- 13 CONVENTO DE SANTOS-O-NOVO
- 14 QUINTA DA CRUZ DA PEDRA
- 15 QUINTA DO ROMA
- 16 MOSTEIRO DA MADRE DE DEUS
- 17 PAÇO DE XABREGAS
- 18 CONVENTO DE S. FRANCISCO DE XABREGAS
- 19 PALÁCIO OLHÃO
- 20 QUINTA LEITE DE SOUSA
- 21 PALÁCIO DOS SENHORES DAS ILHAS DESERTAS

- 22 CONVENTO DO GRILO
- 23 CONVENTO DAS GRILAS
- 24 PALÁCIO LAFÕES
- 25 CONVENTO DO BEATO
- 26 QUINTA DAS MURTAS
- 27 QUINTA DO MARQUÊS DE MARIALVA
- 28 PALÁCIO DA MITRA
- 29 QUINTA DO BETENCOURT
- 30 CONVENTO DE MARVILA
- 31 QUINTA DO MARQUÊS DE ABRANTES



Grupo escultórico de Teixeira Lopes (pormenor), no portão norte do Museu Militar.

SANTA APOLÓNIA

Em meados do século XV foi fundada no ponto em que o velho caminho oriental mais se aproxima do rio uma pequena ermida dedicada à mártir Santa Apolónia. Sendo o local então pouco mais que ermo, depressa o topónimo se tornou uma referência que a ocupação foi alargando.

A implantação da Estação dos Caminhos de Ferro — inicialmente sedeadada mais a norte nas instalações do Convento de Santa Apolónia de onde se lhe originou a designação — consagrou definitivamente o âmbito geográfico mais vasto da toponímia, passando a abranger outros nomes ainda presentes e outrora

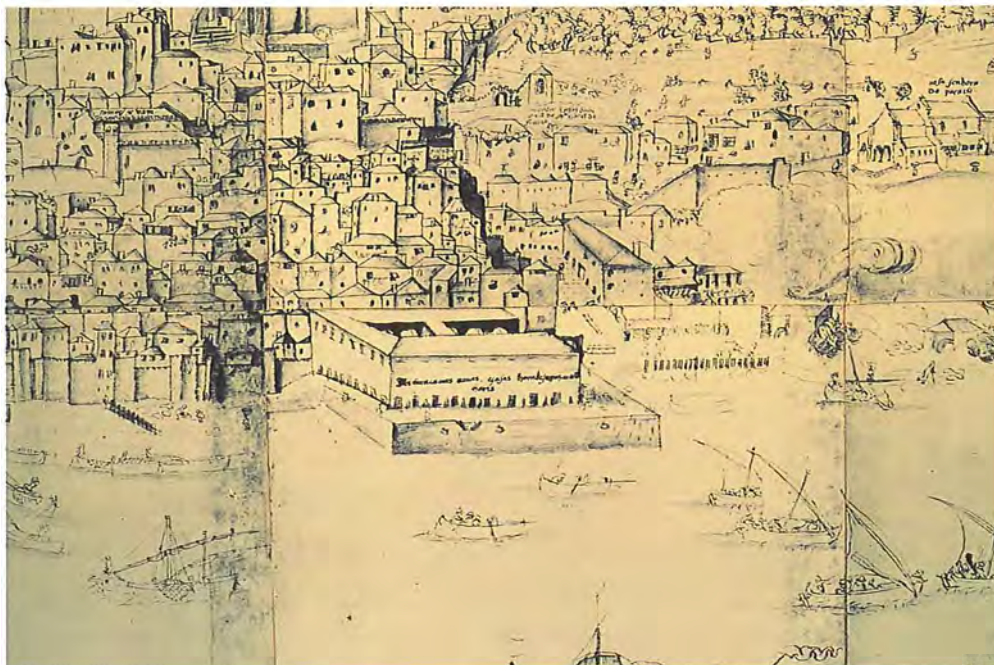
autonomizados, como a Bica do Sapato, a Fundição, hoje Museu Militar, ou os velhos cais, da Madeira, do Tojo, do Carvão ou dos Soldados. Como vimos atrás, a velha via passava pelo interior do barranco, mas o lento assoreamento do leito do Tejo veio permitir a ocupação junto à praia. Na esquina da Muralha Fernandina, que aí inflectia até às portas da Cruz, fez D. Manuel construir no princípio do século XVI o Arsenal (Museu Militar), um dos primeiros edifícios públicos de Lisboa (ver *Guia do Património Industrial*). O Arsenal, depois chamado a Fundição de Baixo, trouxe gente e



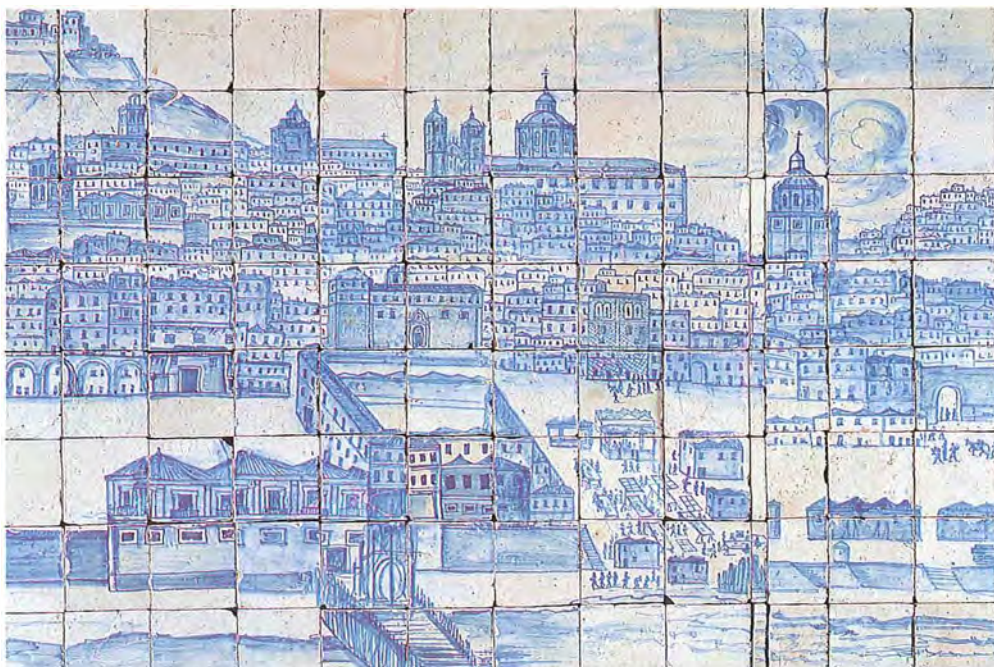
Portmensor da maqueta de Lisboa anterior ao terramoto (em gesso policromado), realizada por Ticiano Violante sob a orientação de Gustavo de Matos Sequeira — 1955-1958 (Museu da Cidade). Note-se a implantação do Forte de Santa Apolónia, com baluarte avançado sobre o rio, localizado entre o Mosteiro de Santa Apolónia e o Palácio do Braço de Prata.

trabalho, assistindo-se rapidamente à urbanização desta área adjacente à Cerca Fernandina, definitivamente consagrada em 1576 com a fundação pela infanta D. Maria, filha de D. Manuel, da freguesia extramuros de Santa Engrácia, enquadramento religioso e administrativo até ao limite da freguesia dos Olivais, que se manteria inalterado até à reforma do marquês de Pombal (1769). Sendo os terrenos ribeirinhos logradouro público, a Câmara procedeu ao seu loteamento (1578), batendo-se o caminho ao longo dos novos cais. Depressa estes se especializam em produtos a granel com necessidade de espaços amplos

para armazém, caso da madeira, do tojo ou do carvão. Desse loteamento camarário resulta a actual divisão das propriedades ribeirinhas, hoje face poente do Largo de Santa Apolónia e Rua dos Caminhos de Ferro, entre as quais se destacam a casa de Machado de Castro (3) ou a do Bandeira (2). Entre as construções desaparecidas impõe-se uma referência às de Pedro da Cunha, dito o da Praia (*ver adiante*), bem como o quartel do Regimento de Cavalaria do Cais, de onde se originou o nome de Cais dos Soldados, situado à beira-rio no local hoje ocupado pela Estação dos Caminhos de Ferro.



Representação do Arsenal de D. Manuel na *Panorâmica de Lisboa*, desenho existente na Biblioteca de Leyden, de cerca de 1530.



Painel de azulejos com vista de Lisboa, de finais do século XVII (?), (pormenor) — Museu Nacional do Azulejo. Realce-se no primeiro plano o edifício original do Arsenal, hoje Museu Militar.

Ao lado: Carta topográfica da cidade de Lisboa, da autoria de Filipe Folque (1856-58), relativa à zona de Santa Apolónia. Note-se em primeiro plano as instalações do antigo Regimento de Cavalaria do Cais, depois Estação dos Caminhos de Ferro, chamada então Estação do Cais dos Soldados, e a citação do antigo Convento de Santa Apolónia (no extremo esquerdo da carta) como local de funcionamento inicial da Estação Central.





Vista de conjunto do actual Largo de Santa Apolónia, com a Avenida Infante D. Henrique correndo no antigo leito do rio.

De parceria com a Câmara, são as principais proprietárias desde Santa Clara ao actual Convento de Santos-o-Novo as Comendadeiras de Sant'Iago, procedendo depois também ao emparcelamento das suas vastas courelas. Se o velho caminho se mantinha funcional como eixo da nova urbanização, seguindo pela ruas do Mirante e da Cruz de Santa Apolónia, uma nova lógica depressa o substituiu como referência, mais junto ao rio, com início no Arsenal e seguindo pelos cais, depois a Bica do Sapato, referida desde o

século XVI, e, finalmente, ligando-se em rampa com o traçado do velho caminho, a ainda hoje chamada Calçada de Santa Apolónia. No término dos cais (actual Rua dos Caminhos de Ferro), rasgaram-se duas rampas de acesso ao Campo de Santa Clara, as calçadas dos Cesteiros e do Cardeal, que envolvem os terrenos da Casa da Cova (4). Desta última calçada desce ainda uma estreita ligação ao Cais, junto às casas do Bandeira, iniciativa seiscentista dos seus proprietários, depois conhecida por Beco do

Hospital da Marinha. Segue-se a Bica do Sapato, tendo desaparecido o fontanário que lhe deu o nome, situado na esquina moderna da Rua Diogo do Couto, onde se levantam grandes prédios recentes. Junto terá funcionado a Real Fábrica da Bica do Sapato, cujo efectiva laboração constitui ainda uma incógnita (ver *Guia do Azulejo*). Já na Calçada de Santa Apolónia destaque-se o renque de pequenas construções camarárias, ostentando uma delas ainda a pedra de foro municipal.

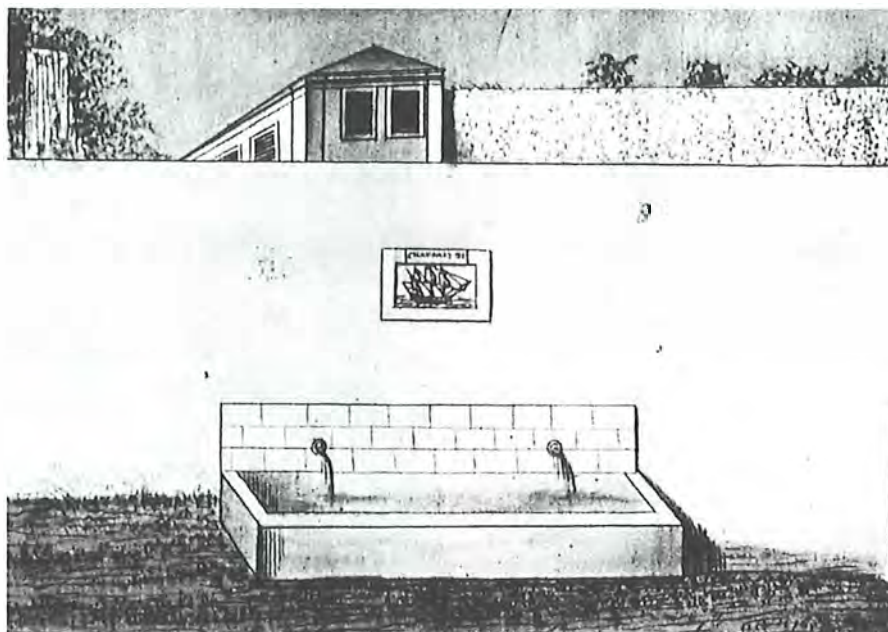


Calçada de Santa Apolónia.
Em cima: casa dos Teles de Meneses (?).
Em baixo: renque de prédios municipais.

Mesmo no arranque da calçada um velho edifício de antiga traça nobre seiscentista parece plausivelmente identificável com as casas nobres de um ramo dos Teles de Meneses, um deles conde de Vila Pouca, residentes na freguesia de Santa Engrácia, junto a Santa Apolónia, mas sem que os dados reunidos permitam aferir o local exacto da sua casa. Mesmo ao lado, para sul, erguiam-se as cavalições da desaparecida casa nobre fronteira dos Abreu de Freitas (depois de um Saldanha e dos condes da Lousã), estudada na *Ribeira de Lisboa* por Castilho e Pastor de Macedo, por detrás das quais corria uma rampa de acesso à casa do Quaresma (Palácio Alvito) depois chamado o Beco dos Carvoeiros, pelas muitas carvoarias ali instaladas. Essas casas foram mais tarde derribadas e substituídas por um barracão inestético que, no âmbito do Programa *Caminho do Oriente*, foi transformado em logradouro público, com um painel cerâmico alusivo à memória local da Bica do Sapato e mantendo-se a estrutura da respectiva rampa original. Finalmente, ao topo da calçada erguia-se do lado direito o Convento de Santa Apolónia (6), seguido do forte do mesmo nome e do Palácio do Braço de Prata (11). À esquerda, ainda na Rua da Cruz,



Em cima: fachada actual da Estação dos Caminhos de Ferro.
Em baixo: frontaria da Rua dos Caminhos de Ferro, em terrenos camarários cujo aforamento se iniciou em 1578.



Desenho antigo da Bica do Sapato, publicado in *Memória sobre Chafarizes* (...), de José Sérgio Veloso de Andrade (1851).



Antigo Beco dos Carvoeiros, rampa de acesso ao Palácio Quaresma/Alvito, recuperado no âmbito do programa Caminho do Oriente, com arranjo da responsabilidade dos serviços da CML, sob a orientação do Arq. Marques dos Santos, e decorado com um painel de azulejos oferecido pela fábrica Monsanto, alusivo à antiga toponímia da Bica do Sapato, da autoria de Bela Silva.

o Palácio Alvito (7) e o do Veloso (8), a Calçada dos Barbadinhos, aberta em 1744 para dar acesso ao novo convento (9) e a Quinta dos Senhores de Pancas (10), pegada depois ao Recolhimento de Lázaro Leitão, já na fronteira para a Cruz da Pedra.

A sul do antigo Arsenal, duas construções face a face mantêm a memória das instituições de caridade e solidariedade social em épocas bem diferenciadas: a ermida da irmandade do Senhor Jesus da Boa Nova e Nossa Senhora das Dores (1) e a Associação Protectora da Primeira Infância (*ver adiante*)

A dinâmica urbana da zona de Santa Apolónia viveu, pois, da conjugação funcional entre os seus dois eixos quase paralelos que só convergiam no seu termo em frente do Mosteiro de Santa Apolónia, ponto de união da estrutura empírica de toda a zona. De realçar ainda o processo posterior ao terramoto de urbanização do Vale de Cavalinhos, feito em torno de pequena ermida de Santo António (5) que lhe viria a servir de posterior designação. Destacam-se, de seguida, alguns dos edifícios mais significativos desta área riquíssima do património lisboeta. (JSM)

**ASSOCIAÇÃO PROTECTORA
DA PRIMEIRA INFÂNCIA**

A Associação Protectora da Primeira Infância foi fundada em 1901 por um grupo de beneméritos, seguindo o modelo da *Gota de Leite* já existente noutros países europeus. A Associação instalou-se em sede própria, projecto do arquitecto Ventura Terra, com vários pequenos pavilhões destinados aos diversos serviços, incluindo uma vacaria para produção de leite, principal objectivo para apoio às famílias carenciadas. Disponha também de outros serviços de apoio sanitário, entre os quais se incluem algumas incubadoras dos princípios do século. O principal impulsor do projecto foi o capitão Rodrigo Aboim Ascensão, cuja memória foi perpetuada num busto existente no pequeno jardim fronteiro, colocado a par com o de José Luís de Moraes, outro protector da benemérita instituição. Entre as protectoras assistentes contaram-se a duquesa de Palmela, a marquesa do Faial e a condessa de Lavradio, dirigindo um serviço de visita domiciliar às crianças carenciadas e às parturientes, principais alvos da atenção desta associação. A vacaria dispunha de doze vacas, mantendo ainda hoje em dia um número apreciável de cabeças de gado, prosseguindo assim os seus propósitos iniciais. (JSM)



Associação Protectora da Primeira Infância, projecto de Ventura Terra (1901).
Em cima: o edifício principal.
Em baixo: vista lateral, com o edifício anexo da vacaria, ainda em funcionamento.



Portal do século XVIII, do edifício da Fundição de Baixo, antigo Arsenal, resultante das grandes obras após 1726.

MUSEU MILITAR

Com a sua mole imponente e a exuberância dos seus portais e de uma colunata sobreposta, o Museu Militar domina o largo fronteiro à Estação de Santa Apolónia, que ainda hoje se subdivide em vários nomes. Trata-se do mais antigo edifício da zona, construção de D. Manuel para albergar o Arsenal (ver *Guia do Património Industrial*). O edifício, que ainda guarda no piso térreo interior restos da estrutura manuelina, foi depois profundamente renovado após um incêndio em 1726, por iniciativa de D. João V, datando de então o aspecto exterior, sobretudo o magnífico



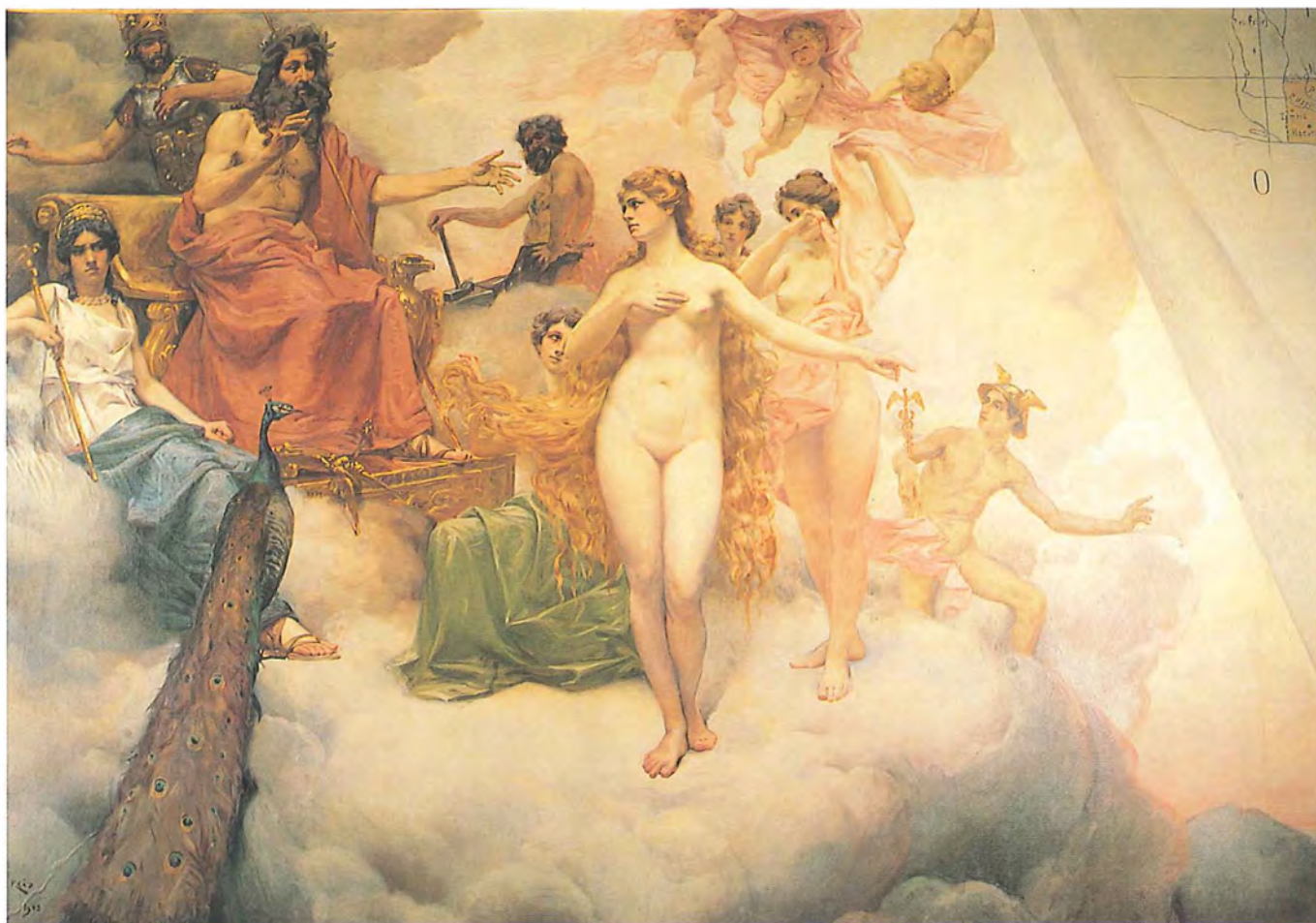
Antigos sinos da Fundição de Baixo.

corpo saliente de entrada a sul, bom apontamento do barroco romano. Estas obras foram dirigidas sob a orientação do provedor dos Armazéns, Fernando Larre. Mais tarde (1876) albergou o Museu de Artilharia, fundado por iniciativa do barão de Monte Pedral na chamada Fundição de Cima, em Santa Clara, a partir de 1842, e reconhecido em 1851. O edifício sofreu então constantes e profundas obras de remodelação, sobretudo a partir de 1895, concluindo-se em 1905 com o prolongamento da fachada nascente, decorada com uma colunata que em nada beneficiou a sobriedade arquitectónica original, aliás já

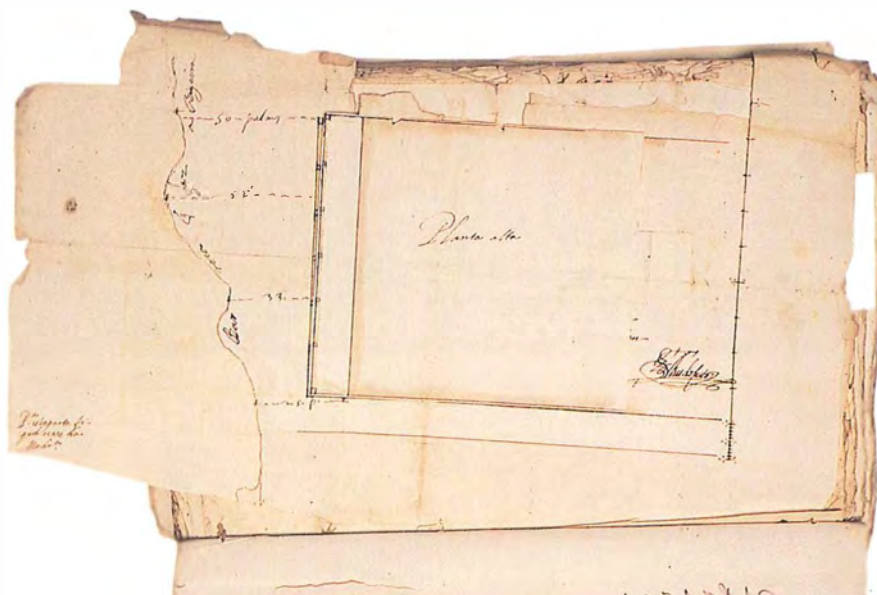
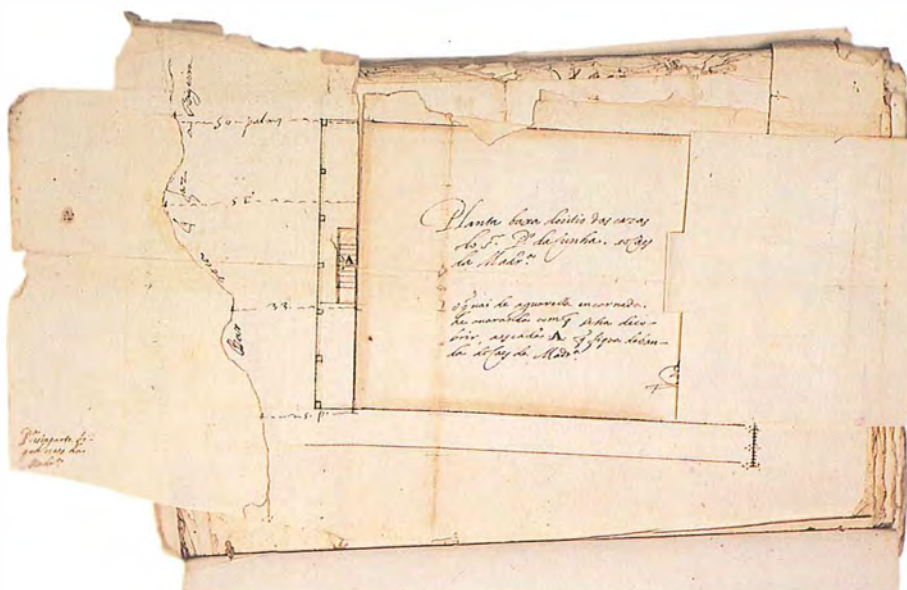


Portal norte do Museu Militar, com grupo escultórico da autoria de Teixeira Lopes, 1908.

profundamente prejudicada pelo progressivo aterro da via pública que alterou a harmonia das proporções. Simetricamente ao referido corpo sul, foi aberto então a norte um novo portal, encimado com um grupo escultórico de Teixeira Lopes, bom exemplar do chamado gosto cosmopolita de inspiração francesa da transição do século. Data de 1926 a nova designação de Museu Militar, substituindo a antiga de Museu de Artilharia. Uma obra recente de José-Augusto França faz um inventário do importante acervo decorativo interior — pintura e talha. Consulte-se também o *Guia do Azulejo* no que a este revestimento diz respeito. (JSM)



O Concílio dos Deuses no Olimpo — Alegoria decorativa mural no Museu Militar. Obra de Carlos Reis, 1908 (pormenor). Segundo J.-A. França constitui uma das melhores representações do nu na pintura portuguesa deste período.

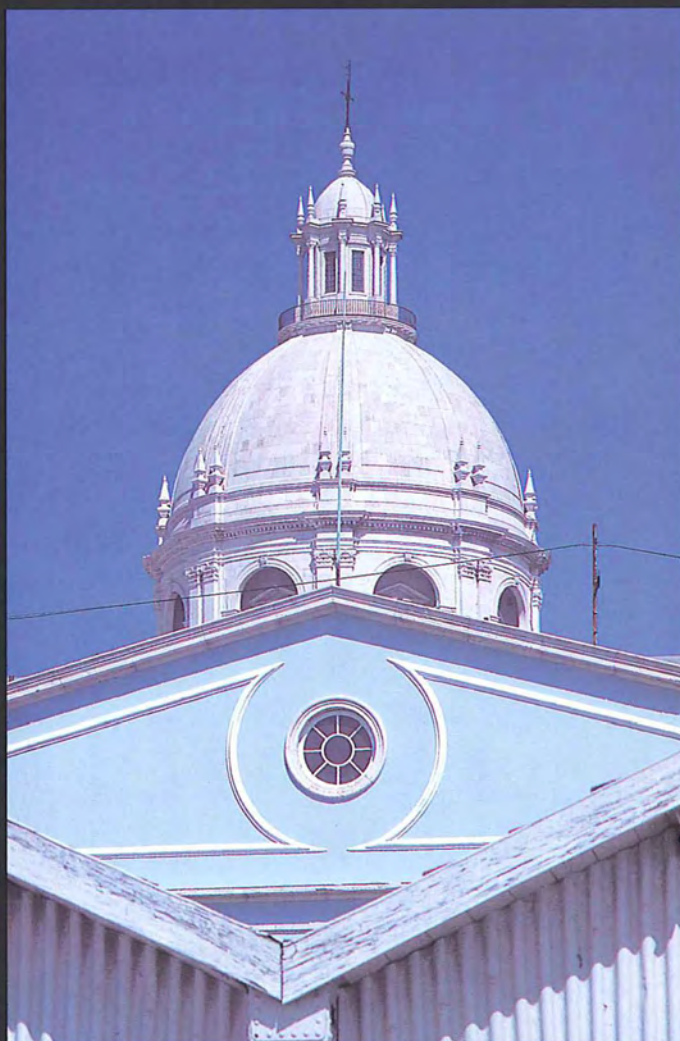


Planta das casas de Pedro da Cunha, ao Cais do Carvão, com assinatura de Mateus do Couto, existente no Arquivo do Arco do Cego (CML).
Foros de Santa Engrácia — caixa 104. Prazo n.º 4.

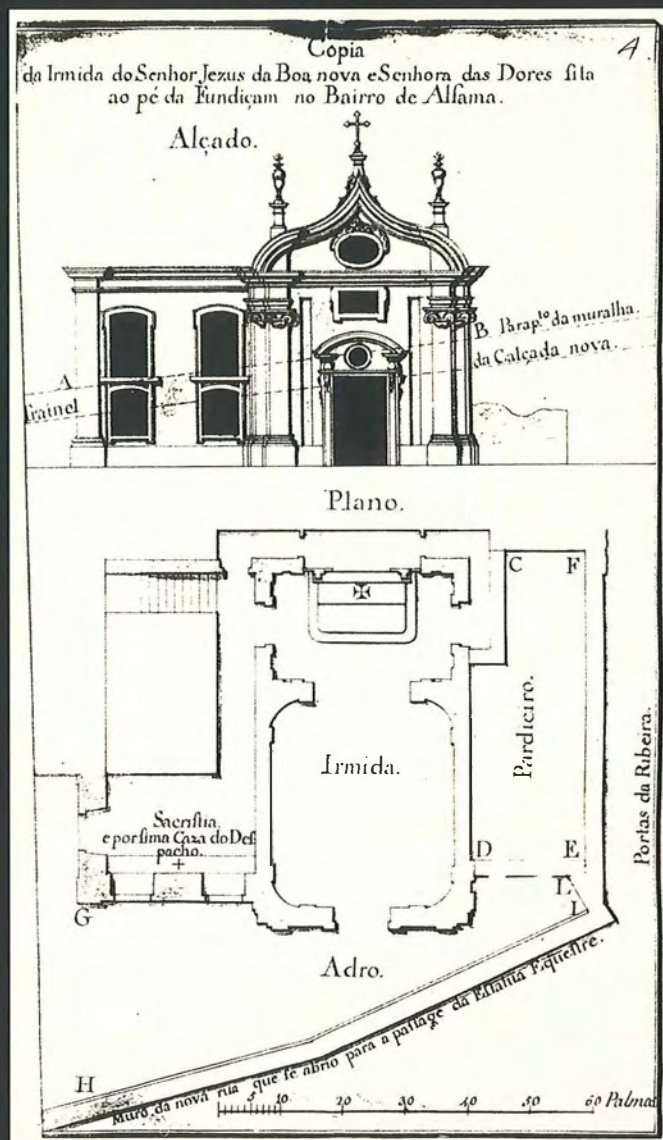
CASAS NOBRES DE PEDRO DA CUNHA, O DA PRAIA.

Pedro da Cunha, chamado o da Praia, por viver numa casa ao Cais do Carvão, na esquina sul do Beco do Hospital da Marinha, propriedade trazida em dote por sua mulher D. Helena de Mendonça, filha de Pedro de Mendonça, o de Santa Clara, senhor da vizinha casa da Cova. Das suas casas, de que hoje não restam vestígios, existe uma planta assinada por Mateus do Couto, que junto se reproduz. (A.A.C./C.M.L. — processos de Foros de Santa Engrácia, Cx.ª 104, Prazo n.º 4).

Houve este Pedro da Cunha dois filhos, Simão e Tristão da Cunha, ambos aqui moradores. Do segundo, Tristão, governador de Angola, foi filho Pedro da Cunha e Mendonça, que veio a herdar as antigas casas de seu antepassado Tristão da Cunha, em Xabregas. Apesar de aqui ter feito algumas obras, veio a vender esta propriedade para prover às despesas com as grandes transformações que levou a cabo nos primeiros anos do século XVIII em Xabregas, daí em diante residência principal deste ramo dos Cunha (a documentação referente a esta propriedade encontra-se reunida no Arquivo da Casa de Olhão, em Xabregas). (JSM)



A cúpula de Santa Engrácia, vista da Avenida Infante D. Henrique, sobre a fachada lateral da Estação de Santa Apolónia.



Planta e alçado da Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova e Nossa Senhora das Dores, feito por Manuel Gaetano de Sousa. Publicado, sem indicação de proveniência, por Francisco Gentil Berger in *Lisboa e os Arquitectos de D. João V* (1994).

ERMIDA DO SENHOR JESUS DA BOA NOVA

I — RESENHA HISTÓRICA

A HISTÓRIA deste edifício religioso teve início em 9 de Outubro de 1728, data em que se reuniram em Mesa, na casa da Congregação do Senhor Jesus da Boa Nova, situada então na Capela de Nossa Senhora do Rosário, às Portas da Ribeira, junto ao estanque do tabaco, o prefeito D. João Manuel da Costa e os demais oficiais da dita irmandade. Esta reunião teve como objectivo a aquisição de um empréstimo, de 6500 cruzados, a José Rodrigues Cruz, mestre vidraceiro, tendo em vista a construção de uma ermida¹. O empréstimo visava a compra de parte de uma propriedade de casas situada no largo das portas da Ribeira, pertencente a D. Joana Margarida Albuquerque e Castro, viúva do capitão Francisco Dias Rego. As limitadas posses da irmandade implicaram a hipoteca dos seus bens e rendas e, em especial, a parte das casas que pretendiam comprar, cuja escritura ficou como penhor na mão do dito José Rodrigues, entregando-se-lhe o novo título que teria de ser feito pela Câmara, a quem eram foreiras.

A 27.10.1728 a irmandade assinou a escritura de compra da propriedade. Tratava-se de um assento de casas nobres onde residia a vendedora, D. Joana. Partiam as casas, do norte, com a muralha da cidade, e do sul, com rua



pública, sendo *foreiras enfatiotas aos Senados da Câmara e se lhes paga (...) foro dois mil e duzentos réis como consta de três aforamentos que foram feitos ao capitão de Mar e Guerra António Dias Rego pai do dito seu marido (...) e ora pertencem (...) à dita Dona Joana (...)*. Após satisfazer algumas dívidas a que estava obrigada, e tendo ficado com as casas livres de encargos, D. Joana contratou-se com aquela congregação *para lhe haver de vender a maior parte do dito assento de casas, que é a que corre desde a escada da loja de recebimento para a parte das portas da Ribeira em que entra a casa da Torrinha, e o vão da dita loja, (...) para nelas poderem erigir a igreja que intentam edificar com o título do Senhor Jesus da Boa Nova*, pela quantia de 7000 cruzados, livres de sisa e laudémio. Sendo necessária a licença da

Câmara, senhorio directo da propriedade, a irmandade apresentou a respectiva petição. Seguiu-se, por indicação do escrivão do tombo, a divisão do foro para apurar o que cabia a cada parte. O síndico da cidade não deixou de lembrar ao Senado o prejuízo dos seus laudémios, *porém que a matéria era pia e para culto divino*. Desta forma se passou certidão *porque consta achar-se que toda a área do prazo das ditas casas tem à face da rua, entrando a casa da Torrinha, cento e sessenta palmos, e deles ficava pertencendo à compra que se faz para a dita igreja e suas oficinas, cento e três palmos, e a parte das casas que ficam à dita vendedora, cinquenta e sete palmos (...)*².

A Câmara, em consequência da petição que lhe foi dirigida para a construção da ermida, apresentou consulta ao rei em 29 de Outubro, expondo que *para poderem dar princípio à dita obra não o podiam fazer sem licença dos Senados e se lhes fazer cordeamento, no qual necessitavam de estorcer um pequeno chão com uma casa do mesmo prazo para poderem fazer com mais formosura a dita obra, por acharem, depois da compra feita e delineada a obra, terem no vão da propriedade menos área do que imaginavam (...) e nem de outra sorte se podia erigir a dita igreja com a capacidade que era precisa*³. Apesar do parecer favorável da Câmara,



Ermida da Boa Nova, fotografia publicada em *A Ribeira de Lisboa*, de Júlio de Castilho, podendo apreciar-se ainda em razoável estado de conservação o conjunto do edifício, com o corpo anexo que albergava a sacristia, no piso inferior, e a Casa do Despacho da Irmandade, no piso superior.

D. João V não se mostrou muito expedito a deliberar, devendo-se as reservas ao grande número de edifícios religiosos já existentes em Lisboa. A luz verde real só veio em 29 de Julho de 1744. Enquanto aguardavam a decisão, os irmãos não se quedaram de braços cruzados, uma vez que a escassez de meios da congregação exigia uma boa gestão dos recursos. Procurando diminuir os encargos do empréstimo, contraíram outro em 1730, com Manuel Simões Lima, no valor de 6000 cruzados, a um juro de 5 %⁴. O facto de as casas da irmandade já estarem hipotecadas não invalidou nova hipoteca. Esta irmandade, existente desde 1718⁵, teve os seus estatutos prontos em 1726, apesar de só aprovados em 1736, e confirmados pelo

patriarca em 11 de Fevereiro de 1742. Cirilo Volkmar Machado atribuiu o risco do edifício ao major Manuel da Costa Negreiros, arquitecto da Casa do Infantado, falecido em 1750⁶, ficando a construção concluída em 1748⁷. Nos anos de 1746 e 1747 as obras estavam em curso. Sabêmo-lo por uma escritura celebrada em 13 de Dezembro de 1762, *na casa do despacho da irmandade do Senhor Jesus da Boa Nova, sita na sua ermida junto às portas da Ribeira, pela qual a irmandade, por se não achar ao presente com meios suficientes para o distrate daquelas escrituras*, se comprometeu a pagar juros relativos a um empréstimo que contraíra com Carlos Jol, negociante holandês. Dividido em duas parcelas de 1 200 000 réis, efectivadas em 12 de

Novembro de 1746 e em 10 de Maio de 1747, a juro de 4 %, destinou-se à *satisfação e continuação das obras que a dita irmandade mandara fazer na dita ermida*⁸.

Em 1769, o mesmo Jol, procurando cobrar a dívida, comprou parte da propriedade mística à ermida, que a irmandade tinha hipotecado aquando do empréstimo. Ligou-a então por um passadiço a uma outra propriedade que possuía no lado oposto do Beco do Melo. Tal situação perdurou até 1793, ano em que a rainha D. Maria I — protectora da Real Congregação por decreto de Dezembro de 1790 — em resposta a uma petição da irmandade, devolveu a dignidade à ermida trazendo-a de novo à face da rua, devolvendo-lhe o terreno anexo, bem como o que lhe era fronteiro.

O terramoto de 1755 não afectou a ermida, segundo as informações do *Mappa de Portugal*⁹, assim como da *Lisboa em 1758*.¹⁰ Por provisão de 14 de Dezembro de 1786 o patriarca criou a Real Congregação do Senhor Jesus da Boa Nova e Senhora das Dores, unindo à imagem do patrono titular a de Nossa Senhora das Dores. Esta união foi fruto da similitude do culto de ambas no auxílio aos pobres da cidade, tendo sido colocada, em Janeiro de 1787, a imagem de Nossa Senhora das Dores aos pés do Senhor Jesus. O seu objectivo era o socorro às famílias necessitadas do Bairro de Alfama.

Apesar do empenho, a decadência dos tempos e a carestia dos géneros não se compadeceram com os propósitos, obrigando a congregação a suprir carências pela piedade dos fiéis. Obtiveram desta forma várias ânuas ordinárias, quer da Mitra Patriarcal, quer dos monarcas, muito em particular da rainha sua protectora. As receitas da esmola para o caldeirão, destinado ao jantar semanal das famílias pobres, permitem-nos conhecer a composição da sua frugal ementa: pão, hortaliça e água; feijão de quando em vez, e o arroz muito raramente. A despesa da banha e da água, assim como da esfrega do caldeirão, era custeada pela congregação.

Através do *Sumário das Indulgências*, concedidas pelo papa Pio VI, conhecemos as que foram dadas às irmandades de Nossa Senhora das Dores erigidas com faculdade dos gerais da Ordem dos Servitas. Pelos breves de 20 de Maio de 1788 o papa concedeu *in perpetuum* a todos os fiéis, confessados e comungados, que visitassem a ermida na sexta-feira da semana da Paixão, dia próprio do culto de Nossa Senhora das Dores, indulgência plenária e remissão de todos os pecados. Em termos gerais concedeu privilégios vários, indultos, graças e jubileus, a esta congregação, em cerimónias a realizar no seu altar-mor.

Fachada da Ermida da Boa Nova, vista da rampa da Rua do Museu de Artilharia.



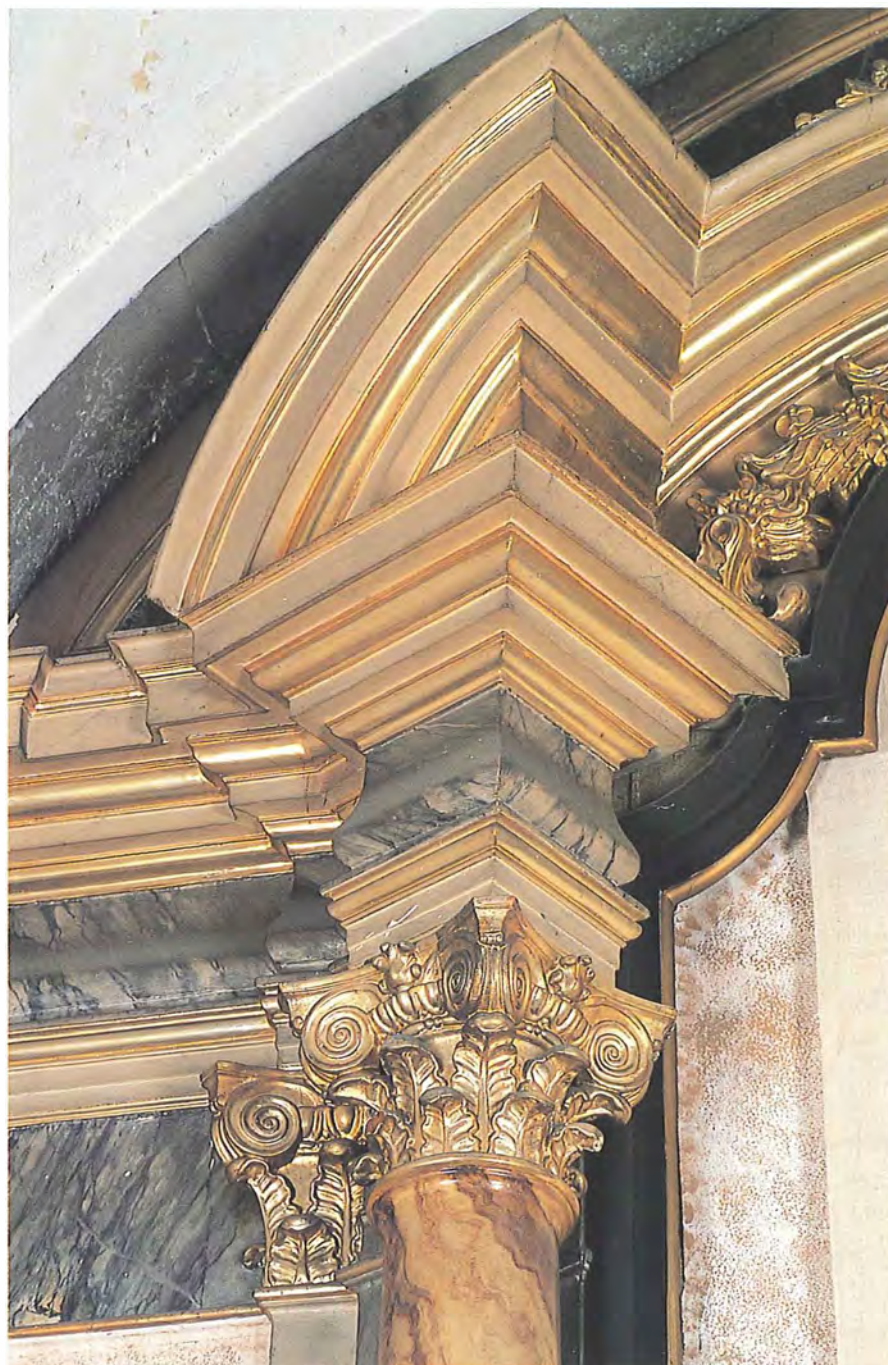


A licença para se executarem e publicarem em todo o seu conteúdo foi concedida por decreto do patriarca de 10.3.1789.

No ano de 1862, era tal o estado de pobreza da irmandade que afirmava não lhe ser possível custear as despesas do sagrado lausperene *para fazer face às despesas duma missa aos Domingos e dias Santos de guarda e à decência do culto de suas imagens*. Ao longo do século XIX a ermida sofreu várias campanhas de obras, documentadas por folhas de despesas e pagamentos, bem como através de recibos, existentes no cartório da irmandade¹¹. Nos anos de 1826 e 1827 houve intervenções na ermida, na torre e na Casa do Despacho, situada no corpo anexo à capela. No de 1854, de pintura, estuque e dourados na capela, que custaram 107 000 réis. Os telhados foram feitos de novo, amouriscados, entre 1859 e 1860, uma vez que *depois de se ter os madeiramentos descobertos se acharam as madeiras podres, nesta ocasião apareceram alguns ilustres irmãos da ilustre irmandade se tratou de mudar de figura os madeiramentos para melhoramento da ilustre casa em se fazer tudo de novo como se vê e fazer os telhados todos de novo com cimalthas beirais para todos os lados*. Em 1864 continuavam as obras no telhado e na sacristia. Em duas folhas de orçamento, datadas de 1871, são referidas as obras de pintura feitas

no retábulo, camarim e trono da capela, e da urna do altar. Prolongaram-se as obras pelo ano de 1872. Finalmente, em 1897, sofreu a ermida as últimas obras de carácter geral, cuja importância somou 420 335 réis. J. B. de Castro refere que, em 1870, era administrada por uma irmandade secular intitulada de Via Sacra, que ainda se mantinha em 1927, segundo afirma Monsenhor Gustavo do Couto que, aludindo à ermida, não deixa de chamar a atenção para os *três altares de linda talha dourada*¹².

Já neste século, em 1928, os irmãos, após um aviso da Câmara, viram-se compelidos a pedir ajuda a uma irmã benemérita a fim de proceder a obras exteriores em todo o edifício, que montavam a um conto e quinhentos mil-réis. Não havendo já formas de contrair empréstimos foram-se esgotando as condições para subsistir condignamente. A regularidade do culto foi diminuindo até ao seu desaparecimento, enquanto que o estado de degradação não mais parou. Ao presente se poderão aplicar com propriedade as palavras de repúdio de D. Maria I por ver a ermida *reduzida a uma situação, não só imprópria e indecente*. (JFP)



Retábulo de talha dourada do altar-mor da Ermida da Boa Nova; conjunto e, ao lado, pormenor do coroaemento.



Coroamento da fachada da Ermida da Boa Nova.

II — COMENTÁRIO

Apesar do estado de abandono a que foi votada e de ter sido enterrada pela abertura da rampa por onde desceu a zorra com a estátua equestre de D. José (Rua do Museu de Artilharia), a Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova evidencia ainda os traços nobres da arquitectura erudita do período joanino. Erguida ao longo da década de quarenta do

século XVIII, sob a possível direcção de Manuel da Costa Negreiros (segundo informação de C. V. Machado) este monumento sacro demonstra a rápida assimilação pela cidade do gosto barroco romano que D. João V elevou a estilo oficial. A partir do ainda inacabado modelo de Mafra, essa normatividade estética disseminou-se na região lisboeta, assumindo as dissonâncias das várias gramáticas em con-

fronto na matriz romana. Bernini, Borromini, Fontana ou Juvara, entre outros, são referências de um magistério transposto para Lisboa através de artistas importados e aqui rapidamente enraizado. Fez história nos anais lisboetas a polémica sobre o desenho de sabor gótico dos arcos quebrados do Aqueduto das Águas Livres, proposta de A. Cannevari veementemente rejeitada em vão pela rigidez da visão



Nossa Senhora das Dores debruçada sobre o Crucifixo. Estampa existente no cartório da Irmandade da Boa Nova.

mais conservadora de J. F. Ludovice. Olhando esta fachada, pode-se de imediato constatar o respeito estrito pela normatividade clássica no corpo inferior do templo, com pilastras e um portal de frontão curvo, mas dinamicamente contrastada pelo coroamento com frontão contracurvado de influência borrominiana, toque elegante que aligeira e anima o conjunto. Trata-se, portanto, de uma estética de fusão das mais vulgarizadas contribuições, escoreita mas sem rasgos,

facilmente integrável na prática que genericamente se pode ligar à influência do referido J. F. Ludovice e cuja permanência se manteria muito forte na subsequente prática lisboeta. Por este seu carácter de obra temporariamente certa, esta Ermida da Boa Nova ganha um lugar de relevo no panorama da arquitectura contemporânea, merecendo por isso bem melhor tratamento e um urgente restauro. Destaque-se, ainda, no interior, o seu altar-mor, com colunas e frontão aberto e ondulante, que reforça em dimensões mais modestas a familiaridade com os de Mafra ou São Domingos, obras atribuíveis ao mesmo Ludovice.

Além desta sua importância artística, esta ermida conduz-nos a atenção para o universo pouco conhecido das Irmandades e Confrarias de Lisboa, que esperam ainda um estudo de conjunto que nos dê a dimensão social e cultural desta orgânica tão característica da vida alfacinha. Estas instituições de solidariedade social resultavam ou da agremiação de profissionais da mesma actividade, com contornos quase pré-sindicais, ou da reunião de gente de variada origem social e profissional em



Estampa do século XVIII com moldura rocaille, com a representação conjunta das duas evocações da Ermida: o Senhor Jesus da Boa Nova acompanhado por Nossa Senhora das Dores (Cartório da Irmandade da Boa Nova).

torno de um fim comum, por vezes com limitação a um bairro ou comunidade, como esta cingida aos necessitados de Alfama. Este segundo tipo de irmandades recorria com frequência ao patrocínio de algum aristocrata bem relacionado na Corte, como é o caso do provedor D. João Manuel da Costa, neto dos condes de Soure, então morador aqui perto, no Palácio do Braço de Prata. (JSM)

¹ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 46, L.º 549, fls. 6-7.

² IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 46, L.º 549, fls. 31-36v.

³ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1.ª parte, T. XII, Lisboa, Typ. Universal, 1898, pp. 184-186.

⁴ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 48, L.º 559, fls. 26v-27v.

⁵ Sequeira, Gustavo de Matos, *A Ermida da Boa Nova, in Olisipo*, n.º 52, 1950, pp. 147-149.

⁶ Machado, Cirilo Volkmar, *Colecção de Memórias*, Lisboa, Imp. de Vitorino Rodrigues da Silva, 1823, p. 164.

⁷ Conceição, Fr. Apolinário da, *Demonstração Histórica*, Lisboa, 1750, p. 207, e Oliveira, Eduardo Freire de, *ob. cit.*, Vol. VIII, pp. 203n.

⁸ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 81, L.º 729, fls. 37-37v.

⁹ Castro, J. B. de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1870, Vol. III, p. 165.

¹⁰ Portugal, Fernando e Matos, Alberto de, Lisboa em 1758 - *Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, Coimbra Editora, 1974, p. 313.

¹¹ O Cartório da Irmandade mantém-se na ermida sem qualquer tipo de organização e em condições de conservação confrangedoras.

¹² Couto, Monsenhor Gustavo do, *História da igreja de Santo Estêvão*, Lisboa, Tip. do Comércio, 1927, p. 19.



Fachada das duas casas nobres do Bandeira, na actual Rua dos Caminhos de Ferro, depois Palácio dos Condes de São Vicente.

2 CASAS NOBRES DO BANDEIRA

I — RESENHA HISTÓRICA

A HISTÓRIA desta propriedade¹ tem início em 12.5.1578, data em que a Câmara aforou os *chãos das barrocas do cais da Madeira por sentir que era nobreza da cidade*. Um deles, o terceiro, foi aforado para sempre a Nuno Fernandes de Magalhães, por 570 réis. Confrontava do norte com o de Álvaro de Moraes, *da banda do levante (...) com rua pública, (...) da banda do sul (...) com chão (...) de Miguel de Cabedo (...) e da banda do poente parte com campo público da cidade*. Diz o contrato que *as casas no dito chão de sobrado que fizer ao nível do campo público para cima não poderá fazer outro sobrado salvo o telhado somente*.

D. Maria de Melo, mulher de Nuno Fernandes, por este estar cativo, vendeu os *chãos ao Cais da Madeira* (25.10.1578) a Pêro da Rigueira, *galego que tratava em madeira*². A viúva deste, em 23.7.1597, fez reconhecimento à Câmara das casas *encostadas à rocha do campo de Santa Clara que partem com o dito campo e com o cais*, afirmando que (...) *parte do chão das ditas casas foi aforado (...) pela cidade em Pêro da Rigueira (...), com foro de quinhentos e setenta réis, e outra parte do dito chão foi aforado ao doutor Miguel de Cabedo, e seu filho Jorge de Cabedo o renunciou nele dito Pêro da Rigueira (...) por efeito de se fazer uma rua pelo meio para o*



campo (...). A construção desta nova artéria para Santa Clara — ainda hoje existente — levou a Câmara a reduzir a metade os foros do Cais da Madeira.

A viúva do Rigueira vendeu a propriedade a Jerónimo Correia da Silva que fez o reconhecimento à Câmara em 1613. Após a sua morte, couberam as ditas casas a D. Maria Pereira que, em 1624, fez testamento a favor do irmão, Francisco Correia da Silva, deixando-lhas por sua morte, mais a mercê de uma capitania de uma nau de viagem da carreira da Índia. Em 1642, falecida D. Maria Pereira — ou Sor Maria do Rosário — foi a vez de Francisco da Silva fazer reconhecimento à Câmara. Sucedeu-lhe na posse das casas D. Nicolau da Silva que, em Junho de 1709, as vendeu por um conto de réis ao capitão Estêvão Álvares Bandeira, cavaleiro de Cristo³, e natural de Viana do Minho, que depositou em caução um *anel de ouro grande com seus diamantes*. O Bandeira, homem de negócio, morador às *cavaliariças do Cais do Carvão* (1710-17, pelo menos), teve os

bens sequestrados pela *obrigação das fardas que arrematou e não entregou*. Valeu o irmão, Manuel Álvares Bandeira, morador em Moura e depois na Confeitaria⁴, também negociante, que recebeu as moradas de casas do Cais do Carvão, descritas como *grandes e nobres e feitas de novo e constam de dois andares com seu poço na loja e seu quintal e estrebaria, palheiro, cocheira e armazém (...)* sitas ao Cais da Madeira, indo da Fundação nova (...) para Santa Apolónia à mão esquerda. Outra descrição (1719) refere-as como *uma morada de casas nobres e novas e ainda por acabar, com sua loja grande e nela seu poço de água com estrebaria, palheiro e cocheira e um armazém, levantadas em dois andares, com cinco janelas de sacadas para a parte da rua em cada um deles, e com cinco janelas e uma porta para parte do beco que (...) vai para a Cova, e têm mais as ditas casas um quintalinho e junto dele uma cozinha em que também têm água e outro sim (...) por cima (...) outras casinhas pequenas e baixas para a parte da Cova por onde também têm uma porta e são por todas, excepto as lojas, vinte e quatro casas grandes e pequenas*.

Manuel Álvares Bandeira, falecido em 1721⁵, deixou as casas ao sobrinho, Domingos Bandeira, filho de Estêvão Bandeira que nelas permaneceu. A propriedade era então composta por dois prazos: *umas casas nobres com seu*

quintal (...) foreiras (...) do Mosteiro de Santos; e outras casas grandes (...) foreiras ao Senado da Câmara. Este Domingos, morador às cavaliças, em 1723, não sabendo o que na (...) viagem Deus fará de mim por cuja causa quero dispor de meus bens (...), fez nomeação das propriedades de prazo em seu irmão, João Teles Bandeira, que delas tomou posse em Agosto de 1745. As casas são referidas, umas como prazo de nomeação foreiro ao Convento de Santos que constam (...) de duas propriedades, (...) que constam de três andares de lojas e outra em que mora Silvestre Pires de Carvalho que também constam de três andares e lojas; e as outras prazo (...) ao Senado da Câmara que constam (...) de dois andares nobres e mais casas por detrás, e mora em um quarto (...) Monsenhor Pereira e no outro quarto João Teles Bandeira.

João Teles, ora assistia na sua Quinta da Alcaidaria na ribeira de Ourém, ora em Lisboa, onde residia há anos para assistir a demandas e negócios da Casa de seu pai⁶. A propriedade, que entretanto pertencera aos herdeiros de João Teles, era agora de João Baptista Pereira⁷, homem de negócio, administrador da Casa do Bandeira e morador em parte do edifício (1772), de que ficou proprietário. O seu filho, o Dr. Paulo José Pereira de Sousa, em 2.8.1777, aludia, numa escritura, aos bens e acções que lhe foram deixados pelo Doutor João Teles Bandeira⁸. Em 1779 já a propriedade passara a

D. Jerónimo Ladislau da Cunha, cónego da Sé de Évora, filho segundo dos condes de S. Vicente. Nascido em 1737, D. Jerónimo faleceu em 1797 nesta propriedade, deixando-a ao sobrinho, Miguel Carlos da Cunha e Silveira de Lorena, filho do conde Manuel. Por este tempo a propriedade é referida com oito lojas e oito quartos de casas ou andares, hospedando gente variada, como António da Cunha Souto Maior, que vivia de suas rendas, o desembargador Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, D. Rosa Maria de Velasco, Dionísio José Aparício, administrador-geral da Companhia dos Vinhos do Porto, ou a condessa de Atouguia que, em 1779, ocupou dois andares e respectivas lojas, com seis criados. As lojas tanto serviram correeiros, taberneiros e funileiros, como de palheiros e celeiros ou para simples despejos. Em 1800 estava o 3.º andar arrendado a António Garcia com um jogo de bilhar.

As casas do Cais dos Soldados tornaram-se, assim, residência principal dos condes de São Vicente, anteriormente residentes ao terreiro do Ximenes, a S. Cristóvão (hoje Largo do Caldas). O 7.º conde de S. Vicente residiu ao cais partilhando as casas com o tio, D. Marcos José da Cunha, que fez obras no quarto que ocupava. Em 1804, o palácio — então assim chamado — era composto por lojas, cocheiras, quartos nobres e mais acomodações, tudo avaliado em 500 000 réis. Nele vivia o senhorio com 14 criados,

11 cavalos de carruagem, um de acompanhar e outro de servir a casa. Fez testamento (8.7.1806) no sítio do Cais dos Soldados, freguesia do Paraíso e palácio de residência, onde diz: *não tenho filhos, posso dispor livremente de todos os meus bens* — e designa — (...) a condessa dona Isabel (...) por minha universal herdeira dos meus bens livres e nomeio todos os prazos (...) e todas as benfeitorias feitas nestas casas e nas outras místicas em que vive meu tio (...) assim como todos os mais meus bens móveis e semoventes tanto desta dita casa em que vivo junto ao Cais dos Soldados (...) e declaro que o dito meu tio Dom Marcos se conservará sempre no andar de casas em que vive (...) sem que possa pedir-se-lhe renda (...) pois essa foi a vontade do (...) conde meu pai⁹.

A condessa aceitou a herança a título de inventário. Contudo, quis o destino que em 22 de Setembro fosse forçada a desistir, uma vez que ficara pejada do dito Conde seu marido e era portanto necessário esperar meses para ver se vinha à luz, e com bom sucesso, o esperado parto, pois ou fosse filho ou filha o dito póstumo era (...) herdeiro necessário¹⁰. No dia 9.3.1807 nascia Manuel, 8.º conde de S. Vicente. O palácio do (...) conde de S. Vicente, sito na rua direita do Cais dos Soldados, o qual tem muito boas acomodações para uma numerosa família, dois poços de água nativa, cocheira, cavaliças e palheiro, estava por arrendar em 1815, segundo notícia

da *Gazeta de Lisboa*¹¹. Apesar de nem sempre viver neste palácio, o conde nele faleceu (1835)¹² com 28 anos, depois da morte da irmã (1833)¹³ e da condessa viúva (1831)¹⁴. O sucessor na casa viveu vários anos ao Cais dos Soldados.

Em 1839 ainda são referidos os foros anuais devidos às Comendadeiras e à Câmara, respectivamente de 400 e 415 réis. Do prazo foreiro à Câmara — cujas casas tinham os números 44 a 46 antigos e 42, 44 e 46 modernos — os condes nunca pagaram foro, o que levou a um processo que decorria em 1874. O foro fora reduzido para 279 réis, em virtude da lei de 22.6.1846. Apesar da propriedade estar então na posse do inquilino José de Santa Rita Vieira, o conde aceitou a autoria do processo, que ganhou — *contrariando a acção com a matéria da excepção de prescrição e contestação*. A propriedade foi mudando de mãos até, já neste século, cair na posse da família Varela Cid. (JFP)

II — COMENTÁRIO

O aspecto mais curioso que esta propriedade apresenta de imediato é a pilastra que a divide simetricamente ao meio, com cinco sacadas de cada lado no andar nobre, rompendo sem sentido a unidade



As casas nobres do Bandeira vistas da Avenida Infante D. Henrique.

do conjunto. Ora tal facto não se deve a qualquer fantasia arquitectónica mas, sim, à obediência pragmática à realidade patrimonial. Com efeito, são dois foros justapostos — um à Câmara de Lisboa e outro às Comendadeiras de Santos — unificados ao longo dos tempos pelos mesmos proprietários. O aspecto actual do edifício duplo parece dever-se às obras do Bandeira, mercador de grosso trato da praça de Lisboa, e a designação de palácio com que depois se viu ornado decorre da instalação, após 1779, dos condes de São Vicente, proprietários ainda em finais do século XIX. De realçar a construção de uma ligação

ainda hoje existente entre a actual Rua dos Caminhos de Ferro e a Calçada do Cardeal, decerto imposta por questões funcionais, levando a Câmara a reduzir o foro, pois se dotava de uma nova via útil dado o aumento constante da actividade no cais. Outro ponto de interesse detectado na documentação é a sucessiva alteração da toponímia do local, consoante a mudança do produto dominante na actividade do cais: primeiro a madeira, depois o carvão e, finalmente, os soldados, devido à instalação onde hoje se ergue a estação, do Regimento de Cavalaria do Cais, fruto da reforma militar pombalina do conde de Lippe. (JSM)

¹ A maior parte da informação obtida até meados do séc. XVIII é proveniente do AAC-CML, Foros de Santa Engrácia, Cx. 104.

² IAN/TT, Chancelaria de D. Sebastião / Perdões, L.º 4, fls. 61-61v.

³ IAN/TT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Mç. 5, n.º 4.

⁴ IAN/TT, HSO, Mç. 59, n.º 1225.

⁵ IAN/TT, RGT, L.º 163, fls. 33-36v.

⁶ IAN/TT, HSO, Mç. 97, n.º 1636.

⁷ AHTC, Livros da DC, Arruamentos, freguesia de Santa Engrácia, Mç. 426.

⁸ IAN/TT, CN, C-II, Cx. 98, L.º 409, fl. 58.

⁹ IAN/TT, Casa da Suplicação, Juizos Diversos. Inventário orfanológico, Mç. 28, Cx. 718 e RGT, L.º 356, fls. 251 e segs.

¹⁰ IAN/TT, Casa da Suplicação, Juizos Diversos. Inventário orfanológico, Mç. 28, cx. 718

¹¹ *Gazeta de Lisboa* (29.3.1815).

¹² IAN/TT, RP, Óbitos — Santa Engrácia, Cx. 26, L.º 3, fl. 174v.

¹³ IAN/TT, RP, Óbitos — Santa Engrácia, Cx. 26, L.º 3, fl. 146v.

¹⁴ IAN/TT, RP, Óbitos — Santa Engrácia, Cx. 26, L.º 3, fl. 94.

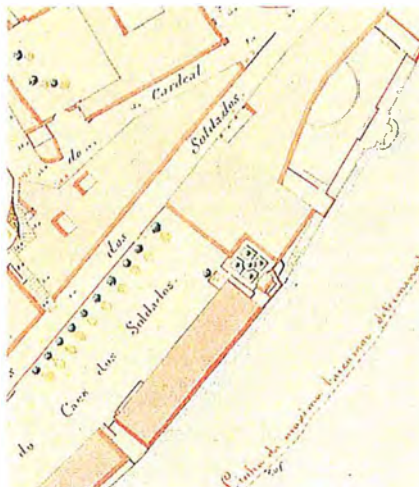


Portal da antiga casa de Machado de Castro, prejudicado nas suas proporções originais pela subida do nível da rua.

3 CASA DE MACHADO DE CASTRO

I — RESENHA HISTÓRICA

ESTA casa modesta, só decorada pelo portal e o revestimento de azulejos, está inserida no alinhamento fronteiro aos antigos cais da Madeira e do Carvão, cujas primeiras edificações remontam a finais do século XVI. Em 1758 era proprietário José Cardoso da Silva, *morador no Cais do Carvão*, fiel dos Armazéns do Reino, cuja função consistia em *receber e pôr em arrecadação todos os géneros das munições que entram nos mesmos armazéns*. O pai fora *mestre ferreiro da fábrica dos mesmos armazéns*, o avô paterno também ferreiro, a mãe enfeitada, e ela e avô paterna *mulheres de segunda condição*¹. Apesar destes impedimentos por *falta de qualidade*, acabou por receber o hábito de Cristo através da mulher, D. Maria Clara de Vasconcelos, mercê dada (1718) a seu avô, bacharel João Lopes Raposo de Castanheda, para quem com ela casasse. José Cardoso da Silva viveu nestas casas — avaliadas com os seus dois andares e uma loja em 80 000 réis — servido por cinco criados, e casou segunda vez com D. Ana Bárbara de Sousa. Esta senhora, viúva em 1778, herdou as casas ao Cais do Carvão, e levou-as em dote ao segundo marido, o escultor Joaquim Machado de Castro, então com 48 anos, em cerimónia na



ermida do marquês de Marialva, em Marvila (13.4.1779)². Em 15.10.1779, D. Ana Bárbara celebrou uma escritura ao Cais dos Soldados e casas de morada de Joaquim Machado de Castro³.

Vários olisipógrafos souberam da residência do artista na freguesia de Santa Engrácia, através do *Almanaque de Lisboa* (1791) que o refere como *morador defronte do cais do Tojo, à Bica do Sapato*.

Mas Júlio de Castilho resume a questão que a todos se colocou: *em qual daquelas casas?*⁴ Pastor de Macedo reforçou a informação, pois apurou o baptismo de quatro filhos do escultor — Pedro (1780), José (1782), Mariana (1784) e Maria (1785) — sendo *morador na Praça de Armas e no Cais dos Soldados*⁵. No entanto, os livros da *Décima da Cidade* referem que ele

viveu neste edifício entre os anos de 1778 e 1791⁶ — situado na *frontaria do Cais dos Soldados* — apontando-o como *senhorio que vive de suas rendas*. Aí residia quando recebeu o Alvará de Escultor da Casa Real (11.9.1782), cargo vago *há muitos anos, com o qual emprego haverá trezentos e cinquenta réis de moradia por mês e três quartos de cevada por dia, paga segundo ordenança, e assim mais vinte mil-réis de ordenado cada ano*. Tal nomeação ficou-se a dever ao trabalho da estátua de D. José, concluído sete anos antes, *com tanto acerto e propriedade que conseguiu merecer a sua real aprovação, por cujo motivo me suplicara lhe fizesse alguma mercê que lhe servisse de prémio àquele serviço em que com tanto cuidado se havia empregado e igualmente de estímulo aos progressos da Arte que exercitava*⁷.

Em 1792 a propriedade foi adquirida por um doutor Rodrigo da Costa que a vendeu no ano seguinte ao doutor Manuel de Oliveira, proprietário até 1825, trazendo-a arrendada a gente variada, caso de um cadete do Regimento de Lippe, um administrador do Paço da Madeira, um tenente-coronel de Artilharia, ou um corregedor do Crime do Bairro Alto. Comprada depois por António Francisco Moreira de Sá, o 1.º andar e a loja estiveram arrendados de 1822 até 1829 à



A casa de Machado de Castro, inserida no prospecto urbano da actual Rua dos Caminhos de Ferro, antigo cais.

Administração de Iluminação da Cidade. Aumentada em um andar no século XIX, teve ainda como proprietário, em meados da centúria, Pedro António Pina Manique, andando durante muitos anos devoluta, conhecendo uma lenta e progressiva degradação até à actualidade. (JFP)

II — COMENTÁRIO

Com a sua fachada harmónica de três pisos, mais tarde acrescentados com uma água-furtada, esta casa representa um tipo comum de residência urbana de uma classe média que ao longo do século XVIII se vai afirmando no panorama social lisboeta. No piso térreo sobressai o pequeno portal, com frontão decorativo, pormenor enobrecedor que denota algum cuidado e, sobretudo, a vontade de afirmar um estatuto recente pela cópia dos modelos eruditos. Dá acesso a um vestíbulo para viaturas de pequenas dimensões (depois transformado em loja da casa Roseira e mantendo no tecto o seu mostruário de padrões de azulejos — ver *Guia do Azulejo*) onde à direita nasce uma escada meramente funcional que sobe para o primeiro piso da residência. De realçar ainda a orgânica dupla da casa com segunda fachada traseira sobre a Calçada do Cardeal, permitindo a autonomização do referido piso térreo sobre a Rua dos Caminhos de Ferro. Realce-se, ainda, o revestimento oitocentista de azulejos da fachada, estudado no *Guia do Azulejo*.

No entanto, o aspecto mais interessante desta residência é o facto de aqui ter morado por alguns anos Machado de Castro, uma das figuras centrais do panorama artístico lisboeta da segunda metade do século XVIII. A casa veio-lhe em dote com sua mulher, já viúva,

e aqui nasceram os seus filhos. Este simples facto impõe de imediato obras de recuperação deste curioso exemplar de residência lisboeta, que entaves de vários tipos, incluindo indefinições na propriedade, não permitiram realizar no âmbito do programa *Caminho do Oriente*. (JSM)

¹ IAN/TT, Habilitação da Ordem de Cristo, Mç. 13, N.º 10.

² IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 20, L.º 8.

³ IAN/TT, CN, C - 12B, Cx. 89, L.º 773, fls. 39V-42.

⁴ Castilho, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Vol. I, Lisboa, CML, 1948, pp. 176.

⁵ Castilho, Júlio de, *ob. cit.*, pp. 176-178 - notas.

⁶ AHTC, Décima da Cidade, Livros de Arruamentos, Santa Engrácia, Mçs. 431 a 443.

⁷ IAN/TT, Chancelaria de D. Maria I, L.º 17, fl. 281.



Machado de Castro, retrato a óleo, n.º 612 do Inventário da Coleção de Pintura do Museu Nacional de Arte Antiga.



Portal nobre de entrada sobre o pátio da Casa da Cova (obra datável da campanha de obras entre 1717-27).

4 CASA DA COVA

I — RESENHA HISTÓRICA

A HISTÓRIA do morgado da Cova¹ teve início no casamento de Tristão de Mendonça, governador de Chaul, filho do alcaide-mor de Mourão, com D. Maria de Albuquerque, filha de Lopo de Albuquerque e de D. Joana de Bulhão. O contrato foi celebrado em Alhos Vedros (28.6.1536), levando D. Maria em dote umas propriedades nessa vila e *um prazo de umas casas de S. Vicente de Fora (...) que estão em a cidade de Lisboa junto d'Alfama*. Pedro, filho destes, anexou as casas junto a Santa Clara ao morgadio instituído pelo pai em 1587, onde se estipulava que ele e seus herdeiros deixem as suas terças anexas em morgado. O testamento foi aprovado na cidade de Lisboa, fora dos muros dela junto do Mosteiro de Santa Clara, nas casas da morada do Senhor Pedro de Mendonça Furtado, estando aí presente o Senhor Tristão de Mendonça, morador na dita casa, doente, vindo a ser sepultado em S. Lourenço de Alhos Vedros.

Pedro de Mendonça Furtado, comendador de Avanca, foi vereador de Lisboa, e casou com sua prima, D. Maria Ana, filha de João de Mendonça, o Cação, morador a Santo André. Foi capitão de Chaul e teve a alcunha de o Larim, alusão à sua magreza e à delgada moeda corrente na Índia. Conta D. Diogo de Meneses, enviado a Chaul para reunir empréstimos,



que o capitão foi o primeiro que à mesa da dita Câmara mandou trazer um saco de dinheiro de mil pardaús de larins (...) e mos entregou, sem embargo de estar então com grande perda (...) no navio do trato de Moçambique. De regresso, e rico, Pedro de Mendonça transformou as casas de Santa Clara e, pelo seu testamento, em 1618, vinculou-as ao morgado. Por aquelas casas pagara à Câmara 21 anos de foro e os gastos e despesas que neste tempo nelas fez em que despendeu mais de quarenta mil-réis. Diz no testamento: *tomo a terça, e faço em morgado, para que herde meu filho Tristão de Mendonça, (...) e peço que de tudo tenha muito cuidado, principalmente do tratamento destas casas, porque as fiz com tanto gosto para lhas deixar muito mais*. O filho, Tristão de Mendonça Furtado,

comendador de Avanca, participou na jornada da Baía, em 1624. Foi um dos Aclamadores de 1640 e embaixador de D. João IV aos Estados Gerais. De regresso, em 1642, morreu num naufrágio no rio das Maças, com os dois filhos mais velhos.

O sucessor na Casa da Cova foi António de Mendonça, que morreu em 1658, ficando seu irmão, Diogo de Mendonça, tutor do primogénito, Tristão, que habitava as casas de Santa Clara em 1670². Este Diogo sucedeu no morgado de Matias de Albuquerque e viveu durante vários anos na Casa da Cova, onde morreu em 1698, tendo sido presidente da Mesa da Consciência e Ordens. Duas escrituras indicam que, em 1674, morava junto ao Mosteiro de Santa Clara³ e, em 1685, no Campo de Santa Clara nos aposentos em que vive e como procurador de seu sobrinho, Tristão de Mendonça Furtado⁴.

Em 1712, doente em cama, fazia testamento à Cova, defronte de Santa Clara, e casas em que vive, a exma. condessa de Redondo, D. Margarida de Távora⁵, viúva e irmã do senhorio, Tristão. Este, pouco anos decorridos (1.2.1717), viu-se a braços com a reconstrução de suas casas após o horrível incêndio — palavras da Gazeta de Lisboa — no palácio de Tristão de Mendonça Furtado, que o reduziu totalmente a cinzas, com todo o precioso móvel que o guarnecia, que importava muitos mil cruzados⁶.



A mole imponente da grande muralha sobre o cais que sustenta a Casa da Cova.

Tristão, em 1692, apresentava em petição *que para haver de fazer algumas despesas lhe era necessário contrair um empenho de quatro mil cruzados (...); se não achava com bens livres, sabendo que o rei costumava conceder faculdade para se obrigarem os bens vinculados*⁷. Tenente-general de Cavalaria, 4.º morgado, este fidalgo juntou aos seus o apelido Albuquerque, pelo referido morgado herdado do tio. A sua mulher,

D. Violante Henriques — de quem teve cinco filhos — antes do incêndio (1712), deixou ao morgado o casal que tinha na azinhaga, *que é de livre nomeação, deixo para o adorno e paramentos do oratório que estou fazendo nas minhas casas de Lisboa*⁸. No testamento (1727), lamentava-se Tristão de Mendonça só ter bens de morgado a herdar pelo filho, José de Albuquerque de Mendonça Furtado,

nada lhe ficando *para poder testar mais que as benfeitorias (...)* neste palácio da Cova, declarando *que as ditas benfeitorias em que tomo a terça se acham a maior parte delas satisfeitas*⁹. Benfeitorias tão caras que estava a casa ao presente tão exausta como é notório, *sem nela haver uma peça de prata, ouro, nem alfaías que se possam vender para o meu funeral, e unicamente tinha um preto por nome António de Mendonça*

meu cozinheiro, este se venderá logo que eu falecer para (...) se poder acudir aos gastos. O sustento da casa era assegurado pelo criado João Salvago, a quem devia mais de 100 000 réis, pagos por *uma salva de prata* e outros objectos valiosos. Viu-se obrigado a pedir ao desembargador do Paço quisesse *pelo amor de Deus e por compaixão ao meu desamparo aceitar ser meu testamenteiro.* A viúva levantou litígio com o herdeiro José, que conseguiu o embargo de partilhas dos inúmeros bens: a Cova, o Lavradio e suas marinhas, a Quinta de Alhos Vedros com estalagens, marinhas, vinhas e serrado, a herdade das Vendas Novas e a barca de passagem. O morgado José Pedro de Albuquerque de Mendonça Furtado viveu algum tempo no palácio, onde nasceu seu filho Tristão (1738). Mas preferiu a Quinta de Val Verde de Legánes, Badajoz, onde casou (1735) — com D. Catarina do Pilar da Silva Gama — e morreu (1744). D. Catarina, como tutora dos dois filhos menores, fez inventário dos bens, pelo qual *se julgou não serem bastantes os mesmos bens para pagamento do dote* a que tinha direito, achando mesmo mais conveniente *não ser herdeiro o dito seu filho do dito seu pai, nem ainda a benefício da restituição in integrum.* Queixava-se que a casa não tinha bens livres para se sustentar, e o morgado tinha as suas rendas adjudicadas a credores. Ao que foi deliberado que *nestes termos pelas rendas*

(...) se devem arbitrar alimentos para a suplicante e para os ditos seus filhos em quantia tal que corresponde a qualidade das suas pessoas por serem da principal fidalguia deste reino. Vivia em 1745 em Alhos Vedros, estando as casas da Cova arrendadas por 400 000 réis, insuficientes, segundo D. Catarina, para as obras. O arrendatário do Palácio da Cova era, então, D. João da Mota e Silva, o célebre cardeal da Mota — desde 1727 —, ministro de D. João V, ainda lembrado na toponímia pela Calçada do Cardeal, já assim denominada em 1762¹⁰. Em 4 de Julho de 1740, *na cidade de Lisboa Oriental, em os paços do eminentíssimo senhor Cardeal da Mota*, foi celebrada a escritura da Capela das Onze Mil Virgens, em S. Vicente de Fora, desenhada pelo sargento-mor Carlos Mardel¹¹. Num auto de posse e ratificação (18.12.1741) lê-se que *foi o dito procurador (...) ao palácio chamado da Cova, donde assiste sua eminência, o qual consta de casas nobres e pátios com seu poço e nora, tudo em um jardim do dito palácio; altos e baixos tudo em roda tomou o dito procurador (...) posse mansa e pacificamente sem contradição de pessoa alguma, menos da parte de Santa Clara que é um quarto donde assistia (...) a ré Dona Maria Teresa de Jesus, que esta não quis consentir.* No dia 4.10.1747 falecia *João da Mota e Silva, presbítero, cardeal da santa igreja romana (...), morador no palácio da*

*Cova desta freguesia aonde faleceu; foi sepultado (...) no Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo (...); seu herdeiro e testamenteiro o seu irmão o excelentíssimo Pedro da Mota e Silva, Secretário de Estado deste Reino*¹². O irmão do cardeal também viveu na Cova, onde faleceu (11.11.1755)¹³. Em Abril de 1755, D. Catarina do Pilar de Mendonça, ainda tutora do filho Tristão, também residia em parte do palácio, quando arrendou a comenda de Palião¹⁴. O terramoto provocou grandes estragos no edifício. Era então morgado, Tristão Pedro de Albuquerque de Mendonça Furtado que, à data da morte de seu pai, José, tinha seis anos. Morreu jovem, em 1758, sem geração. Sucedeu-lhe o tio, Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado, capitão de Infantaria, casado com D. Inês de Carcome (1732), por iniciativa de D. Inácia de Vilhena, comendadeira de Santos, tia da contraente, que *muito de sua livre vontade (...) lhe dá e dota desde logo para a hora em que recebidos forem a quantia de trinta e dois mil cruzados*¹⁵. Luís de Albuquerque, morgado da Cova, onde habitou e faleceu (1768), anteriormente vivera com a mulher no sítio do Bom Sucesso e (...) *hoje o são no seu palácio da Cova* (1761)¹⁶. Sua filha, D. Violante, morreu em vida do pai (1763), aos 26 anos. Casara (1760) com João de São Paio Melo e Castro, porteiro-mor e irmão do 1.º conde de

São Paio, ficando a morar no Palácio da Cova. Deste casamento ficaram dois órfãos, Luís e D. Inês, levantando-se disputa pela sua tutoria entre o porteiro-mor e a sogra, D. Inês de Carcome. O porteiro-mor, tenente-general, conseguiu a administração dos bens da mulher até à maioridade do filho. Residindo na Cova até 1796, tinha dois filhos ilegítimos de uma criada, baptizados em nome de pais incógnitos, *porquanto ao presente se acha emendado daqueles descuidos a que persuade os poucos anos e que se evitam com o novo estado em que se acha*¹⁷, vivendo ambos consigo.

Luís de Albuquerque, 8.º senhor e último varão da casa, viveu na Cova, onde permaneceu apesar do incêndio que, em 1813, voltou a fustigar o edifício — acentuando-se o seu estado geral de degradação — preservando o quarto da casa onde vivia e onde morreu sem descendência (1823). Sucedeu-lhe a sobrinha, D. Violante de São Paio de Albuquerque de Mendonça Furtado, 3.ª condessa de São Paio, sendo o morgado da Cova integrado na Casa de São Paio.

Em 1829, Vicente Roseira instalou a sua fábrica de louça, com fornos e oficinas, em parte do velho palácio que, mais tarde, foi adquirido pela sua família. Além dos enxertos que sofreu, o edifício foi sendo parcelado, vindo a diluir-se a antiga estrutura palaciana. (JFP)



A Casa da Cova na planta de Filipe Folque (1856) é já representada com abertura de acesso ao pátio no troço inferior do cotovelo da Calçada do Cardal, ao contrário do que surge evidente da planta do século XVIII inserta na página 53, em que desenha um plano em U, aberto sobre o troço superior da mesma via. As alterações serão resultantes da sua transformação em fábrica dos Roseira, após 1829.

II — COMENTÁRIO

Com o seu imponente cunhal fortificado caindo sobre a antiga praia, a Casa da Cova é um dos mais significativos edifícios palacianos da zona hoje genericamente dita de Santa Apolónia. O seu nome, a Cova, ilustra desde logo a diferenciada percepção que do local se foi fazendo. Ainda no século XVI, data das primeiras referências, o acesso era feito pela velha via que seguia por Santa Clara. Visto daí, abria-se uma cova funda a pique sobre o rio, origem natural do nome da propriedade que, pelas informações que nos chegam, faria parte do dote de D. Maria de Albuquerque, mulher de Tristão de Mendonça. Esta era filha de Lopo de Albuquerque, o Bode, de alcunha, primo de Afonso de Albuquerque — também proprietário na Ribeira de Lisboa do terreno onde seu filho construiria a célebre Casa dos Bicos —, e

de D. Joana de Bulhão, de uma das antigas famílias de cidadãos de Lisboa, celebrizada pela figura de Santo António.

Dadas as múltiplas alterações que o edifício foi sofrendo — dois incêndios, terramoto e a mão humana — é hoje difícil reconstituir a sua evolução. No entanto, dada a própria condicionante da sua localização original junto a Santa Clara, é de presumir que a casa inicial se erguesse na parte superior, onde hoje existem alguns prédios modernos. Aliás, num documento citado faz-se referência ainda no século XVIII à parte de Santa Clara, autonomizada do restante conjunto, devendo corresponder ao edifício inicial. Quanto a campanhas de obras posteriores, somos informados pelos próprios da realização de grandes intervenções nos primeiros anos do século XVII, por Pedro de Mendonça, vindo muito rico da Índia, e por Tristão de Mendonça, já no primeiro quartel do século XVIII, depois de um incêndio devastador (1717). É possível que da intervenção do primeiro tenha resultado a muralha vinculadora do conjunto, sobre a praia —, suportada no impressionante cunhal que lhe confere um ar de fortaleza, aliás perfeitamente de acordo com os parâmetros da aristocracia então em processo de definição estética. Do segundo, entre 1717 e 1727, datará a fachada interior sobre o pátio, com o seu belo portal bem como o restante aspecto geral, datação bem sensível na unidade global das molduras das cantarias das aberturas,



Fachada nobre da Casa da Cova sobre o pátio.

tudo ainda marcado pelo gosto do que se poderá chamar o barroco aristocrático. Do confronto da representação deste edifício nas duas plantas anexas, pode-se consciencializar uma alteração da sua orientação. Na primeira (pág. 53) o edifício forma um U aberto sobre o fundo suspenso da Calçada do Cardeal, tendo

a fachada nobre em fundo. Quanto ao segundo, de 1856, a abertura de acesso já é como hoje pelo troço inferior da mesma calçada, perdendo sentido a estrutura orgânica inicial. Estas alterações serão já devidas à família Roseira, cuja fábrica aqui se instalou em 1829. Da história posterior deste edifício desta-

ca-se a presença nele do cardeal D. João da Mota e Silva, ministro de D. João V, origem da denominação da Calçada do Cardeal, e a transformação industrial levada a cabo pela família Roseira, aqui funcionando a sua fábrica de cerâmica, cuja importância é realçada no volume destes guias dedicado ao Azulejo. (JSM)

¹⁰ O arquivo desta Casa, integrado no da Casa de São Paio, encontra-se no Arquivo Distrital de Bragança e, em microfilme, no IAN/TT, onde, na medida do possível, foi consultado. Uma vez que aguarda a sua organização documental, as transcrições realizadas não foram referenciadas documentalmente.

¹¹ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 54, L.º 217, fls. 7v-8v.

¹² IAN/TT, C-12A, Cx. 57, L.º 233, fls. 44-44v.

¹³ IAN/TT, C-1, Cx. 60, L.º 298, fls. 55v-56v.

¹⁴ IAN/TT, RGT, L.º 131, fls. 184 a 187v.

¹⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 5, de 4.2.1717, p. 36.

¹⁶ IAN/TT, Chancelaria de D. Pedro II, L.º 50, fls. 65-65v.

¹⁷ IAN/TT, RGT, L.º 152, fls. 43-46v.

¹⁸ IAN/TT, RGT, L.º 188, fls. 34-36v.

¹⁹ AHTC, DC, Freguesia de Santa Engrácia, Livros de Arruamentos, Mç. 420.

²⁰ IAN/TT, C-II, Cx. 126, L.º 553, fls. 30v-32v.

²¹ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 27, L.º 5, fl. 45v.

²² Macedo, Luís Pastor de (anotação da *Ribeira de Lisboa* de Júlio de Castilho, Lisboa, 1948, vol. I, pp. 256-257): IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 27, L.º 5, fl. 157.

²³ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 72, L.º 686, fls. 86-87.

²⁴ IAN/TT, CN, C-9A, Cx. 76, L.º 115, fls. 8-10v.

²⁵ IAN/TT, HSO, Mç. 116, dil. 1869.

²⁶ IAN/TT, HSO, Mç. 116, dil. 1869.



Fachada da Ermida de Nossa Senhora da Assunção e Santo António do Vale.

5 ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E SANTO ANTÓNIO DO VALE

I — RESENHA HISTÓRICA

PELO menos desde o século XV, este sítio era denominado Vale de Cavalinhos, datando de 1469 uma referência a um olival ali situado¹. Pastor de Macedo publicou um documento referente ao sítio datado de 1490². Num outro documento de 1499 enumeram-se várias propriedades, dominando ainda os olivais³. Por decreto de 3.12.1755 o sítio de Vale de Cavalinhos foi considerado como um dos limites da cidade, iniciando-se depois do terramoto a sua urbanização. Neste processo teve papel de destaque António José Pinto, que juntamente com a mulher, D. Antónia Teresa, eram senhores da maior parte do dito vale e suas travessas⁴. Numa das casas existia um nicho com uma imagem de Santo António — segundo a tradição ali pousara antes de se embarcar para Marrocos — que angariou a devoção das gentes locais, passando a designar-se o Vale de Cavalinhos por Vale de Santo António (1758), Rua Nova do Vale de Santo António (1759) ou Rua Direita do Vale de Santo António (1762). Logo surgiu uma confraria de vizinhos com o propósito de se construir uma ermida. O morador Francisco Vieira, sabendo da pretensão e da falta de rendimento



certo, dotou o santo com 10 000 réis anuais, através da doação perpétua (5.7.1774)⁵ de uma propriedade de casas que ali possuía, para a ermida que intentavam construir. António José Pinto e a mulher doaram um chão que possuíam (21.7.1774) para que se fizesse uma ermida de pedra e cal, de largura e frente de 40 palmos (...) ⁶. Entre as condições, impuseram (...) que em todo o vão da capela-mor (...) se fará uma tribuna (...) que será somente própria para uso deles doadores, e seus herdeiros (...), com um jazigo por baixo para sepultura própria. Comprometiam-se a contribuir com alguma areia e carradas de pedra, sendo a primeira lançada por ele como senhor do seu fundo e terreno, e ficando a confraria de Santo António incumbida da administração da nova ermida.

Em 1776 a confraria requereu licença à Câmara, pois *ficam muitos dias de preceito sem missa de inverno por lhes ficar longe a freguesia e serem escabrosos os caminhos*. Em Fevereiro, referia o sargento-mor Monteiro de Carvalho que aquele distrito estava *bastantemente edificado (...) pela nova regulação e (...) não tem igreja alguma perto onde possam ouvir (...) missa com comodidade e, por isso, se lhe pode conceder a licença que pretendem*. A construção demorou perto de cinco anos com o apoio dos moradores e trabalhadores vizinhos — caso dos operários do Arsenal Real dos Exércitos de Santa Clara — que levantaram os alicerces. Praticamente concluída a obra, em 16.10.1780 a confraria requereu ao cardeal a bênção do templo. Justificavam que estava a



Nesta carta posterior a 1780, está já bem evidente o processo de urbanização do Vale de Santo António, em cujo centro se integra a pequena ermida, marcada a mais escuro, como verdadeiro pólo congregador de todo o conjunto. Se compararmos com o pormenor da carta de Filipe Folque (1856), inserta

na página anterior, podemos seguir as linhas mestras de desenvolvimento de um urbanismo intrinsecamente empírico, dominado pelo traçado irregular das vias já existentes. A única alteração posterior significativa seria a ligação à Bica do Sapato, através da Rua Diogo do Couto, aberta já neste século.

capela-mor completa e acabada e só lhe falta forrar o corpo da dita ermida⁷. A bênção do cardeal foi quase imediata, depois de receber a informação do prior que a achou com o suficiente asseio para a celebração do santo sacrificio, sem embargo de se não achar o corpo da igreja de todo aperfeiçoado. Pelo livro das despesas da irmandade apura-se das obras de acabamento. Assim, nos anos de 1785-86 fez-se o ornato da capela e alfaias; azulejos para o corpo da ermida, coro e corredor de cima (182 740 réis); talha dos nichos e tecto da capela-mor (13 535 réis); douramento da capela (300 000 réis). Mais tarde o conserto de «talhador» (1786-87) e a pintura das paredes da capela-mor (1788-89). Estabelecida em 25.2.1788 pelos moradores do distrito⁸, a Irmandade de Nossa Senhora da Assunção e Santo António do Vale, tinha a seu cargo a administração e conservação do pequeno templo, ali guardando a velha imagem do santo. O termo de aprovação do Compromisso foi votado em Junta Grande em 1815⁹. No ano de 1817 queixava-se a Mesa, recentemente constituída, que não se cobrando há muitos anos os 10 000 réis com que tinha sido dotada se via com o empenho de perto de 300 000 réis e que a ermida se achava em grande ruína *tanto de telhados como de madeiramentos*, estando em risco de fechar ao culto¹⁰. Em Abril de 1821 a capela levou obras no interior e no telhado¹¹,

vindo a sofrer nova intervenção em finais do século, testemunhada pelo tecto de estuque trabalhado da capela-mor. No século XX o seu estado de degradação chegou a provocar o seu encerramento ao culto por alguns anos, sendo toda restaurada por volta dos anos 40. Da decoração da capela destacam-se 12 painéis de azulejos, 6 alusivos a Nossa Senhora e outros 6 a Santo António (ver *Guia do Azulejo*). No livro de Inventários são referidas as imagens na posse da irmandade: uma da Assunção de 5,5 palmos de altura, feita em 1781; outra de Santo António do mesmo ano; e outra do mesmo, de pau, pequena, *que se festejou antes de haver a grande e agora se põe no bufete pela festa*¹². (JFP)

II — COMENTÁRIO

Esta pequena e modesta capela no alto da Rua do Vale de Santo António, sem grande interesse artístico — além dos azulejos — tem, no entanto, do ponto de vista da evolução urbana, um significativo relevo. Ela marca, com efeito, o início do processo de urbanização desta zona do Vale de Cavalinhos, em função dela chamado depois de Santo António. O carácter espontâneo da sua cons-



Painel de azulejos do século XVIII existente na Ermida de Santo António, alusivo à tradição lendária do seu embarque neste local.

trução, devida à iniciativa da confraria dos moradores, com o apoio do principal proprietário interessado nesse mesmo processo urbano, revela como no século XVIII — e a par da contemporânea Baixa pombalina — se sente ainda bem viva a força das iniciativas não estatais nem camarárias no progressivo crescimento da cidade. O Estado e a Câmara limitam-se a conformar um processo que nasce por si, quer pela integração definitiva da zona na área

urbana da cidade (1755), quer pela vaga conformação às normas municipais (1776), tudo legitimando o patriarca com a sua bênção (1780). Mas o desenrolar do processo construtivo e da capela indispensável para os ofícios divinos de uma população em crescendo, esse coube por inteiro aos próprios interessados, numa prática comunitária da ideia de bairro que ilumina uma tradição lisboeta que a evolução subsequente fez perder. (JSM)

¹ IAN/TT, CSN, Cx. 2, Doc. 126.

² Macedo, Luís Pastor de, *Lisboa de Lés a Lés*, Lisboa, CML, 1968, Vol. V, p. 51.

³ IAN/TT, CSN, Cx. 2, Doc. 132.

⁴ IAN/TT, CN, C-12A, L.º 504, fls. 12v-13.

⁵ IAN/TT, CN, C-12A, L.º 503, fls. 94-94v: cit. por Coelho, António Vasconcelos, In *Olisipo*, n.º 141, pp. 34-41.

⁶ IAN/TT, CN, C-12A, L.º 504, fls. 12v-13.

⁷ Coelho, António Vasconcelos Pinto, «A Capela de N. Sra. da Assunção e Santo António do Vale», In *Olisipo*, Ano 41, N.º 141, pp. 34-41.

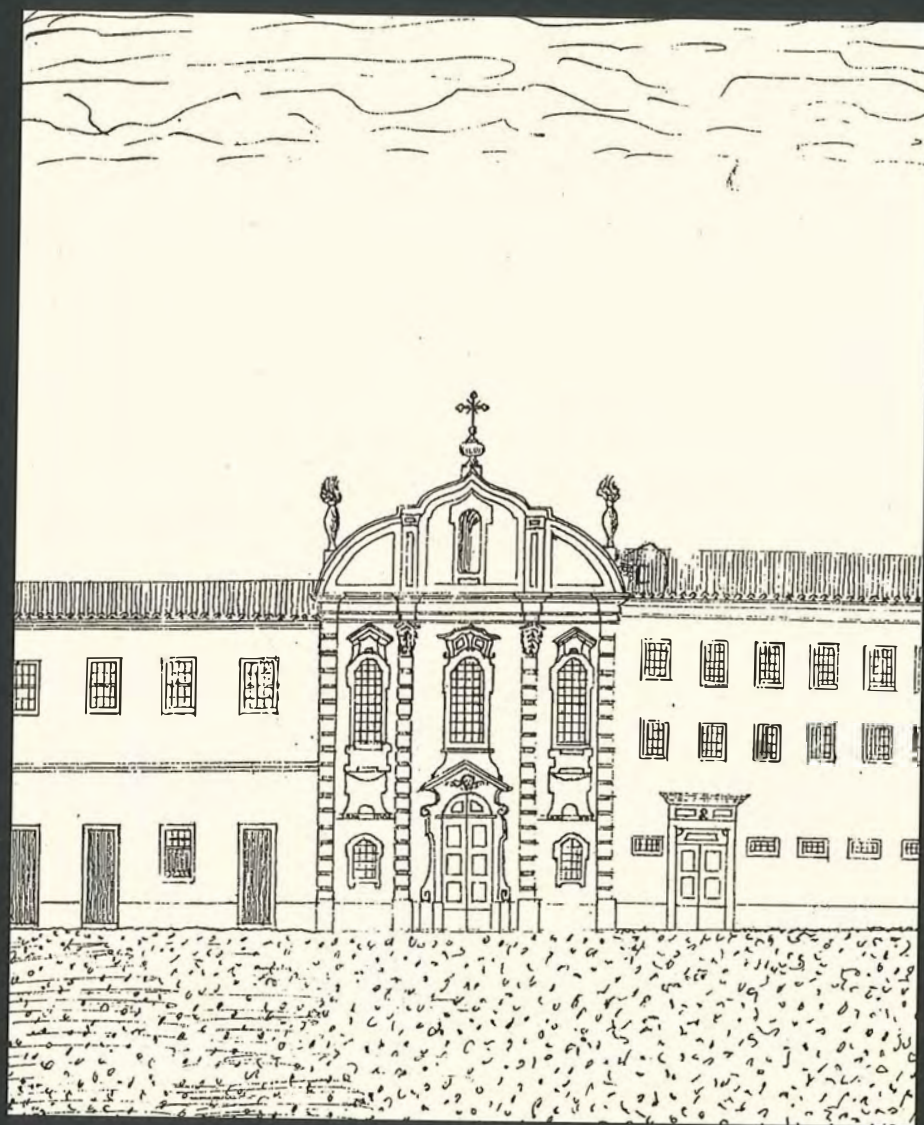
⁸ Cartório da Irmandade de Santo António do Vale, L.º de Inventários, fl. 1.

⁹ Cartório da Irmandade de Santo António do Vale, L.º dos Termos, fl. 15.

¹⁰ Cartório da Irmandade de Santo António do Vale, L.º dos Termos.

¹¹ Cartório da Irmandade de Santo António do Vale, L.º das Despesas.

¹² Cartório da Irmandade de Santo António do Vale, L.º de Inventários, fl. 1.



O Convento de Santa Apolónia, segundo o desenho publicado por Gonzaga Pereira.

6 MOSTEIRO DE SANTA APOLÓNIA

I — RESENHA HISTÓRICA

☉ MOSTEIRO de Santa Apolónia foi fundado em um local onde existia uma ermida da mesma invocação, recuada por Castilho¹ a 1552, pela «Estatística» desse ano. Contudo, já no último quartel do século XV esta ermida constitui referência toponímica desta zona. Em 1485, num emprazamento é referido o *caminho público onde está a ermida de Santa Apolónia*². Diz o «Sumário», (1555) que era *casa de muita devoção e esmolas. Tem confraria da mesma santa (...)*³.

Acerca da ermida escrevia um anónimo no 2.º quartel do século XVII: *Santa Apolónia adiante, / uma ermidinha pequena, / onde vão por devoção / mil matronas, e donzelas*⁴. Pertença dos confeitores, deu lugar a um recolhimento, fundado por D. Isabel da Madre Deus, uma beata que passara a Lisboa com D. Luísa de Gusmão, que lhe chamava «a minha **capuchinha**». A instâncias da rainha os confeitores largaram a ermida e casas anexas, ali se recolhendo a beata. A estima da Casa Real valeu-lhe um lugar no séquito de D. Catarina, em Inglaterra (1662), de onde regressou a Santa Apolónia, em 1693. Aí fundou o recolhimento⁵ onde, em 1712, residiam 20 recolhidas sujeitas aos arcebispos de Lisboa, aonde tem seu capelão com obrigação de confessor⁶.

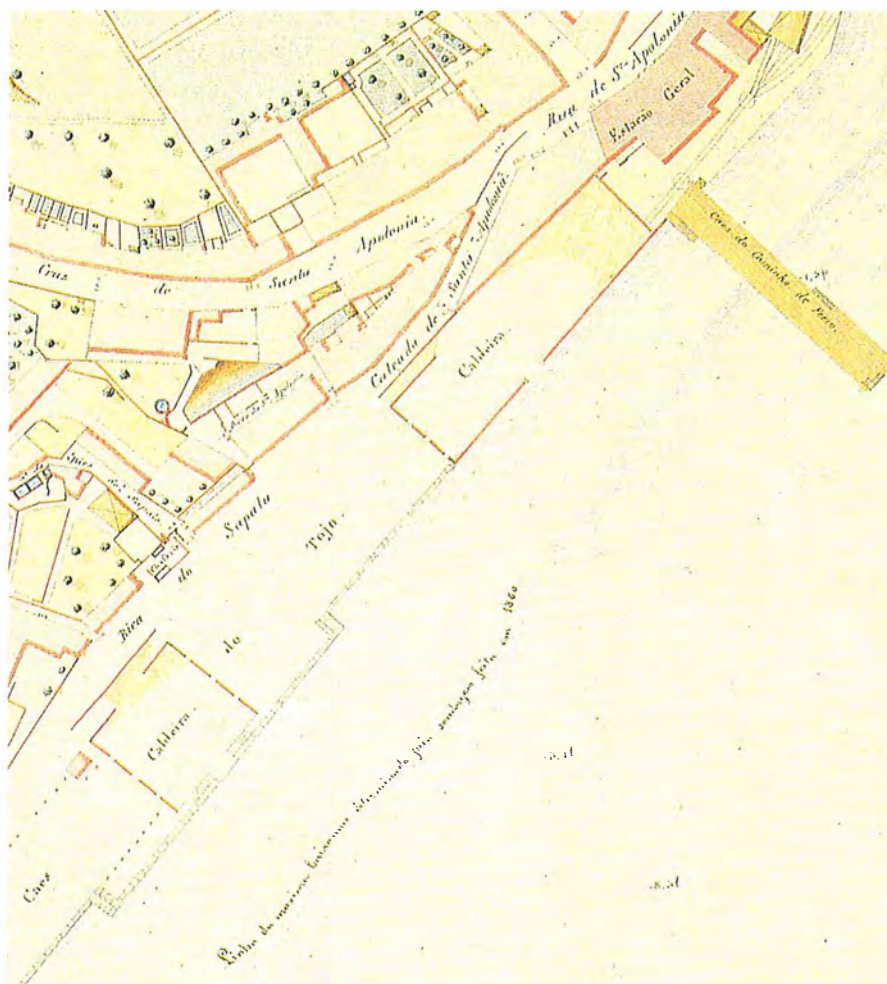


É possível que antes de partir para Inglaterra já ali tivesse deixado algumas recolhidas, pois numa escritura de 1682 aparece referido o *Recolhimento de Santa Apolónia*⁷.

Este recolhimento deu lugar a um mosteiro (1717) com capacidade para 28 religiosas — da 1.ª regra de Santa Clara⁸. Entretanto, foi a sua *fundação edificando casas (...)* para o que não *concorreu fundador particular*⁹. Em 1719 pediam as religiosas ao Senado para fazer a *frontaria da sua igreja de novo (...)* quanto permitisse o *sítio (...)*¹⁰. A pronta vistoria e medição determinou que, depois de feitas as obras, a *rua da parte do Norte, se achou que há-de ficar de largo de 36 palmos, medindo no direito do cunhal da dita igreja e da dita parte*

do entorcimento dele até topar no parapeito da serventia do pátio das casas grandes do senhor de Pancas, e medindo-se a largura em que há-de ficar a dita rua, da parte do Poente, no direito do entorcimento do outro cunhal da igreja até à parede das casas pequenas do dito senhor de Pancas, se achou ficar de 49 palmos de largo.

Dez anos volvidos (1728), continuando mal acomodadas e estando a igreja combatida das ondas, em risco a capela-mor, as freiras pretendiam *melhorar de sítio, edificando a igreja em uma terra murada, que possuíam fronteira ao dito mosteiro, com passadiço por arco sobre a estrada (...)* para deste modo se aproveitarem para a sua clausura da igreja velha e casas do confessor¹¹. Não foram satisfeitas pois, em 1740, cederam o terreno fronteiro aos Barbadinhos para abertura da calçada. Diz-nos o prior Barbuda (1758) que a *igreja deste convento antes do terramoto era pequena; porta principal ao norte; pelo terramoto ficou este convento, e igreja, inabitável (...)* que as religiosas perto de dois anos fizeram residência no forte junto ao mesmo convento. Reedificou-se só o convento com esmolas particulares, e algumas ocultas. Foi acrescentado para a parte de mar, e se acha esta nova reedificação com mais cómodos, e fortaleza, excepto a igreja, que



*não há com que se possa fazer servindo-se interinamente de uma com excessivo discómodo*¹².

Em 1833, aquando da formação das linhas de defesa da cidade, estas religiosas recolheram-se ao Convento de Sant'Ana, não regressando a Santa Apolónia. Já extinto, este serviu à Real Casa Pia, instalando-se no antigo

convento um colégio de aprendizes do Arsenal do Exército¹³. Em 1852 a Companhia Real dos Caminhos de Ferro tomou posse do edifício e a igreja foi aproveitada pela Cooperativa dos Empregados da CP. Castilho, não só teve oportunidade de ver gravadas sobre a porta as datas de 1844 e 1671, como presenciou desgostoso o templo



Edifícios actuais da CP erguidos no local do antigo Convento de Santa Apolónia.

Pormenor da carta de Filipe Folque (1856) onde o edifício do Convento de Santa Apolónia é referido como *Estação Central*. Aqui funcionou o término provisório do caminho-de-ferro, originando possivelmente este facto a denominação de *Estação de Santa Apolónia*, depois alargada ao novo edifício mais a sul, construído sobre as instalações do Regimento de Cavalaria do Cais.

a servir de mercearia: *faz um efeito tristíssimo ver aquela cabecinha de anjo de atalaia aos chouriços, ao açúcar e à manteiga do honrado merceiro!*¹⁴ Da igreja e convento, cujas traseiras outrora caíam sobre a praia, já nada resta actualmente, substituídos por prédios dos caminhos-de-ferro. (JFP)

II — COMENTÁRIO

Este antigo convento de que nada subsiste nos incaracterísticos edifícios da CP, merece uma referência pelo simples facto de se ter transformado a sua invocação em topónimo de toda uma vasta zona da cidade. Os caminhos-de-ferro, apesar de terem feito desaparecer fisicamente a casa religiosa, projectaram-lhe o nome para uma área muito mais alargada do que primitivamente acontecia. A título de curiosidade histórica, junto se inserem as fotografias antigas da Ribeira de Lisboa, de Júlio de Castilho, com a fachada por certo posterior a 1758, data em que é referida a mesma como ainda não refeita dos estragos do terramoto. (JSM)

¹ Castilho, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, CML, 1940, vol. I, p. 160.

² IAN/TT, CSN, Cx. 2, doc. 128.

³ Oliveira, Cristóvão Rodrigues de, *Sumário*, Lisboa, Casa do Livro, 1939, pp. 48.

⁴ Relação em que se trata, e faz huma breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa (...), ed. fac-similada, Lisboa, CML, 1970.

⁵ Castro, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa 1763, T. III, pp. 275-276.

⁶ Costa, Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Braga, Tip. de Domingos Gonçalves Gouveia, 1869, Vol. III, p. 260.

⁷ IAN/TT, CN, C-9A, Cx. 48, L.º 248, fls. 62.

⁸ *Gazeta de Lisboa* de 10.2.1718.

⁹ Portugal, Fernando e A. de Matos, *Lisboa em 1758 - Memórias Paroquiais*, Lisboa, Coimbra Editora, 1974, pp. 107-108.

¹⁰ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Tip. Universal, 1901, Vol. XI, pp. 328-330.

¹¹ Oliveira, Eduardo F. de, *ob. cit.*, Lisboa, 1903, Vol. XII, pp. 189-190.

¹² Portugal, Fernando e A. de Matos, *ob. cit.*, pp. 107-108.

¹³ Pereira, Luís Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, BNL, 1927, p. 280.

¹⁴ Castilho, Júlio de, *ob. cit.*, pp. 158-159.



Fachada da Igreja e Convento de Santa Apolónia, segundo fotografia inserta na *Ribeira de Lisboa*, de Júlio de Castilho.



Palácio do Quaresma – Alvão. Pormenor da fachada norte, com a caixa redonda da escadaria acrescentada após 1875.

7 PALÁCIO QUARESMA - ALVITO

I — RESENHA HISTÓRICA

CONTA Júlio de Castilho que o rei D. Sebastião passando certo dia na praia se referiu a este edifício, então em construção, exclamando: — *Alta vai aquela Quaresma!*¹ O trocadilho do monarca jogava com a alusão à posição no calendário das festas móveis e à crescente fortuna de Manuel Quaresma Barreto, seu homem de confiança, vedor da Fazenda (1576) e do Conselho de Estado, construtor do edifício.

Manuel Quaresma acompanhou o rei a Guadalupe e a África e morreu em Alcácer Quibir, juntamente com seu filho. Do seu casamento com D. Filipa Pessanha ficaram duas filhas. A primeira casou com um conde castelhano e a segunda, D. Bárbara, herdou a casa e morgado, casando com D. Rodrigo Lobo, 5.º barão de Alvito. Integrou-se, assim, a propriedade de Santa Apolónia na Casa de Alvito, onde permaneceu até finais do século XIX. Nestas casas vivia, à morte do barão, em 11.10.1596, D. Bárbara Quaresma, baronesa, a velha mãe do barão² D. João Lobo.

Nos séculos XVII e XVIII as casas de Santa Apolónia constituíram residência secundária para a família, andando geralmente arrendadas. Os barões viam sobretudo no seu palácio à Boa



Vista, no ainda hoje chamado Largo do Conde-Barão, proveniente também da herança dos Quaresma. Fialho de Almeida menciona, de memória, uma escritura, pela qual, *um certo padre de apelido Quaresma, aparentado com os Lobos pelo casamento do 5.º Barão D. Rodrigo com a filha de Manuel Quaresma Barreto, legou aos Condes Barões o seu palácio da Boa Vista, mais um lote de herdades, sob condição dos primogénitos da estirpe (...) passarem a assinar-se Lobo da Silveira Quaresma*³. Pelo menos em 1606 já ali residia o 6.º barão que, em 1653, D. João IV elevou a conde de Oriola, passando a intitular-se como o conde-barão. D. Vasco Lobo, 2.º conde-barão, foi o responsável pela ampliação do Palácio da Boa

Vista, onde viveu, baptizou os filhos e faleceu (1705) depois de, em 1692, se socorrer do arquitecto Mateus do Couto para refazer essa residência sobre a praia da Boa Vista. Seu filho, D. José António Lobo Silveira Quaresma, recebeu de D. José o título de marquês (1766), tendo falecido nas antigas casas do correio-mor, ao Bom Sucesso, nova residência da família por doação do monarca.

A partir da segunda metade do século XVIII o Palácio de Santa Apolónia conheceu vários arrendatários⁴. Em 1762, na parte baixa do palácio vivia Tristão Guedes de Queirós, cavaleiro de Cristo, natural de Moura. A propriedade esteve devoluta nos anos de 1789 e 1790. No ano seguinte foi arrendada pelo desembargador Simão de Faria de Sousa, casado com D. Ana Pereira e Sousa. No oratório, nesse mesmo ano, casaram a filha com João Pais do Amaral e Meneses, que baptizaram 12 filhos entre 1793 e 1808, dos quais oito aí faleceram menores, até 1815.

A inquilina seguinte, a marquesa de Vagos, D. Joana da Silva Telo e Meneses, instalou-se em 1815, ano em que se casou no oratório do palácio com D. José, filho do conde dos Arcos, sendo testemunhas os vizinhos marqueses de Penalva e o principal Estêvão Teles da Silva. Os marqueses de Vagos



Palácio do Quaresma-Alvito. Fachada sobre a Rua da Cruz de Santa Apolónia, com o acrescento da caixa redonda da escadaria, posterior a 1875.

residiram na propriedade apenas durante um ano. Mudaram-se depois para o vizinho Palácio do Braço de Prata, onde residiram até 1820, em cujo oratório baptizaram três filhas. Afeiçoados aos ares da zona, mudaram-se para as casas dos Pereira Forjaz (1828-29), regressando temporariamente ao Palácio Alvito (1830), fixando-se de novo por alguns anos no do Braço de Prata.

O 1.º visconde de Veiros, Francisco de Paula Leite de Sousa, também se aposentou no palácio, onde viveu entre 1817-21, casado com a sobrinha, D. Maria Leite de Sousa Salema, baptizando três filhas no oratório. Tenente-general, liderou o exército em substituição de Beresford (1818-20), até se ver priva-

do deste comando pela revolução desse ano, vindo a ser reintegrado (1821) e reformado. No ano de 1822 o palácio serviu de residência a José Xavier da Cunha d'Eça, que vivia de suas rendas, estando a propriedade devoluta no ano seguinte. Depois de um prolongado afastamento da propriedade de Santa Apolónia, os marqueses-barões regressaram em 1824. No oratório, o 3.º marquês, D. José, casou sua filha, D. Henriqueta, com o filho do 2.º marquês de Borba, casal que aqui viveu e baptizou quatro filhos até 1828. O marquês, já viúvo, voltou em 1831. D. Henriqueta Policarpa Lobo Silveira Quaresma herdou a Casa de Alvito. Seu filho e sucessor, D. José Lobo, aqui nascido a 11.3.1826, foi 4.º e

último marquês de Alvito, e viveu em Santa Apolónia. Os róis de desobrigas de Santa Engrácia⁵, dos anos de 1857/58/60 dão-no como ali morador com mais 20 pessoas, na sua maioria criados. D. José Lobo constituiu uma figura peculiar da Corte na 2.ª metade do século XIX. Par do Reino, gentil-homem da câmara dos reis até 1910, casou com sua prima, D. Mariana de Sousa Coutinho, filha dos condes de Redondo, sem geração.

Foi o que se chamou um casamentão — diz D. Tomás de Melo Breyner⁶ — porque a noiva, além de nobre e virtuosa, viria a ter muito dinheiro. Por muito sumptuosas foram faladíssimas as bodas realizadas em Lisboa no senhorial Palácio de Santa Marta (...). Mas a mãe da noiva teve uma criança do sexo masculino e portanto Senhor de casa, pois n'essa ocasião ainda se não tinha feito o disparate de abolir a lei dos morgados. O marquês d'Alvito quando se referia a este caso fazia uma cara triste e dizia: «Uma partida de minha sogra... Coisas que só acontecem a mim...» O mesmo autor pintou esta pitoresca figura lisboeta: Forte e atarracado, mas não obeso, de estatura mediana e porte desempenado, dispunha duma agilidade extraordinária. Belo calção, montava qualquer poldro, andava léguas sem a menor fadiga e jogava o pau com desembaraço admirável. Mostrava com vaidade uma dentadura sã, rija e quase completa.

Só lhe faltavam os dois dentes do siso na maxila inferior. Não havia nozes, amêndoas, avelãs e até castanhas do Maranhão que resistissem a tão potentes mandíbulas. Comia de tudo e nada lhe fazia mal. De tudo bebia, menos água, porque dizia ele, «não lhe sabia a nada». Importando-se pouco com o que ia por este mundo, possuía em alto grau o talento de conhecer o próximo e praticava por instinto as regras de bem viver. O desembaraço, a viveza, a saúde, o bom humor permanente do Marquês-Barão contrastavam de tal maneira com a cor já grisalha dos cabelos, do bigode e da pêra à imperial então à moda. Os constantes apertos financeiros forçaram-no a vender o seu castelo/solar de Alvito ao rei D. Luís que lhe deu o dinheiro e o deixou continuar a viver no solar (...). Passados anos, e reinando já D. Carlos, surgiu nova dificuldade de dinheiro e o Marquês dirigiu-se a El-Rei propondo-lhe a compra da histórica residência alentejana. O soberano (...) respondeu logo (...) que lhe compraria o castelo, mas tinha no entanto ideia que seu Augusto pai já uma vez também o comprara.

O velho fidalgo, encolhendo os ombros e coçando na cabeça, apenas disse em solilóquio: «cá está a maldita memória dos Braganças transtornando-me a vida...»

As muitas dificuldades financeiras conduziram à inevitável venda das pro-



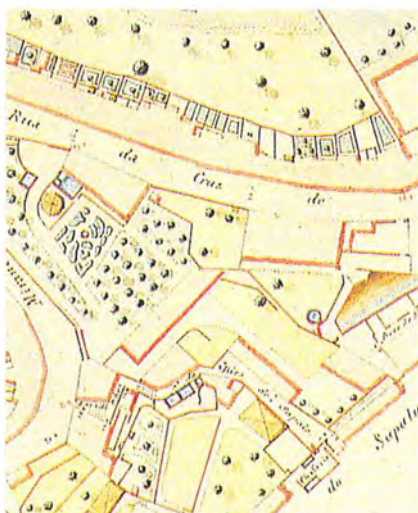
Vista de conjunto do Palácio do Quaresma-Alvito, com a fachada sul sobre o antigo pátio de entrada. Originariamente o piso da rua seria mais baixo, ganhando o piso térreo original maior evidência.

priedades da casa. Por várias vezes o marquês viu-se obrigado a hipotecar a de Santa Apolónia. A última foi em 1868, como segurança de um empréstimo da Companhia de Crédito Predial Português. Pastor de Macedo refere um documento — então na posse de D. António Lobo da Silveira — pelo qual, em 1868, o marquês de Alvito requeria como administrador da capela instituída por Manuel Quaresma Barreto, no oratório da casa⁷, a extinção dos encargos da dita capela. A venda da propriedade concretizou-se em 22.6.1875. Por esta altura o palácio era composto por um pátio de entrada que tem o n.º 25, pátio de madeira, três pavimentos (r/c, 1.º e 2.º andar), cocheira, cavalaria, palheiro e quin-

tais, um dos quais com um poço. O comprador da propriedade foi José Pereira Palha Blanco, fazendo-lhe grandes obras. Em 5.9.1876 a Câmara aprovou a alteração num projecto⁸, já aprovado em Fevereiro, para um prédio *agora em via de construção na rua de Santa Apolónia n.º 25*. Tratava-se de um prospecto para o gradeamento junto ao prédio em construção, em substituição ao já aprovado pelas Obras Públicas, em 20.9.1875. Também em 1876, em Fevereiro, o proprietário apresentou um requerimento à Câmara para uma vistoria para a propriedade *continuar a ter a antiga serventia para a rua da Bica do Sapato*. No Verão de 1915 ainda estava a propriedade na posse do mesmo senhor,



Dois pormenores do soco almofadado de junta fendida que suporta o Palácio do Quaresma-Alvito.



Pormenor da planta de Filipe Folque (1856) onde ainda se pode perceber o antigo amplo jardim e dependências do Palácio do Quaresma-Alvito, depois alterado pela abertura da Rua Diogo do Couto e urbanizado, esquematicamente bem evidente também na planta do século XVIII, cujo pormenor se reproduz a pág. 67.

decorrendo então pequenas obras no edifício. Nesse mesmo ano, D. Laura Pereira Palha vendeu a propriedade a D. Maria José Sovereira Zuzarte. Esta senhora, natural de Estômbar, filha de João de Azevedo Sovereira Zuzarte e de D. Ana Isabel Mascarenhas Gaivão, foi casada com seu primo, José Gregório de Figueiredo Mascarenhas, Par do Reino, de quem teve dois filhos e quatro filhas. Permanecendo estas na propriedade, deram origem à designação popular de «Palácio das Fidalgas», casando duas das filhas, respectivamente, com Francisco Novais de Ataíde e Júlio Bon de Sousa. A propriedade foi vendida em 1989, pertencendo

então a vários netos e bisnetos destas senhoras.

Após grandes obras de adaptação, encontra-se hoje ali instalado o Observatório da Droga. (JFP)

¹ Castilho, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, CML, 1948, Vol. I, pp. 175-176.

² Macedo, Luís Pastor de, In Castilho, Júlio de, *ob. cit.*, 1943, Vol. IV, p. 300.

³ Castilho, Júlio de, *ob. cit.*, 1943, Vol. IV, p. 299.

⁴ AHTC, DC, Freguesia de Santa Engrácia, Livros de Arruamentos e Propriedades, Mçs. 419 a 465 e Tesouro Público, Mç. 118.

⁵ Igreja de Santa Engrácia, Róis de Desobrigas de 1857, 1858 e 1860.

⁶ Breyner, Tomás de Melo, *Memórias*, Lisboa, Livraria Editora, 1930, pp. 244-250.

⁷ Castilho, Júlio de, *ob. cit.*, 1943, Vol. IV, pp. 313.

⁸ ACML-AE, Processos de Obras, Proc. n.º 8984.

II — COMENTÁRIO

Mantendo a sua relação com o antigo traçado do caminho oriental — hoje Rua da Cruz de Santa Apolónia — e o acesso em rampa sobre um cais no rio, o palácio dos marqueses de Alvito ou, mais correctamente, a casa-nobre de Manuel Quaresma Barreto, vedor da Fazenda de D. Sebastião, é, na perspectiva da evolução da arquitectura lisboeta, um dos mais significativos edifícios de todo este percurso. Em primeiro lugar, a sua antiguidade. Ele é, com efeito, um dos primeiros edifícios de teor palaciano erguido em Lisboa, antecipando uma tipologia do modelo cortesão que teria a sua consagração no grande Palácio do Corte-Real, construído uns anos depois por Cristóvão de Moura, na Ribeira Nova. Em segundo lugar, acentua a predilecção pela margem do rio, iniciada de facto por D. Manuel ao mudar-se para a Ribeira. Em terceiro, a sua estrutura esquemática inicial encontra-se quase intacta, apesar das alterações impostas ao longo de quatrocentos anos.

Olhando com cuidado este edifício, e retirando-lhe alguns acrescentos mais recentes — como a caixa em semicírculo da escada —, a construção apresenta o carácter sólido de um torreão monolítico rectangular, desimpedido de vizinhanças nas quatro fachadas e reforçado aos cantos por torrinhãs,

meramente enunciadas na volumetria mas estruturalmente evidenciadas pelo soco de cantaria de junta fendida que as suportam e individualizam. A modelação deste soco apresenta uma significativa aproximação aos modelos eruditos italianos, muito em voga desde D. João III e acentuados pela chegada no reinado de D. Sebastião dos engenheiros militares dessa proveniência. Convirá mesmo aproximar este gosto erudito pelo almofadado de junta fendida daquele que ainda podemos ver no grande Palácio de Xabregas, depois dos marqueses de Nisa, modelo nascido da acção directa do próprio D. João III. Na casa de Manuel Quaresma, no entanto, as proporções são adaptadas a outra escala, num resultado mais harmónico ou, talvez, menos *brutalizante*.

Hoje, devido a obras constantes, é bastante difícil entender a estrutura interna primitiva de todo o conjunto, sendo de admitir o acesso original pelo pátio inicial virado lateralmente a sul/poente, tudo posteriormente profundamente alterado, devido à construção da nova entrada a norte (depois de 1875). No que respeita às remodelações posteriores, impõe-se a escadaria dupla em semicírculo acrescentada na campanha de obras da iniciativa da família Palha, após 1875.

De realçar a familiaridade com aquela que por então outro membro desta família introduziu no vizinho Palácio



Pormenor decorativo exterior dos óculos da escadaria e da balaustrada superior, acrescentos posteriores a 1875 que alteraram de forma muito significativa a sobriedade quinhentista original deste edifício.

dos Senhores de Pancas, hoje Pancas-Palha.

Esta construção de Manuel Quaresma merece, pois, uma redobrada atenção que proporcione o reconhecimento do seu lugar na evolução da arquitectura lisboeta nessa fase incipiente de instalação do poder aristocrático e das suas fixações estéticas, quer de modelos, quer decorativas. (JSM)



Conjunto portal-janela do Palácio de Vasco Lourenço Veloso, possivelmente pouco anterior a 1732, data em que o proprietário já habita esta casa e uma vez que nada se apurou sobre a existência de construções anteriores.

8 PALÁCIO DE VASCO LOURENÇO VELOSO

I — RESENHA HISTÓRICA

A HISTÓRIA deste palácio da Rua da Cruz de Santa Apolónia é indissociável da figura de Vasco Lourenço Veloso, provavelmente o seu construtor. Natural de Bela (Monção — 6.7.1682), filho de lavradores abastados, morou em Viana como *mercador de grosso negócio*. Com fazendas na sua terra, vivia à *lei da nobreza com seu cavalo e mula e estimado dos grandes e gerais desta Província*¹ (do Minho). Em 1720 passou a Lisboa, morando em 1723 já em casas suas na Rua do Marechal² e, em 1724, habilitado pelo Santo Ofício, era *administrador geral dos portos secos e toma as rendas reais (...) do Consulado das Barras do Sul de Lisboa*³. Em Lisboa vendia barris de vinho, trazidos de Caminha, para onde mandava trigo comprado em Sines; negociava com o sal de Alcácer⁴, teve o contrato da Saca da Alfândega do Porto⁵ (1723) e foi sócio do contrato do Paço da Madeira⁶ (1726). Em 1723 e 1726 arrematou o contrato da Dízima da Alfândega da Baía, por três frotas, orçado em centenas de milhar de cruzados. Seu irmão, João Lourenço Veloso era o testa-de-ferro em terras brasileiras⁷. Necessitando *de alguém exercitado para haver de ensinar aos oficiais*⁸, contratou o oficial do selo da Alfândega de Lisboa. Na praça de



Santos teve o direito do cruzado sobre o alqueire de sal⁹. Foi ainda contratador do pau-brasil e seu consumo¹⁰ (1727-30), para *vender e carregar para todo este reino como para os de Castela, França, Itália, Inglaterra, Holanda Hamburgo e mais partes*¹¹. Em 1731 de novo administrou o contrato das Dízimas da Alfândega da Baía¹², tendo procuradores desde o Rio de Janeiro até à colónia do Sacramento, nos portos da Baía, Pernambuco, Maranhão, Pará e Paraíba, tendo os contratos do reino de Angola e seus presídios¹³, pois arrematara os *contratos da escravaria do Reino de Angola* por 6 anos (1723), pagando 1200 réis por cabeça¹⁴.

Adquiriu e rebaptizou navios de diferentes características, conhecendo-se as galeras *N. Sra. do Carmo e Almas* (1723) e *Santo António de Pádua* (1725) e para poder fazer viagem para o porto de Benguela a resgatar escravos¹⁵, os navios *Santa Ana e Almas*¹⁶ e a *Rainha Santa e Almas*¹⁷ (1726), possuindo já o navio *N. Senhora da Ajuda e Europa*. Nos Açores administrou o contrato dos tabacos¹⁸ (1725-28) que arrematou, também em sociedade (1725-27), no Contrato Geral do Tabaco do Reino, *para que nas ilhas dos Açores pudessem fabricar e vender tabacos*¹⁹.

Casou aos 45 anos²⁰ (9.2.1728) com D. Maria Joaquina Palhares, filha de Rafael Musso, mercador genovês, e de D. Antónia Palhares. A noiva era natural de Lisboa, *onde esta família sempre existiu, muito conhecida por seu irmão Miguel Rebelo (...) escrivão da Câmara do Senado*²¹, estando os Ferreira Rebelo e os Palhares em Lisboa desde a segunda metade do século XVII. Vasco Lourenço continuava no Marechal em 7.6.1732²² — onde, em 1730, nasceu o filho Tomás²³. Em 25.8.1732 já se estabelecera junto a Santa Apolónia²⁴, na Rua da Cruz de Santa Apolónia que conheceu diferentes designações: Rua Nova da Cruz (1741), da Cruz a Vale de Cavalinhos (1753), Direita da Cruz do Vale de Santo António (1762), ou mesmo, Rua de Vasco Lourenço (1768)²⁵ e Rua Direita da Cruz.



Vista de conjunto do Palácio Veloso, notando-se em primeiro plano a abertura recente de um grande portão de acesso para viaturas.

Com contactos por toda a Europa e no Ultramar era solicitado para procurador e fiador por inúmeros negociantes. Em 1732²⁶ tornou-se sócio do contrato da entrada e saída da Índia, ano em que enviou a nau *N. S.^{ra} da Ajuda e Europa* para a primeira de três viagens a Surrate, costa de Coromandel e Bengala. Recebera licença régia em 1731, atendendo à grande despesa (...) para a dita viagem e o prejuízo do valor e retenção de 100 000 cruzados, em marfim (...) e que também mandara vir de Londres, o melhor de 50 000 cruzados em géneros invendáveis neste Reino (...) somente próprios para consumo do Surrate²⁷. Os caixões de prata, barris de cochilha, coral lavrado, chumbo e ferro em barras, etc.,

com que a nau foi carregada, somaram mais de 86 contos²⁸, sendo também fiador de 12 000 cruzados sobre prata e géneros carregados à volta²⁹, pedindo também, em sociedade, 4000 cruzados sobre o casco e aparelhos da nau³⁰. Desta viagem dizia o rei, em 1740, que apenas tivera perda, ganhando somente experiência daquela navegação (...) já esquecida à nação portuguesa, e que a segunda que proximamente terá fim (...) com melhor sucesso pelo conhecimento do comércio, que sem dúvida animará aos meus vassalos de continuarem com favor a dita navegação (...) que ressuscitara à sua custa, mais com ânimo de procurar o interesse nacional do que o próprio³¹. No Brasil, donde trazia açúcar e tabaco, em 1746, foi



Pedras de armas existente sobre o conjunto portal-janela de entrada no Palácio de Vasco Lourenço Veloso. Estão representadas em partição as armas dos Veloso e dos Rebelo, sendo por isso referentes ao filho do proprietário, Tomás Veloso Rebelo Palhares.

contratador dos *Portos Secos Molhados e Vedados deste reino e Algarve*³². Tinha negócios em Buenos Aires³³ e na colónia do Sacramento, para onde levava caixas de seda³⁴.

De 1750 a 1757 foi administrador da Real Fábrica das Sedas, por ser necessário que fosse um homem bem poderoso em cabedais, para dar a devida amplitude à laboração de uma fábrica que a companhia não pode sustentar³⁵. Ao contrário de outros mercadores de Lisboa, não obteve facilidades para as dívidas resultantes dos danos do terramoto, pois, como administrador, necessitava de autorização régia³⁶. Em 1755 fundearam no Rio de

Janeiro dois navios: um com o ouro da negociação de Vasco Lourenço Veloso³⁷, que vinha da colônia do Sacramento, e outro a nau de Macau, de que é caixa Vasco Lourenço Veloso, que transporta o Embaixador à Corte do Pequim; e se segura que a sua carga é uma das mais importantes que passou ainda à Europa³⁸. Como senhor desta nau Lusitânia, fora obrigado a pô-la pronta de todo o necessário à ordem do Senhor Rei D. José I, no ano de 1752, para conduzir o enviado régio à China, na qual haviam sido interessados a Real Fazenda, o marquês de Abrantes, o conde de Sabugosa, e Vasco Lourenço. No entanto, tendo-se recolhido a carga dela para a Casa da Índia nas antevésperas do terremoto, com o fogo imediatamente seguido a este se incendiara³⁹. O rei perdoou-lhe 40 contos de dívida, mas foi executado (1761) em 114 contos de réis, dos contratos da Baía de 1723 a 1729⁴⁰. Vasco Lourenço Veloso, referido nos livros da Décima como *Homem de Negócio dos Exceptuados*, era servido por três criados (bolieiro, criado de servir e um grave) à data da sua morte, em 16.II.1770⁴¹, indo a sepultar na Igreja dos Barbadinhos. A complexidade da administração deste homem de negócio, notoriamente rico⁴², foi um fardo demasiado pesado para seu filho, Tomás Rebelo Veloso Palhares, que permaneceu em Santa Apolónia. Habilitado pelo Santo Ofício (1750) casou com



Vista lateral de conjunto do Palácio Veloso, tendo em primeiro plano o edifício anexado ao conjunto depois da abertura da Calçada dos Barbadinhos.

D. Ana Gertrudes Bonabie, de quem teve João Rafael, João Gualberto e João Nabor Veloso Rebelo Palhares, todos militares. Tomás manteve-se no palácio com a mãe até 1783. Em 1793 residia na cidade de Viana, vindo a ser preso após a morte da mulher e depois o mandaram para fora da corte, por forjar documentos falsos⁴³.

Num processo entre 1777-79, depois da queda de Pombal, a mulher e o filho do Veloso pediram uma moratória por seis anos. Expuseram ao rei que Vasco Lourenço Veloso fora encarregado de muitas e importantes dependências da Real Fazenda e (...) contraíra muitos empenhos sobre a obrigação de seus bens, (...) não podendo os suplicantes (...) ajustar contas (...) pelo ódio que lhes tinha o ministro Marquês de

Pombal⁴⁴. Em 1783, D. Maria Joaquina Palhares⁴⁵ arrendou o palácio ao marquês de Penalva, por 600 000 réis — duas moradas de casas nobres que tem na rua direita da Cruz a Santa Apolónia, umas em que ela assiste e outras em que assistiu proximamente o correio-mor com todas as suas oficinas e pertenças quintais e hortas⁴⁶. A Casa do Veloso tornava-se, assim, por mais de 50 anos, no palácio dos marqueses de Penalva, assistidos por 30 criados em média.

Através dos registos paroquiais conhecem-se os principais eventos vividos pelos marqueses e família no palácio: o casamento das filhas, D. Joaquina (1783)⁴⁷ e D. Francisca (1788)⁴⁸, respectivamente, com o futuro marquês de Olhão, e com o conde da Ribeira; a morte do marquês Manuel Teles

(1789)⁴⁹; o baptismo de oito filhos de Fernando Teles da Silva, senhor das casas de Penalva e Alegrete (1792 a 1802); a morte da marquesa, D. Joana (1811)⁵⁰, e do marquês (1818)⁵¹; o casamento da filha D. Isabel com o conde de Peniche (1816)⁵². O primogénito, Luís Teles da Silva, 5.º marquês de Alegrete, nasceu e viveu nestas casas,

cocheiras, palheiro, quinta e lojas que ocupavam os criados, mais casas graves, e duas outras, respectivamente, com 2 lojas e 1 sobrado e 3 lojas e 1 andar. Tornejando para a Calçada dos Barbadinhos tinha mais 14 pequenas casinhas de 1 ou 2 andares e lojas⁵⁷. Depois da morte do Veloso surge dividida em várias propriedades — primeiro em 4 e



Assinatura de Vasco Lourenço Veloso — Registos Notariais (meados do século XVIII).

como seu filho Fernando (baptizado em 1813)⁵³, 4.º marquês de Penalva e 10.º conde de Tarouca. No andar nobre místico ao palácio — que integrava a sua renda — residiu o principal decano, Estêvão Teles da Silva, aí falecido (1832)⁵⁴, pouco antes do sobrinho, José Teles da Silva, prior de Guimarães⁵⁵. O último registo da presença da família é o óbito de D. Rita Teles da Silva, solteira, em 1835. A marquesa de Alegrete deixara o palácio devoluto (1829-31)⁵⁶, e por conta do Estado. Esta extensa propriedade era composta por 3 quartos de casas nobres com pátio,

depois em 5 (sem contar com o casario da Calçada dos Barbadinhos).

O palácio — que sozinho pagava 4360 réis — juntamente com um dos quartos, constituía um prazo em vidas foreiro às Comendadeiras em 6400 réis. Segundo o inventário feito para as Comendadeiras no século XIX, os diversos prédios sitos defronte de Santa Apolónia constavam de *diversas propriedades urbanas e palácio, e de um quintalão por detrás*⁵⁸. O segundo, constituído em 1767 por *casas graves (...) loja, cavalariças e quarto de cima*, acolheu os desembargadores António da Costa

Freire e, depois, António Teixeira Alves. Durante mais de 30 anos esteve por conta do principal Estêvão Teles da Silva, arrendando-o depois um ajudante de ordens. Esta parte da propriedade fora executada ao Veloso pela Repartição da Represália, em 1762, juntamente com 10 prédios da Calçada dos Barbadinhos, *todas juntas umas às outras e chegam até intestar em umas casas novas do mesmo réu que se acham para acabar e fazem frente para a rua direita de Santa Apolónia*. Contudo, o auto de posse realizado em 1786 não concluiu o processo, que se arrastou pelos seus descendentes.

O quarto nobre, acima referido, *na frente da rua direita de Santa Apolónia* era composto por uma *loja grande de recebimento com duas cavalariças, cocheira, palheiro, casas de criados com suas escadas de pedraria até o primeiro pavimento de sobrados no qual tem várias casas e salas (...) e no segundo pavimento para o qual se serve com escada de madeira e também várias salas de uma e outra parte, cozinha e as mais acomodações necessárias com seu pedaço de quintal em que teve seu poço de nora de água nativa e em ambos os ditos pavimentos com galeria de janelas rasgadas para a rua*⁵⁹.

Quanto ao terceiro quarto, em 1767 era constituído por *casas graves que consta de palheiro, loja, cavalariça e quarto de cima com um sobrado da banda da rua dos Barbadinhos*, por ele passaram o

desembargador Manuel António da Cunha, Tristão de Cunha, o morgado de Vila Franca e Manuel de Almeida Neto, escrivão dos Armazéns dos Exércitos. Em 1804 servia ao visconde de Fonte Arcada, aqui vivendo no ano seguinte o senhorio João Rafael Veloso Palhares, seguindo-se-lhe João Luís do Couto, *rendeiro de comendas* e, na década de vinte, a viúva D. Maria da Piedade Lacerda, seguindo-se-lhe o prior de Guimarães.

A estada dos marqueses de Penalva por este palácio, a partir do século XIX, depois da morte de Tomás Veloso, originou forte litígio com os senhorios, os netos do Veloso, cadetes e cavaleiros fidalgos (1792)⁶⁰. *Menores sem amparo algum*, ficaram algum tempo a cargo de uma tia, cunhada de José Rademaker, administrador da Casa do Veloso (1790)⁶¹. Em 1794, *padecendo graves incómodos por estarem privados havia quase um ano de receberem as mesadas e alimentos que lhes competiam*, conseguiram a nomeação de novo administrador⁶², cargo entregue ao primogénito João Rafael (1803)⁶³. Litigando com os Penalva (1808) pedia *a justa (...) renda dos palácios e quinta que ocupava, e juntamente uma fiança idónea para o futuro, ou a liberdade de proceder a despejo*. Não conseguindo garantir o sustento e impedido dos meios ordinários recorreu ao rei, *porquanto a Casa do marquês de Penalva estava em Administração, não podia*



Restos do antigo vestibulo de entrada do palácio, hoje fechados.

o suplicante penhorá-lo (...) e pela mesma razão não podia constrangê-lo a dar-lhe um fiador idóneo, assim como também não podia despejá-lo, porque além de ser um grande do Reino, e com privilégio, suposto o não devesse haver para não pagar (...).

Três pedidos fazia João Rafael: *o pagamento das rendas vencidas da casa a Santa Apolónia (...) uma fiança idónea à renda (...) o despejo da mesma casa*. Sem êxito, continuou a viver num dos prédios na Calçada dos Barbadinhos, onde baptizou 7 filhos. Só após a morte do marquês de Alegrete a família deixou Santa Apolónia. Em 1851, José Maria António Nogueira insurgia-se com mais um capítulo para

*a negra história da época actual, trazendo a público uma negociata que envolveu o palácio: a troca que o «honrado» conde de Tomar acaba de fazer do vasto e belo edifício do Estado, chamado o Jardim do Tabaco, pelos casebres de Santa Apolónia comprados «ad hoc» para tal fim pelo sr. Eugénio de Almeida*⁶⁴. Este senhor comprou a propriedade ao visconde de Fonte Boa, que a adquirira por execução aos herdeiros do Veloso, levando de imediato à praça os prédios na Rua de Santa Apolónia n.ºs 46 a 59 e Calçada dos Barbadinhos n.ºs 1 a 29. *Estes são pequenas casas de um ou dois andares quase todos em completa ruína, e os primeiros são dois velhos palácios, um dos quais, o que principia em n.º 46, só tem as paredes; pois que ainda durante a posse dos executados (...) venderam grande parte da cantaria dos interiores do prédio, madeiras, azulejos e telha! Foi por esta destruição (...) que o sr. visconde, apesar da baixíssima avaliação (...), não achou quem licitasse em praça. Também concorreu (...) o saber-se que (...) formavam um prazo foreiro às comendadeiras de Santos, (...) não podendo por isso ser divididos (...); e finalmente, pelos protestos e anúncios que (...) fizeram os executados (...) que ainda hoje renovam, e que não levam aos tribunais, propondo uma acção de reivindicação*. O visconde recorreu várias vezes, sem êxito, à praça, acabando por vender as casas a

José Eugénio de Almeida por 9 contos de réis. Uma vez na posse do Estado, instalou-se na antiga propriedade do Veloso a Companhia Portuguesa de Tabacos, que ali permaneceu até ao século XX, cedendo progressivamente instalações ao Comando-Geral da Guarda Fiscal que, instalando-se em 1936, acabou por se apossar de toda a propriedade. Destas diferentes utilizações resultou a completa descaracterização do palácio. (JFP)



Assinatura do marquês de Penalva, cuja família residiu cerca de 50 anos neste palácio.

II — COMENTÁRIO

O vasto conjunto de edifícios hoje ocupados pela Brigada Fiscal da G.N.R. na Rua da Cruz de Santa Apolónia, encerra uma complexa história de usos e funções que incidem alguma luz sobre a história de Lisboa. Em terrenos aforados às Comendadeiras de Santos-o-Novo, Vasco Lourenço Veloso fez erguer por meados do século XVIII um grande casarão para residência própria e, tudo o indica, destinado também quer a armazém para apoio às suas actividades comerciais, quer para residência dos seus funcionários. Uma pequena parcela desse terreno não

pertencia, no entanto, originariamente ao conjunto. Trata-se do prédio de esquina para a actual Calçada dos Barbadinhos, em litígio de posse no século XVIII com o fronteiro Convento de Santa Apolónia. É numa fatia desse terreno, cedido pelas freiras, que se virá a abrir a referida calçada, indispensável para dar acesso ao novo Convento dos Barbadinhos italianos. No entanto, logo após o terramoto essa parcela de terreno já aparece construída e integrada na propriedade do Veloso, possivelmente por acordo com o convento.

O palácio do Veloso surge-nos, assim, como uma espécie inesperada de sede de uma grande empresa comercial, com ligações espalhadas por todo o vasto perímetro do império português e com activas ramificações nos meios europeus. No entanto, curiosamente, o seu aspecto estético exterior em nada o diferencia do modelo dos grandes palácios da aristocracia cortesã. Além das proporções, é idêntica a exaltação do andar nobre, possivelmente destinado de origem a residência particular do senhor, e é idêntica, também, a afirmação de propriedade feita através do eixo de entrada, marcado por um belo portal/janela de desenho cuidado, tendo sobreposto a indispensável pedra de armas identificadora. Note-se que a mesma é composta pelas armas conjugadas das famílias Veloso e Rebelo Palhares, sendo portanto referidas já a Tomás Veloso Rebelo Palhares, filho do construtor.

A impressionante soma documental reunida em torno da actividade de Vasco Lourenço faz dele uma das personagens centrais da vida económica lisboeta setecentista. De realçar, sobretudo, a tentativa de reanimar o comércio com a Índia, que talvez não tenha caído muito bem em certos meios mais interessados no Brasil. Nascerá daqui a animosidade do futuro marquês de Pombal de que se queixaria mais tarde a viúva do Veloso? Do que podemos estar certos é que passará por ele qualquer tentativa séria para se conhecer a fundo a história deste período central da vida lisboeta e portuguesa. O carácter palaciano do edifício principal fê-lo adaptar-se com facilidade a residência da Casa Penalva/Alegrete, aí instalada por cerca de 50 anos, após a destruição pelo terramoto do seu palácio junto à antiga Porta de São Vicente da Mouraria, no actual Martim Moniz. Como se foi tornando habitual ao longo deste levantamento, o único dado que se impõe da vida atribulada das casas aristocráticas nestes finais do absolutismo é a sua constante falta de liquidez, obrigando à situação limite tão comum do recurso à tutela das administrações régias. Quando, em 1808, João Rafael Veloso Palhares, neto do fundador, levanta junto do rei a questão de saber se o privilégio de um grande do Reino, no caso o seu inquilino marquês de Penalva, inclui a prerrogativa de não pagar as dívidas das rendas acumuladas, fica com efeito já no ar a insustentabilidade de

uma situação e o anúncio liberalizador de uma revolução a curto prazo.

Mais tarde, a Companhia Portuguesa de Tabacos utilizou todo o conjunto, regressando um certo tom utilitário, agora industrial, à construção do Veloso. Ainda se conservam na parte superior resquícios das construções fabris então levantadas (ver *Guia do Património Industrial*). Por fim, a Guarda Fiscal, hoje

integrada na G.N.R., instalou no edifício a sua sede, realizando grandes obras de transformação utilitária que acabaram por apagar os poucos sinais ainda existentes da antiga construção de Vasco Lourenço. Só resta uma parte adulterada do vestibulo e as paredes mestras exteriores do conjunto quase impossível de reconstituir na sua unidade inicial. (JSM)

¹ IAN/TT, HSO, Mç. 1, n.º 11.

² IAN/TT, C-12B, Cx. 39, L.º 519, fls. 4.

³ IAN/TT, HSO, Mç. 1, n.º 11.

⁴ IAN/TT, C-12B, Cx. 38, L.º 513, fls. 15-15v.

⁵ IAN/TT, C-12B, Cx. 39, L.º 519, fls. 4.

⁶ IAN/TT, C-12B, Cx. 43, L.º 535, fls. 16v-18.

⁷ IAN/TT, C-12B, Cx. 40, L.º 520, fls. 63v-64 e AHU, BAHIA; Castro e Almeida, n.º 3858-61 e n.º 8450.

⁸ IAN/TT, C-12B, Cx. 40, L.º 521, fls. 8v-9v.

⁹ A.H.U., Catálogo dos docs. sobre a história de S. Paulo, n.º 588.

¹⁰ IAN/TT, C-12B, Cx. 44, L.º 539, fls. 94v-95.

¹¹ IAN/TT, C-12B, Cx. 44, L.º 540, fls. 42v-43v.

¹² IAN/TT, C-12B, Cx. 48, L.º 561, fls. 81v-82v.

¹³ IAN/TT, C-12B, Cx. 41, L.º 525, fls. 19-20.

¹⁴ IAN/TT, C-12B, Cx. 40, L.º 521, fls. 32-32v.

¹⁵ IAN/TT, C-12B, Cx. 42, L.º 531, fls. 96-97.

¹⁶ IAN/TT, C-12B, Cx. 42, L.º 533, fls. 82-83.

¹⁷ IAN/TT, C-12B, Cx. 42, L.º 534, fls. 86v-88.

¹⁸ IAN/TT, C-12B, Cx. 41, L.º 527, fls. 78v.

¹⁹ IAN/TT, C-12B, Cx. 44, L.º 543, fls. 71v-72v.

²⁰ IAN/TT, RP, Casamentos, S. Sebastião da Pedreira, L.º 2, fl. 139v.

²¹ IAN/TT, HSO, Mç. 5, n.º 72.

²² IAN/TT, C-12B, Cx. 50, L.º 569, fls. 90-91.

²³ IAN/TT, HSO, Mç. 5, n.º 72.

²⁴ IAN/TT, C-12B, Cx. 50, L.º 571, fls. 9-10.

²⁵ IAN/TT, RP, Óbitos, Cx. 27, L.º 6, fls. 48v.

²⁶ IAN/TT, C-12B, Cx. 49, L.º 567, fls. 69-70.

²⁷ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 128, fl. 241.

²⁸ IAN/TT, C-12B, Cx. 50, L.º 569, fls. 90-91.

²⁹ IAN/TT, C-12B, Cx. 49, L.º 568, fls. 50v-52v.

³⁰ IAN/TT, C-12B, Cx. 49, L.º 568, fls. 67-68.

³¹ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 98, fl. 337-337v.

³² IAN/TT, C- 9A, Cx. 85, L.º 500, fls. 25v-26.

³³ AHU, Rio de Janeiro (Annaes da B. N.), Castro e Almeida, Vol. VIII, n.º 15 167.

³⁴ AHU, Rio de Janeiro (Annaes da B. N.), Castro e Almeida, Vol. VIII, n.º 17 363.

³⁵ Neves, José Acúrcio das, *Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção e manufactura das sedas em Portugal (...)*, Lisboa, Imp. Regia, 1827, pp. 67-77.

³⁶ Santana, Francisco, Documentos do Cartório da Junta do Comércio, Lisboa, CML, Vol. I, fls. 211 a 212.

³⁷ AHU, Rio de Janeiro (Annaes da B. N.), Castro e Almeida, Vol. VIII, n.º 18 582.

³⁸ AHU, Rio de Janeiro (Annaes da B. N.), Castro e Almeida, Vol. VIII, n.º 18 259.

³⁹ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 2117, n.º 53.

⁴⁰ AHU, BAHIA; Castro e Almeida, n.º 5562, n.º 3858-61 e n.º 8450.

⁴¹ IAN/TT, RP, Óbitos, Santa Engrácia, Cx. 27, L.º 6.

⁴² IAN/TT, HSO Mç. 5, n.º 72.

⁴³ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 2117, n.º 53.

⁴⁴ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 2106, n.º 7 e Mç 2107, n.º 51.

⁴⁵ IAN/TT, C-12B, Cx. 91, L.º 779, fls. 116-116v.

⁴⁶ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 1474, n.º 1, fl. 16 e 90.

⁴⁷ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 18, L.º 51, fl. 58v.

⁴⁸ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 6, L.º 8, fl. 204.

⁴⁹ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 27, L.º 6, fls. 98.

⁵⁰ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 28, L.º 7, fls. 291v.

⁵¹ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 28, L.º 8, fls. 74.

⁵² IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 21, L.º 11, fl. 187.

⁵³ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Baptismos, Cx. 10, L.º 15, fl. 230.

⁵⁴ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 29, L.º 9, fl. 99v.

⁵⁵ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 29, L.º 9, fl. 102.

⁵⁶ AHTC, DC, Santa Engrácia, Livros de Arruamentos, Mçs. 464-465.

⁵⁷ AHTC, DC, Santa Engrácia, Livros de Arruamentos, 420-465 e Tesouro Público, Mç. 118.

⁵⁸ IAN/TT, AHMF, Convento de Santos-o-Novo, Cx. 2003, cap. 11.

⁵⁹ IAN/TT, Ministério do Reino, Decretamentos de Serviços, Mç. 116, doc. 4.

⁶⁰ IAN/TT, Mordomia da Casa Real, L.º 5, fl. 25v e L.º 24, fl. 90.

⁶¹ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 1415, n.º 17.

⁶² IAN/TT, Chancelaria de D. Maria I, L.º 44, fl. 340v.

⁶³ Chancelaria de D. Maria I, L.º 69, fl. 302.

⁶⁴ Nogueira, José Maria António, *Esparsos*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, pp. 9-14.



Imagens do sala-museu da Brigada Fiscal da G.N.R., antiga Guarda Fiscal.

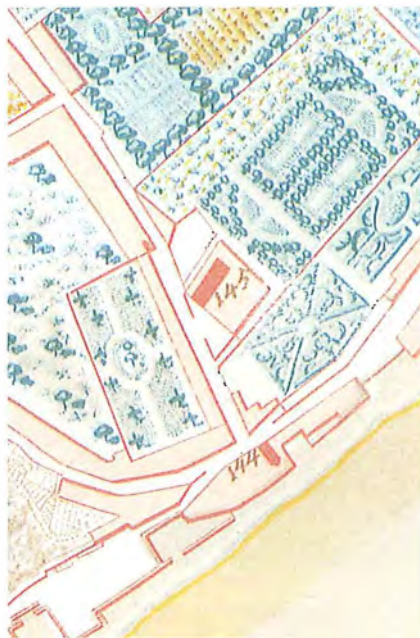


A pedra de armas reais de desenho *rocaille* sobre o arco central de entrada da Igreja do Convento dos Barbadinhos.

9 CONVENTO DOS BARBADINHOS ITALIANOS

I — RESENHA HISTÓRICA

 S CAPUCHINHOS, um dos três ramos da primeira Ordem Franciscana, ficaram conhecidos em Portugal por Barbadinhos pela farta barba que usavam e para se distinguirem dos Capuchos. Dedicados à missão no Brasil e em Angola necessitavam de um local para hospedar os seus missionários em trânsito. Os Barbadinhos franceses instalaram-se (1648) na Esperança, casa onde se recolhiam também os italianos que, desde 1641, passavam por Lisboa, cifrando-se em mais de 400 os frades dessa origem em Angola ao longo dos 200 anos de missão. Mas os desentendimentos com os franceses, beneficiados pela protecção de D. Maria Francisca de Sabóia, falecida em 1684, levou ao desejo de possuírem casa própria. D. Pedro II, em 1687, proibiu a passagem dos franceses para o Brasil, pretexto que os italianos procuraram usar, sem êxito, para se apoderarem do seu convento. Em 1686 chegou a Lisboa o padre Paulo de Varazze, procurador da Província de Génova, instalando-se num convento franciscano. Achando os *padres italianos* mais *conveniência em terem habitação própria* procuraram que *el-rei Dom Pedro I*ha concedesse no convento que *tinha sido das senhoras Comendadeiras de Santos*¹.



O Desembargo do Paço (9.3.1685) pronunciou-se negativamente sobre a petição dos italianos, alegando que a *introdução destes hospícios não servia mais que de pretexto de se facilitar o meio de se multiplicarem as fundações (...) sendo muito de reparar que para todas (...) se lançaram por terra grande número de casas que davam cómodo aos moradores desta corte e ajudaram a pagar as imposições dos tributos, e (...) todos estes fundadores entendiam que a doutrina só era necessária em Lisboa, porque até agora lhe não chegara requerimento de algum que pretendia ir fundar aos Campos de Ourique ou às serras do Algarve (...) porque não tinha*

*fundamento que a justificasse pois nem a Lisboa nem à Baía se podiam vir curar os enfermos de Angola, e para as passagens não faltavam conventos onde se agasalhassem os missionários e em se frequentarem as missões com os naturais era o que se devia (...) porque o fruto espiritual que os estrangeiros faziam nas conquistas nunca podia ser sem as suspeitas de poderem vir a ser prejudiciais ao corpo da Monarquia*². Apesar do parecer desfavorável, D. Pedro II concedeu-lhes o mosteiro antigo (...) em que viviam as religiosas da Ordem militar de Sant'Iago, o qual vagou pela mudança que (...) fizeram para o seu novo (...) entrando os reverendos Padres Capuchinhos em vinte dois de Julho de 1689, sendo (...) fundador o padre Frei Paulo de Varace, missionário em Angola³. As Comendadeiras doaram (10.6.1692) ao padre Paulo o usufruto das casas, dando-lhe faculdade para as obras convenientes⁴. Frei Agostinho de Santa Maria refere (1707) a igreja dos padres Capuchinhos italianos, que vivem no sítio do convento velho de Santos-o-Novo⁵ e, em 1712, apontam-se os padres Barbadinhos no convento que está no pátio de Santos-o-Velho a Santa Apolónia⁶. Frei Apolinário da Conceição (1740) resume a história dos Barbadinhos italianos: começaram por se instalar no sítio em que primeiro existia uma



ermida da invocação de N. Senhora do Paraíso, depois (...) mosteiro das comendadeiras de Sant'Iago(...); e (...) o Senhor rei D. Pedro II (...) o deus (...) no ano de 1686 e o povoaram no de 1689 em que até o presente residem. Porém como se acha grandemente arruinado, neste ano de 1739 na manhã de 30 de Setembro, dia do doutor S. Jerónimo, se lançou a primeira pedra em o edificio (...) novo, fora dos muros da cerca do antigo em parte mais eminente, para cuja fábrica aplicou cinquenta mil cruzados o nosso soberano (...) rei D. João V^o. O padre Luís Cardoso (1759) aponta outra data, dizendo que se principiou a fundar (...) em 10 de Abril de 1738, por ordem e despesa do senhor rei Dom João 5.^o⁸.



Um outro autor, João Baptista de Castro (1763), repete Frei Apolinário, acrescentando tudo se dever às súplicas do irmão Fr. Francisco, religioso de grandes virtudes⁹. Frei Cláudio da Conceição (1827) nada acrescenta à grande esmola, que bastou a edificarem a nova igreja e convento¹⁰. Finalmente, (6.7.1742) o rei diz que com dinheiro seu próprio mandara comprar umas casas (...) sitas ao diante (...) de Santa Apolónia, antes de chegar ao mosteiro de Santos, para (...) os religiosos italianos nele residirem, enquanto não lhe mandava fazer outro novo. E como este se acha já feito (...) não tem já serventia alguma (...) o dito hospício velho, houve Sua Majestade por bem ordenar (...) se vendesse (...) e do preço (...)



fazia (...) esmola aos (...) capuchinhos italianos. O comprador foi D. Lázaro Leitão Aranha, menos o quintal grande, e poço (...), tudo pela quantia de onze mil cruzados, exigindo os Barbadinhos que logo antes de se entregar o dito hospício (...) poderão os ditos padres mandar tapar (...) qualquer abertura que (...) os devasse¹¹. A localização da nova casa levantava a questão dos acessos. Nesse sentido celebraram (4.6.1742) um contrato com o Mosteiro de Santa Apolónia, uma vez que as freiras eram possuidoras de um chão que fica defronte (...) que serve de estanco donde se vende lenha (...) e porque (...) o seu convento e igreja (...) fica por cima do dito chão (...) necessitam para fazer caminhos e estrada lhe

*tinham pedido (...) no dito chão a largura de quarenta palmos (...) com declaração que a dita doação lhe fazem no caso do vencimento (...) da demanda que trazem com (...) Vasco Lourenço*¹². As freiras venceram, pois em 1744 já é referida a Rua Nova dos Barbadinhos, hoje calçada¹³.

O padre Luís Cardoso (1759) refere que moravam naquele *Real hospício*, cujos padroeiros eram *os senhores reis deste Reino*, 14 religiosos — 9 sacerdotes e 5 leigos. Afirma ainda que *não padeceu este convento (...) ruína alguma no terremoto*¹⁴, e J. B. de Castro diz ter sido um dos conventos lisboetas *bem livrados no terremoto*¹⁵. Na cerca instalaram-se inúmeras barracas para acolher as vítimas do megassismo.

Depois de 1742, a nova casa hospedou alguns núncios. Em 1757 ali esteve D. Carlos de Guevara, ministro de Nápoles em Portugal e, em 1759, o comandante da esquadra veneziana. Em 1760, o escritor José Baretti, a caminho de Génova, teceu grandes elogios ao convento, sua cerca e biblioteca, publicando o relato da sua visita.

A Casa de Lisboa foi quase sempre habitada por Capuchinhos da Província de Génova. Depois da morte do padre Francisco António de Sampierdarena (1744), esse facto desagradou aos Capuchinhos de outras províncias italianas, conduzindo a um conflito que envolveu Frei André de Búrgio, chegado a Lisboa (1745) vindo de



Vista de e conjunto da fachada do antigo Convento dos Barbadinhos italianos. Na página ao lado alguns pormenores do conjunto, e fachada lateral do convento, sobre a Rua do Alviela.

Cádis a pé, muito querido da corte portuguesa. As disputas pelo cargo de superior, entre as províncias de Génova e de Roma, obrigaram a avisos e decretos de D. João V e D. José. Em 1758, Sebastião José de Carvalho e Melo fez reentrar os Capuchinhos genoveses, e mandou prender três outros que permaneceram no cárcere por quase 21 anos¹⁶. D. Maria I pôs fim à questão (1782) determinando que a casa era pertença do Real Padroado, pelo que lhe cabia a nomeação do superior. A mesma rainha que, em 26, 27 e 28 de Abril de 1789¹⁷, tendo assistido, na igreja, à celebração da beatificação do barbadinho Frei Lourenço de

Brindes, encomendou a Machado de Castro uma imagem daquele santo, oferecendo-a à dita igreja¹⁸. Este convento, além do orago de Nossa Senhora da Conceição da Porciúncula, também foi conhecido pela designação de hospício do Livramento, invocação de uma imagem doada por dois italianos que a compraram a uns hereges. A condessa de Redondo *vendo a imagem de Maria Santíssima roubada, despida, e sem algum adorno (...) e maltratada dos hereges, procurou logo de a vestir ricamente*. Tratava-se de uma imagem *de vestidos, cujas mãos e cabeça são de composição como de pasta, ou massa de papel, com outros*



Busto-relicário, de prata e pedrarias, de Santa Engrácia mandado executar pela infanta D. Maria, fundadora da freguesia, por disposição testamentária de 1576. A obra só veio a ser executada ao tempo do arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, em 1595, sendo transferida para esta igreja depois de esta se tornar sede paroquial.

materiais de que se usa nas manufaturas desta qualidade; mas de tanta formosura, e perfeição, que parece viva¹⁹. Deu-se-lhe o nome de Livramento não só por se ter livrado das mãos dos hereges, como porque o seu colete livrou uma sobrinha da condessa de uma doença. Com a extinção das ordens (1834), começou a descaracterização do antigo edifício conventual, requisitado para quartel da Guarda Nacional (26.3.1835), sendo as casas anexas (portaria de 16.7.1835) pedidas pela Irmandade do Sacramento de Santa Engrácia e o quintal e o claustro destinados a logradouro do pároco da freguesia (portaria de 18.2.1836).

A cerca, foi requisitada (1839) pelo Ministério da Guerra e, mais tarde, nela se construiu a estação elevatória de águas do Alviela, hoje Museu da Água²⁰. Quanto à igreja, requisitou-a o governador civil para a freguesia de Santa Engrácia (27.4.1836), merecendo a transferência *uma procissão em que não iam andores com as santas imagens, mas só o pálido com o Santíssimo Sacramento*²¹. (JFP)

¹ BNL., Cod. 145, fls. 294.

² IAN/TT, DP, Repartição de Justiça, L.º 57, fls. 149v-150.

³ BNL, Cod. 145, fls. 340v-341.

⁴ Faria, Francisco Leite de, *Os Capuchinhos em Portugal*, Lisboa, 1990, pp. 61.

⁵ Santa Maria, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, Lisboa, 1707, T. I, pp. 480-484.

⁶ IAN/TT, RGT, L.º 152, fls. 43-46v.

⁷ Conceição, Fr. Apolinário da, *Claustro Franciscano*, Lisboa, 1740.

⁸ Cardoso, Padre Luís, *Dicionário Geográfico*, T. XX, pp. 759-60.

⁹ Castro, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1763, T. II, p. 72.

¹⁰ Conceição, Fr. Claudio da, *Gabinete Historico*, Lisboa, Imprensa Regia, 1827, T. XI, pp. 314-315.

¹¹ BPMP, Cod. 20, Fundo Azevedo, fls. 90v-96.

¹² IAN/TT, CN, C-II, Cx. 127, L.º 558, fls. 94v-95.

¹³ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 26, L.º 4, fl. 253v.

¹⁴ Cardoso, Padre Luís, *ob. cit.*, T. XX, pp. 759-60.

¹⁵ Castro, João Baptista de, *ob. cit.*, pp. 273.

¹⁶ Faria, Francisco Leite de, *Alvorço na Lisboa setecentista à volta do Barbadinho Frei André de Búrgio*, Lisboa, 1958 e *idem*, *Os Capuchinhos em Portugal*, Lisboa, 1990, pp. 67-74.

¹⁷ *Gazeta de Lisboa*.

¹⁸ Estevens, Manuel Santos, *O túmulo da rainha D. Mariana Vitória em S. Francisco de Paula e algumas obras de Machado de Castro, em Lisboa e seu termo*. Estudos e documentos, Lisboa, 1948, Vol. II, pp. 159-160.

¹⁹ Santa Maria, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, Lisboa, 1707, T. I, pp. 480-484.

²⁰ IAN/TT, AHMF – Convento dos Barbadinhos, n.º 2236.

²¹ Pereira, Luís Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa*, Lisboa, BNL, 1927, p. 80.

²² IAN/TT, A.H.M.F, Casa Real, 1ª parte, Cx. 43, n.º 11, cit. por Estevens, Manuel Santos, *ob. cit.*, vol. II, pp. 159-160.

II — COMENTÁRIO

Actual sede da antiga freguesia de Santa Engrácia, a igreja e Convento de Nossa Senhora da Porciúncula dos Barbadinhos italianos é um dos vários conjuntos conventuais desta Lisboa Oriental que têm passado quase despercebidos. Dele se fala a propósito do magnífico busto-relicário de Santa Engrácia, doado à freguesia pela infanta D. Maria, sua fundadora, mas quanto ao próprio edifício e respectiva decoração interior só recentemente se começou a valorizar no contexto das activas relações romanas do período de D. João V. No entanto, constitui um interessante conjunto a merecer uma atenção cuidada, pois revela uma sensibilidade mais italiana no tratamento das riquíssimas madeiras do Brasil, sem recurso à cobertura em ouro habitual na talha portuguesa. Aqui, pelo contrário, o efeito decorativo é conseguido pelo jogo dos embutidos, numa variedade colorida a partir dos vários tons da madeira. De realçar o altar-mor, sobretudo o seu magnífico tabernáculo, peça de grande requinte e qualidade na sua forma de templo e no tratamento escultórico dos relevos que o adornam que adiante destacaremos. Quanto ao edifício em si, o gosto que evidencia coloca algumas questões. Apesar de no seu interior constituir um dos mais ricos repositórios das encomendas italianas do período joanino, já o mesmo



Cristo Crucificado, peça do século XVIII possivelmente pertencente ao Convento dos Barbadinhos, de feitura desconhecida, de grande qualidade plástica na representação sofredora da figura de Jesus, obra possivelmente italiana como o restante conjunto decorativo desta igreja.

não se poderá dizer da sua arquitectura, conformada ainda por valores ligados a uma tradição bem arraigada, facto a que não será estranho a sensibilidade estética dominante entre os vários ramos franciscanos, entre os quais se contam os Barbadinhos. Com efeito, a solidez das cantarias não afeiçoadas resulta num efeito brutalizante que marca todo o conjunto, aproximando-o de um certo gosto comum em Portugal na transição do século XVII para o XVIII, mas que surge um pouco desfasado numa iniciativa régia já nos anos 40, data da construção, quando o

espírito do barroco romano se impunha em Maфра. A obediência, ainda, à norma do modelo capucho do pórtico de três arcos reforça o ar antiquado que o conjunto transmite. No entanto, a gigantesca pedra das armas reais que decora a fachada, já marcadamente *rocaille* no seu desenho assimétrico e contorcido, introduz a nota dissonante que moderniza o conjunto, actualizando de forma ambígua a sua imagem final e aproximando-o, assim, de um certo eclectismo arquitectónico então em voga. (JSM)





Graças a algumas recentes investigações históricas, em que se destaca o trabalho de Pier Paolo Quieto, *D. João V de Portugal, a sua influência na arte italiana do século XVIII*, conhecemos hoje melhor os meandros da relação constante entre a corte de Lisboa e os meios artísticos romanos, de que resultaram sucessivas encomendas de obras de arte para decoração dos templos lisboetas. Se Mafra ou a Capela de S. João Baptista foram, naturalmente, as mais directas beneficiárias dessa política, a Igreja dos Barbadinhos italianos, embora em menor escala, constitui um bom exemplo da dimensão que atingiu essa corrente contínua entre Lisboa e Roma. Nesta igreja, são de destacar sobretudo a pintura e os altares em madeiras exóticas, que conferem a este templo um carácter bem distinto no âmbito das igrejas lisboetas, dominadas pelo jogo entre o dourado das talhas e o vidrado monocromático dos azulejos. Quanto à pintura, destaca-se o grande retábulo do altar-mor, obra atribuída a Pompeo Batoni, datada de 1743-44, recentemente restaurada, e os dois quadros a óleo sobre tela de Giacomo Zoboli (junto reproduzidos), cujas ordens de pagamento datam de 1745-46,



com 270x214 cm, obras correctas do ponto de vista técnico mas sem grande chama criativa, aliás perfeitamente integráveis num formulário de produção então dominante onde a imaginação não era com certeza o atributo mais procurado. No respeitante ao trabalho em madeira, a peça mais notável é o sacrário do altar-mor, em forma de capela com zimbório, obra realizada em Génova, de onde aliás eram naturais a maior parte dos barbadinhos presentes em Lisboa, sendo o seu autor o entalhador Girolamo Pittaluga, adornado de um magnífico painel central em baixo-relevo, desenhado por Lorenzo de Ferreri. (JSM)

FREI LOURENÇO DE BRINDES

Frei Lourenço de Brindes, geral de 1602 a 1605, anos em que percorreu a Itália, França, Suíça e Espanha, foi reputado pregador e diplomata. Esteve em Lisboa (1619), para falar com Filipe III, então em Portugal, aqui acabando por morrer.

Suspeitando-se de envenenamento, procedeu-se à autópsia, mandando o cirurgião que se impregnassem as paredes do salão com vinagre muito forte, para atenuar o cheiro.

No entanto, o cadáver exalava um agradável odor, considerado milagroso. Foi embalsamado, e atraiu logo inúmeras pessoas que o consideravam santo.

Foi beatificado em 1783. D. Maria I encarregou Machado de Castro, *preceptor da Casa de Escultura das Obras Públicas*, de fazer, em cedro do Brasil, uma imagem do Beato Lourenço para a Igreja dos Barbadinhos.

Custou 62 850 réis, e os materiais, pintura e o nicho, 113 760 réis, tudo pago pela rainha em 1790²².

(JFP)





Escadaria da segunda metade do século XIX, introduzida no Palácio dos Senhores de Pincas pela família Pereira Palha, proprietária desde 1818.

10 QUINTA DOS SENHORES DE PANCAS

I — RESENHA HISTÓRICA

EMBORA se desconheça a data de compra desta propriedade, foreira às Comendadeiras de Santos-o-Novo, o primeiro senhor de Pancas a ela ligado foi Simão da Costa Freire, descendente colateral do célebre cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa. Em 1647, solteiro, morava às Escolas Gerais¹. Casou em Santa Marta (1656)² com D. Inês de Melo, filha do senhor da Torre de Coelhoiros, de quem teve quatro filhos. Em Santa Engrácia o primeiro registo é o do matrimónio da filha, D. Briolanja, com o primo João de Melo Cogominho (18.5.1672)³. O pátio do senhor de Pancas é referido pela primeira vez num registo de 1679⁴.

No ano de 1678⁵, seu filho, Cristóvão da Costa Freire, morava junto ao Convento de Santos com a mãe, vindo a casar (1677) com D. Francisca Teresa de Sotomaior, filha do secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda⁶. Em 1680, iniciou uma grande campanha de obras, dando às casas de Santa Apolónia a moderna dimensão palaciana. A 17 de Julho, contratou com José da Silva, mestre pedreiro e com António Pereira, mestre carpinteiro, para lhe fazerem as obras de seus ofícios nas suas casas em que vive junto a Santa Apolónia⁷. Os senhores de Pancas



possuíam ainda bens em S. João da Talha, vários prazos na Golegã, terras em Santarém, lezírias e marinhas em Pancas, umas terras junto à vila de Povos, duas moradas de casas no Castelo de S. Jorge e a Quinta da Bela Vista, em Chelas. A mãe de Cristóvão, D. Inês Joana de Melo, declara (1698) em testamento que na sua terça tomava as casas sitas junto a Santa Apolónia (...) e vínculo a dita minha terça em morgado (...) e a anexo ao morgado de Pancas (...) e para que com mais bens possam os nossos descendentes aumentar a nobreza da nossa família e casa. E chamo (...) por primeiro sucessor a meu neto Simão da Costa Freire (...). Falhou, no entanto, esta pretensão

de vincular a propriedade de Santa Apolónia, pois a mesma senhora, num codicilo de 1702⁸, confirmava o morgado, mas excluía dele a propriedade, pois *não tenho já quinhão nem parte nas casas de Santa Apolónia em que vivo*.

Cristóvão, em 1703, obrigou bens de morgado, a fim de obter 15 000 cruzados para as marinhas, a qual obra seria não só útil ao morgado (...) e (...) ao Reino, pela grande utilidade pública que se seguia da saca do sal, na quinta de Pancas⁹. Em Dezembro, obrigou de novo bens de morgado para segurar o dote do terceiro casamento do filho, Simão, com D. Ana Maria de Meneses, filha do senhor da Ponte da Barca, com boda em Santa Apolónia (27.1.1704)¹⁰. Cristóvão da Costa Freire recebeu carta de conselheiro régio em 1705¹¹ e, no ano seguinte, foi nomeado governador do Maranhão, reconhecendo-lhe o rei os serviços (...) em o posto de capitão, (...) e (...) de mestre de campo (...), no que se houve com bom procedimento¹². Com a sua morte, em 1724, começou a decadência da Casa de Pancas¹³, sucedendo-se as questões por heranças e partilhas entre familiares, como a demanda entre o sucessor Simão e seu irmão Fernão Correia de Lacerda, moradores em Santa Apolónia, que celebraram acordo em 1724. Por ele, o segundo desistiu de

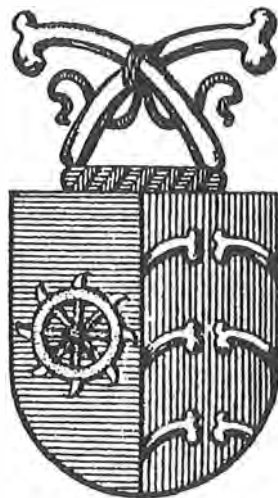


Pedra de armas da família Pereira Palha, no cunhal exterior do palácio (2.ª metade do século XIX).

todo o direito (...) às legítimas (...) a favor do dito seu irmão (...) e em remuneração (...) este promete (...) de lhe dar duzentos mil-réis cada ano de renda e de o sustentar (...) de Cama e Mesa, com um criado de escada acima e outro de escada abaixo (...) e uma carruagem pronta, (...) enquanto (...) não entrar em comenda, (...) obrigando as casas nobres de Santa Apolónia (...) e estando também presente nas suas casas pequenas de Santa Apolónia (...) D. Ana Maria de Meneses¹⁴.

As casas pequenas eram parte integrante da propriedade, situadas a poente, junto à entrada para o pátio. Junto havia a horta, com poço e nora. Por uma escritura (1724) sabemos que o

arrendatário se obrigava a dar *toda água que necessária for para o gasto da casa (...), e trará a dita horta bem plantada*¹⁵. Noutro contrato (1725), é assumida a obrigação de *botar toda água que for necessária para o gasto da casa (...) como também fará (...) os calabres e alcatruzes (...) na nora da dita horta*¹⁶. Simão da Costa Freire fez testamento (16.6.1728), designando herdeiro o irmão Francisco da Costa Freire. Quanto à esposa, diz que (...) *me pesa de não ser senhor de muitos bens livres para com eles lhe gratificar o muito que sempre lhe devi mas como os meus bens livres se segurarem pouco excederão as minhas dívidas (...)*¹⁷. Para satisfação destas, mandou vender o escaler e a *minha Casa de Armas que*



Armas dos Costa, chamados de Alpedrinha, que juntaram em partição às armas dos Costa a roda de navalhas de Santa Catarina, adoptada por D. Jorge da Costa, o célebre cardeal de Alpedrinha. Os senhores de Pancas eram os representantes desta família.



Pedra de armas da família Pereira Palha em estuque no interior da escadaria do palácio (2.ª metade do século XIX).

tudo foi comprado com o meu dinheiro. Fizeram-se exéquias em Santa Marinha¹⁸, sendo depositado no jazigo dos senhores de Pancas, em pedra e levantado sobre dois elefantes, na Capela da Senhora da Boa Nova.

Francisco da Costa Martins Freire¹⁹, do Conselho do rei²⁰ e governador da Madeira, não teve tempo para recompor a casa, pois morreu no ano seguinte²¹. Do seu matrimónio com D. Maria Josefa de Meneses ficou uma filha, baptizada em Alcochete, que instituiu por universal herdeira. Diz no testamento que (...) *quando por morte de meu irmão (...) sucedi na Casa de meus pais, a achei gravada com muitas dívidas, (...) mas o pouco tempo que*



Vista de conjunto do Palácio dos Senhores de Pancas, sobre o antigo caminho oriental.

possuí a dita Casa me não deu lugar a *extingui-las todas*²². Como tutor da filha, D. Rita Josefa, nomeou o irmão, Fernando Correia de Lacerda, cavaleiro de Malta, que mandou proceder a inventário, entre 1729 e 1733. Logo em 1729 noticiava-se²³ o casamento da senhora de Pancas com D. Rodrigo de Noronha, filho do 4.º conde dos Arcos, que *seguia a vida eclesiástica, (...) que largou por outro estado*²⁴.

O contrato celebrou-se em Santa Apolónia (16.I.1732), e o casamento em S. Dinis de Odivelas²⁵, ficando *ele Dom Rodrigo (...) com os bens que entrar para o casal (...)*²⁶. Em 1733 baptizaram em Santa Apolónia a primeira filha, Maria Caetana²⁷, seguindo-se D. Francisco Xavier da Costa de Noronha (1735)²⁸ e D. Ana Rita (1736)²⁹. Aqui viveram até princípios da década de quarenta, optando depois

pela Quinta de Pancas, arrendando o palácio por vários anos.

O padre Luís Cardoso relata as informações do prior Luís da Costa de Barbuda (22.7.1759), dizendo que *o palácio do Senhor de Pancas em que habita D. João Luís de Meneses, Senhor da Ponte da Barca (...), tem a porta ao poente com um dilatado e espaçoso pátio e ao mesmo poente uns poucos de arcos que formam a entrada*



Vista actual da arcaria de entrada primitiva do palácio.

às casas. Tem a galeria para a banda do sul, no caminho que vai para Santos, defronte do de Luís Diogo da Silva. Tem seu jardim espaçoso e não padeceu ruína pelo terremoto³⁰. Este D. João Luís de Meneses, senhor da Ponte da Barca, era irmão de D. Ana Maria de Meneses, senhora de Pancas. Viúva desde 1728, continuou a viver em Santa Apolónia com o irmão solteiro, vindo a morrer em 1756³¹. Em 1763 o palácio estava arrendado a ingleses e, em 1764, encontrava-se desocupado. Carecendo de obras, D. Rodrigo arrendou (10.2.1764) a António Soares de Mendonça Brandão o palácio de casas nobres no sítio de Santa Apolónia com seu jardim e outras pertenças; e porque careciam de alguns consertos (...) se haviam contratado com ele António Soares de Mendonça Brandão para lhe arrendarem (...) por todo aquele tempo que bem bastar (...) para pela mesma renda ser embolsado do que despende na reedificação (...). Devia consertá-las de forma a se conservarem com a sua formalidade tanto do ofício de pedreiro como de carpinteiro, pintor e vidraceiro, e de tudo o mais que precisarem (...) de sorte que para o São João estejam prontas (...) ³². António Soares de Mendonça Brandão, homem de negócios, era vizinho de Santa Apolónia. Viveu com o avô, António Soares de Mendonça, no Pátio dos Barbadinhos velhos, hoje Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão³³,

e teve alugada também a quinta dos Pereira Forjaz, junto ao arco da Cruz da Pedra. Herdou grande volume de negócios e empréstimos às casas aristocráticas em dificuldades, com nomes bem sonantes na lista de clientes: o marquês de Távora e os condes de Alvor, de S. Tiago e da Ponte, os marqueses de Alegrete, de Fronteira e do Lourical, o almirante de Portugal, D. António José de Castro, ou D. Miguel Pereira Forjaz. Entre 1766 e 1767, António Soares morou no palácio reabilitado de Santa Apolónia, com 13 criados³⁴.

Entre 1768-83 aqui residiram os marqueses de Penalva³⁵, mudando-se depois para o de Vasco Lourenço Veloso. Pagavam 400 000 réis de renda anual, servidos por uma média de 30 criados. No oratório houve baptizados em 1772, 75, 78, 79 e 81³⁶. Entre eles, o do 5.º marquês de Alegrete, e casamentos — D. Margarida com o conde de Redondo, e D. Ana, com o de Avintes³⁷. Aqui morreu (1774) a marquesa de Penalva³⁸.

Os senhores de Pancas, habitavam as casas pequenas ou ficavam por Pancas. Os problemas agravavam-se, nomeando a Coroa um administrador para a Casa de Pancas, pois como referia o corregedor dos órfãos, estava *D. Rita Josefa da Costa Martins Freire em uma absoluta demência, (...) e conheci o deplorável estado (da Casa) na administração do padre Manuel Rodrigues dos Santos,*



A galeria de entrada primitiva da casa ao tempo em que esta era residência da família Wemans (foto gentilmente cedida pelos descendentes desta família).

*que se tem arrogado um despotismo das rendas (...), aplicando-as sem sujeição judicial, sustentando (...) a numerosa família no vale de Santo António. Mais diz: não ignoro Senhora, que (...) logo devia nomear um curador (...) para fazer inventário, (...). Mas, olhando (...) que a desordem (...) não pode deixar de ter chegado aos ouvidos de V. M. (...) me considero na obrigação de propor esta matéria (...) para que se digne determinar-me o que sobre ela hei de obrar*³⁹. Em 1784, o desembargador administrador da Casa de Pancas concedeu a D. Francisco Xavier

*licença (...) para hipotecar os rendimentos dos bens do morgado da dita Casa (...), para com eles se fazerem os impreteríveis gastos do futuro matrimónio. Dois anos depois, D. Francisco pedia de novo à rainha para obrigar os rendimentos dos bens vinculados, para a sustentação de sua futura esposa, D. Inês Antónia de Mendonça. Aí refere que a mãe vive em deplorável consternação, e que, por não poder governar a sua Casa, se acha a mesma em administração (...)*⁴⁰. Os problemas, no entanto, multiplicavam-se. Em 1787 queixava-se D. Francisco Xavier



Vista do palácio na actualidade tirada dos antigos jardins.



As *casas pequenas* dos senhores de Pancas, como são referidas na documentação, situavam-se junto à antiga entrada da quinta, esquinando para a Calçada dos Barbadinhos. Esta propriedade, hoje autonomizada após a venda do palácio à CML, foi muito aumentada nas suas dependências por iniciativa da família Pereira Palha, ao longo do século XIX, continuando na posse dos seus descendentes, hoje família Pereira Palha Van Zeller.

que o juiz não podia *aplicar-se aos negócios (...)* com o cuidado de que *necessita o estado da (...)* Casa de Pancas, pretendendo um juiz a tempo inteiro. D. Rita morre em 1789⁴¹ no palácio, devoluto após a saída dos marqueses de Penalva. D. Francisco, aqui viveu e, já viúvo, casou (1799) com D. Maria Balbina de Sousa Coutinho, em Arroios, em casa do irmão dela, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares. A escritura definia, para o caso de separação ou viuvez, o pagamento por parte da Casa de Pancas da *décima parte do seu rendimento a título de alimentos, ou apanágio*⁴², para perfazer 1 200 000 réis. Em 1798, D. Francisco, noivo serôdio de 60 anos, fez obras no palácio. Importaram em 1 931 717 réis⁴³ e duraram até Julho de 1799, adquirindo e restaurando mobília. Apesar das dificuldades, vivia às leis de nobreza, com uma média de 25 criados, e na Quinta de Pancas possuía perto de 1000 cabeças de gado. Morreu em 1802, no seu palácio⁴⁴, sem descendentes nem testamento, ficando cabeça de casal a mulher, D. Maria Balbina. Levantou-se então um inventário dos bens, sendo habilitados, como herdeiros, vários Noronha da Casa dos Arcos, seus parentes paternos. Quanto à titularidade da casa não foi questão pacífica. Em 5 de Abril de 1802, D. Maria Balbina recebeu a administração vitalícia da *fazenda de Pancas, constando estarem vagas, (...)*⁴⁵.

Contudo, a sucessão do morgado de Pancas competia a D. Maria Leonor Manuel de Vilhena⁴⁶, bisneta de D. Inês Maria de Melo⁴⁷, irmã de Cristóvão da Costa Freire, e casada com José Sebastião de Saldanha Oliveira e Daun, depois conde de Alpedrinha, autor de uma memória histórica sobre esta causa⁴⁸. A demanda com D. Maria Balbina obrigou à tombação dos bens visto que muitos deles se acham usurpados (...) ⁴⁹.

O processo de inventariação prolongou-se. O palácio de Santa Apolónia foi arrendado, já que se tratava de um grande prédio com móveis e que poderá ser útil (...) o arrendar-se em tempo (...) para a venda dos móveis em hasta pública⁵⁰. Na *Gazeta de Lisboa* foram publicados alguns anúncios, referidos por Castilho⁵¹. Em 1802 deu-se o início do leilão das carruagens e bestas da Casa de Pancas, no Pátio de Santa Apolónia. Em 1812, arrendou-se, entre outros bens, a horta de Santa Apolónia. Em 1815, por fim, anunciava-se a venda do palácio defronte de Santa Apolónia, servindo de entrada uma grande alameda com árvores e no interior uma quinta donde vem água a todas as oficinas. Mas sem êxito, pois só se concretizaria em 1818.

Do inventário consta a seguinte descrição da propriedade: um grande pátio de entrada, e dele, ao lado do nascente, uma alpendrada com cinco arcos de pedraria, a qual é ao nível do mesmo

pátio (e) dá entrada ao referido palácio, e (...) é dividido em vinte sete casas, nas quais entram uma grande sala de entrada, duas ditas de visitas, e cozinha com seu forno, à qual vem água do poço, e as mais servem de acomodações, e por baixo da parte das ditas à face da estrada que vai para a Cruz da Pedra, tem um pavimento de casas baixas dividido em dezasseis casas com escada interior que dá serventia para as casas de cima, e serventia para a mesma estrada, e por cima do quarto nobre à parte do nascente tem uma água-furtada dividida em sete casas, e por baixo do mesmo quarto nobre à mesma parte do nascente, tem mais sete casas, aonde tem um grande saguão para luzes das mesmas, e em uma das ditas tem onze talhas para depósito de azeite todas sentadas em pedra e cal; e da cozinha para norte tem um pátio, e nele dois quartos para criados (...); e ao lado do norte do palácio tem seu jardim com seu lago esguicho, e sua bacia tudo de pedraria, e do mesmo jardim para a parte do norte há um tabuleiro de horta ajardinada com seus alegetes em roda, e todo em roda de parreiras sobre pilares de pedra, e seu poço com engenho real, e à parte do norte do mesmo, duas casas baixas para acomodação do caseiro, e por cima das ditas uma de sobrado, e na mesma horta seu tanque, e místico a ela para norte há outro tabuleiro com suas árvores novas de espinho, e uma rua com parrei-



Pedra de armas da família Pereira Palha no cunhal de esquina das casas pequenas (século XX).

ras novas madeiradas com seu caramanchão, e no fundo dela à parte do poente uma casa rústica de cedros coberta com grande caramanchão, e todo o comprimento da dita com seus alegetes, e à parte do sul da mesma rua tem uma conserva d'água, que vem do poço, que d'ela vai água para o jardim, cozinha, e cavalaria; tendo escadas de pedraria, que dão servidão de uns para os outros, e para o jardim; místico à entrada do palácio para a parte do norte há um largo, que corre de sul para norte, e n'ele à parte do poente há uma casa que serve de cocheira, e por cima da dita tem três casas de sobrado às quais dá servidão uma escada de pedra que sai a uma varanda, e místico

às ditas três casas de sobrado para norte há um pavimento de casas baixas sobre chão fixo dividido em seis casas, as quais têm servidão para a mesma varanda, e d'esta para a banda do norte há outra, que dá serventia a três casas, sendo duas das ditas com divisão de tabuado; e no lado do norte do referido largo tem duas casas, que servem de cocheiras, e em uma d'elas seu almário para arreios; e no lado do nascente do mesmo uma casa que serve de palheiro, e místico a ela para sul há um corredor que dá serventia para o pátio da cozinha, e para o jardim; e deste para sul uma casa em pardieiro, que servia de palheiro; e desta para o mesmo lado do sul uma casa grande, que serve de cavalaria com quatro

Assinatura de Cristóvão da Costa Freire, senhor de Pancas. Registos Notariais — finais do século XVII.

arcos de alvenaria sobre cinco pegões da mesma para segurança do madeiramento, e nela à parte do sul uma casa para criados, e d'ela para o mesmo lado do sul à facia do largo um quarto baixo dividido em quatro casas, que confinam com o palácio.

O que todo o referido nos foi declarado ser um prazo enfiteozim perpétuo

foreiro às ilustríssimas e excelentíssimas Comendadeiras de Santos, a quem pago de foro anualmente dois mil-réis com laudémio de quarentena no caso das vendas; confronta o referido prazo do sul com a estrada real, que vai do dito sítio para a Cruz da Pedra, do nascente com a travesa do recolhimento de Lázaro Leitão, e casas do mesmo recolhimento, e um prazo pequeno do mesmo casal, norte com o muro da cerca dos padres Barbadinhos italianos, poente com o prazo deste mesmo casal, e entrada deste mesmo prazo.

Declaramos que este referido prazo é inteiramente sobre si, e todo murado em roda, como também o seu pátio de entrada tem à parte do sul aonde é a estrada real principiando da parede do gabinete do dito palácio de nascente, para poente cento e noventa e sete palmos, e do lado do norte pegando da parede do mesmo palácio, também nascente para poente, até à parede donde leva o portal da sua entrada tem cento e oitenta e sete palmos, adonde tem de largo da parede da horta do outro prazo do mesmo casal, até à face da estrada cento e dezasseis palmos, e meio. Depois de inventariado, o palácio foi avaliado em onze contos e duzentos mil-réis.

Relativamente às casas nobres místicas ao palácio, e respectiva horta, pertencentes ao mesmo casal, situavam-se ao lado do norte da rua direita de Santa Apolónia, e torneja pelo lado do

nascente com a rua dos Barbadinhos italianos, e consta o seu prédio urbano de uma casa nobre que se compõe de um pavimento de lojas dividido em

Assinatura de Simão da Costa Freire, senhor de Pancas. Registos Notariais — século XVIII.

cinco casas, nas quais entra cocheira, cavalaria, e acomodações de criados, e a face da calçada dos Barbadinhos tem serventia para uma sobreloja dividida em duas casas, e por cima de todo o referido, e parte em chão, firme há um pavimento de sobrado dividido em dez casas, e mais o seu oratório, e por cima da parte da área das ditas há um segundo pavimento dividido em cinco casas, e da cozinha, que é no primeiro pavimento, para a parte do nascente, tem um pátio, e nele dois telheiros, e em um d'eles tem seu forno, e no mesmo pátio uma conserva de água, que vem do poço da horta, que se reparte para a cozinha, e cavalaria, etc. E o prédio rústico consta de chão de horta em três tabuleiros com socalcos, e com suas parreiras em roda no primeiro tabuleiro (...), parte d'elas sobre pilares de pedra, poço de nora, tanque, (...) uma cavalaria grande para dez bestas, e por cima d'ela uma casa, que serve de palheiro, cuja horta é toda murada em roda, e à face da rua dos

Barbadinhos tem umas casas baixas divididas em três casas, (e) uma casa subterrânea (...).

*Declaramos que defronte da casa nobre (...) à face da estrada que vai para a Cruz da Pedra tem mais duas casas térreas (...) (e um) terreno até onde há o portão, que dá entrada ao pátio do palácio (...). Quanto à casa térrea, pegada com o palácio, a qual é no lado do poente da travessa (do) recolhimento de Lázaro Leitão (...), cuja casa é um prazo (...) perpétuo, foreiro às (...) Comendadeiras de Santos, a quem paga (...) de foro dois mil-réis (...)*⁵².

D. Maria Balbina ficou uns meses no palácio. Nesse ano esteve arrendado a Manuel da Silveira de Brito, rendeiro da Quinta de Pancas. Nos dois anos seguintes hospedou a condessa de S. Vicente. Seguiu-se-lhe, até 1814, o desembargador José António de Oliveira Leite de Barros e, em 1816 e 1817, esteve devoluto e à venda. Neste último ano, descreve o padre

Assinatura de D. Francisco da Costa de Noronha, senhor de Pancas. Registos Notariais — 2.ª metade do século XVIII.

Manuel Bernardes Branco a ementa de um grande jantar que se deu aos pobres no pátio do senhor de Pancas.

*Destinou-se a 30 mulheres e 30 homens pobres. Constou de sopa, arroz, vaca cozida, toucinho, chouriço, ervagem, carneiro guisado, nabos e pão; e para sobremesa, maçãs, queijo e figos. Cada um comia quanto queria, pois ninguém lhe marcava ração. E acabado o jantar, fizeram uma saúde a el-rei D. João VI, cujo retrato estava presente e cada um também recebeu um tostão de esmola*⁵³. Em 1818 a propriedade foi vendida a José Pereira Palha de Faria Guião, que arrendou o palácio a João Perestrelo, morgado do Espanhol⁵⁴. Aqui viveu até 1841, ano de sua morte. As casas pequenas da entrada, estavam habitadas desde 1810 por D. Maria Leonor Cabral de Barros e Bulhões, que aqui permaneceu até 1820. Anteriormente, desde 1801, lá morara o desembargador encarregue do inventário da Casa de Pancas, José de Oliveira de Barros. A família Palha nelas se instalou depois de obras, em 1822.

José Pereira Palha, filho de D. Ana de Faria Guião e de Estêvão Pereira Palha, foi desembargador e casou com D. Maria do Carmo de Faria Lacerda. No oratório de suas casas baptizou vários filhos. Na década de quarenta morava no palácio, juntamente com seu filho, Estêvão José Pereira Palha, casado com D. Maria do Patrocínio Ozório Cabral, pais de Fernando Pereira Palha, erudito bibliófilo que aqui reuniu uma das mais importantes bibliotecas privadas portuguesas. Por

essa altura, o palácio recebeu obras de vulto, abrindo-se nova entrada na Travessa do Recolhimento, dando acesso ao andar nobre por uma magnífica

Assinaturas de D. Rita da Costa Freire, senhora de Pancas e de D. Rodrigo de Noronha. Registos Notariais — meados do século XVIII.

escadaria. Fernando Palha não deixou geração. Sua irmã, D. Maria do Carmo Pereira Palha foi casada com Francisco Van Zeller, e residiram nas casas pequenas da propriedade, habitadas ainda hoje pelos seus descendentes. Já no século XX esteve o palácio arrendado à família Wemans, de origem belga, que o habitou, autonomizando-o em duas partes distintas. Júlio Wemans foi director da Companhia dos Tabacos. Finalmente, na década de sessenta, o palácio foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa que, mais recentemente, o restaurou sob a direcção do arquitecto Frederico George. (JFP)



Patamar superior da escadaria interior introduzida no século XIX no Palácio dos Senhores de Pancas, no âmbito das grandes obras de iniciativa da família Pereira Palha.

II — COMENTÁRIO

Conformada com o traçado em curva do velho caminho oriental, a quinta dos senhores de Pancas foi sofrendo um lento processo que a integrou no avanço progressivo do tecido urbano. Desconhecendo-se a sua forma primitiva, o aspecto genérico actual datará das grandes obras que ali realizou a partir de 1680 Cristóvão da Costa Freire, herdeiro da propriedade de que

seu pai fora o primeiro morador conhecido. A entrada era então pelo portão virado a sul, a partir do qual se dava acesso a um enorme pátio informe — depois ajardinado —, tendo ao fundo uma arcaria ainda existente de acesso à casa, numa organização que apontava para o carácter de quinta, que várias dependências espalhadas e a horta com seu poço não deixavam de reforçar. Da parte de fora do portão ficavam as chamadas casas pequenas, mais tarde

muito aumentadas pela família Palha/Van Zeller, constituindo hoje uma propriedade autónoma ainda na posse dos seus descendentes.

Deve-se a esta última família, proprietária de todo o conjunto desde 1818, a alteração final da lógica rural, introduzindo, na fachada que curva para a Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão, um grande portal, com entrada para um átrio nobre de onde nasce uma bem lançada escadaria. A lógica pala-

ciana urbana era assim inserida de forma hábil num conjunto sem pretensões, alterando por completo a percepção espacial do conjunto. Basta ainda hoje um olhar sobre a fachada interior para se compreender com alguma nitidez as diversas fases construtivas por que foi passando este edifício, ideia que a unidade do prospecto sobre a rua parece curiosamente tentar contrariar.

Ao longo da investigação sobre os senhores de Pancas foi levantada toda uma imensa documentação, que ilumina de forma muito nítida os problemas financeiros que viveu a partir de inícios do século XVIII, como aliás a maioria das casas da nobreza cortesã. Mas o mais importante consiste na possibilidade de referenciar as suas inúmeras propriedades, sobretudo na

zona sul do país, em especial a enorme herdade de Pancas, seu senhorio desde o século XVI, cuja variada administração é bem fácil de seguir. Aliás, a ligação directa entre esta casa de Santa Apolónia e Pancas, na Outra Banda, em Alcochete, era garantida por um barco particular que nos documentos familiares aparece referido como *Pancão*. (JSM)

¹ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 2, L.º 331, fl. 121.

² IAN/TT, RP — S. José, Casamentos, fl. 2v. Este assento, feito em 29 de Janeiro de 1656, não indica a morada de Simão da Costa Freire.

³ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 16, L.º 2.

⁴ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 25, L.º 2.

⁵ IAN/TT, HSO, Mç. 5, dil. 86.

⁶ Francisco C. de Lacerda, do Conselho do rei — Comissário-Geral da Bula da Cruzada e Mestre do Príncipe D. Pedro, casado com D. Mariana Cabral — era morador na Rua do Outeiro.

⁷ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 20, L.º 421, fls. 112-113.

⁸ IAN/TT, RGT, L.º 100, fls. 29-31.

⁹ IAN/TT, Chancelaria de D. Pedro II, L.º 28, fl. 79v.

¹⁰ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 17, L.º 3. Refere os baptismos de Simão da C. Freire em Santo António do Tojal e de D. Ana de Meneses em Coimbra.

¹¹ IAN/TT, Chancelaria de D. Pedro II, L.º 30, fl. 246.

¹² IAN/TT, Chancelaria de D. Pedro II, L.º 56, fls. 204v-205.

¹³ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 26, L.º 3, fl. 142v. Cristóvão morreu em 7 de Janeiro de 1724, indo a sepultar a Santa Marinha.

¹⁴ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 41, L.º 526, fls. 88v-89.

¹⁵ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 41, L.º 527, fls. 5v-6v.

¹⁶ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 52, L.º 582, fls. 68v-70v.

¹⁷ IAN/TT, RGT, L.º 189, fls. 101-103.

¹⁸ *Gazeta de Lisboa* de 24.6.1728.

¹⁹ «Senhor da Casa de Pancas, e dos lugares de Orca, e Atalaya na Beira, e dos morgados de Santa Catarina de Alpedrinha, governador, e capitão general que foi da ilha da Madeira, havendo servido com boa aceitação com o posto de capitão de cavalos, na ultima guerra, e que foi mal ferido em 7 de Mayo de 1709». Sousa, A. Caetano de, *História Genealógica* (...), T. V, p. 138,

²⁰ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 67, fl. 41.

²¹ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 26, L.º 3, fls. 204. Morreu em 23.6.1729, indo a sepultar a Santa Marinha.

²² IAN/TT, RGT, L.º 193, fl. 107-109.

²³ *Gazeta de Lisboa* de 1.9.1729.

²⁴ Sousa, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, T. V, p. 138. D. Rodrigo foi baptizado na freguesia de S. Salvador.

²⁵ IAN/TT, RP — Odivelas, Casamentos, Cx. 8, L.º 2, fl. 46. Foram testemunhas D. Afonso de Noronha e Miguel Carlos de Távora, conde de S. Vicente.

²⁶ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 49, L.º 567, fls. 22-23.

²⁷ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Baptismos, Cx. 4, L.º 6, fl. 264v. D. Maria Caetana nasceu em 8.9.1733.

²⁸ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Baptismos, Cx. 5, L.º 7, fls. 10v-11. D. Francisco foi baptizado em 28.6.1735, sendo seu padrinho o infante D. Francisco.

²⁹ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Baptismos, Cx. 5, L.º 7, fls. 62v-63. D. Ana foi baptizada em 7.8.1736, sendo seu padrinho o conde dos Arcos.

³⁰ Cardoso, P.e Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico*, T. XX, pp. 771-772.

³¹ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 27, L.º 5, fl. 168v. Morreu em 16.5.1756, morando no palácio de Santa Apolónia. Fez testamento — que se perdeu — nomeando o irmão, D. João de Meneses, seu testamenteiro.

³² IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 81, L.º 733, fls. 59-61.

³³ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 59, L.º 618, fl. 45. Numa escritura (1743) seu avô, António S. de Mendonça, e seu pai, Duarte Rebelo de Mendonça, arrendaram «o quarto baixo místico das casas grandes que possuem a Santa Apolónia em que ao presente vivem (...) consta de umas casas com suas pertenças (...) que actualmente as estão ocupando por arrendamento que lhe fez (...) D. Ana de Moscoso».

³⁴ AHTC, DC, Freguesia de Santa Engrácia, Livros de Arruamentos, Mç. 422.

³⁵ O 6.º conde de Vilar Maior, Manuel Teles da Silva, era casado com D. Eugénia de Meneses da Silva, 2ª marquesa de Penalva e 6.ª condessa de Tarouca.

³⁶ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Bapt., Cx. 8, L.º 11 — Manuel (3.3.1772); Luís (7.5.1775); Mariana (19.1.1778); Eugénia (2.6.1779); e Cx. 9, L.º 12, José (1781).

³⁷ IAN/TT, RP — Sta Engrácia, Casam., Cx. 20, L.º 8 e 9. D. Margarida (12.11.1775) e D. Ana Teles da Silva, bapt. na freguesia da Ajuda (16.7.1783).

³⁸ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 27, L.º 6.

³⁹ IAN/TT, DP — Estremadura, Mç. 692, n.º 49.

⁴⁰ IAN/TT, DP — Estremadura, Mç. 1379, n.º 17.

⁴¹ IAN/TT, RP — Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 27, L.º 6, fl. 285. D. Rita foi a sepultar a Santa Marinha.

⁴² IAN/TT, Casa da Suplicação, Juízos Diversos, Inventário de Orfanologia, Cx. 1255, Mç. 133, Ap. 13.

⁴³ IAN/TT, Casa da Suplicação, Juízos Diversos, Inventário de Orfanologia, Cx. 1255, Mç. 133, Ap. 19, fl. 6.

⁴⁴ IAN/TT, Registos paroquiais — Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 28, L.º 7, fl. 165v. D. Francisco morreu no dia 6 de Fevereiro de 1802, indo a sepultar dois dias depois a Santa Marinha.

⁴⁵ IAN/TT, Chancelaria de D. João VI, L.º 7, fl. 351v.

⁴⁶ D. Maria Leonor, neta materna do 1.º marquês de Pombal, sucedeu na Casa do pai, D. Cristóvão de Vilhena, morgado da Tapada da Cubeira. Com a morte do Sr. de Pancas tornou-se Senhora do «morgado de Pancas, denominado de Santa Catarina nas vilas de Alpedrinha, Castelo-Novo, Atalaia, e nos lugares de Povos, Orca, Val da Torre, Catrão, Povoas Palhaça, do termo de Penamacor, e outras terras pertencentes ao dito morgado sitas no lugar de Freineida termo da praça de Almeida, assim como mais no termo da vila do Fundão na Fatela, e aldeia Nova-das-Donas, na vila do Alcaide». (IAN/TT, DP — Estremadura, Mç. 807, n.º 153).

⁴⁷ D. Inês casou com D. Pedro Álvaro da Cunha, Senhor do morgado da Tábua. Sua filha, D. Lourença, casou com seu primo 2.º, D. Sancho de Vilhena, de quem teve D. Cristóvão Manuel de Vilhena.

⁴⁸ 1.º conde de Alpedrinha (30.8.1854), filho do 1.º conde de Rio Maior, escreveu a *Memória Histórica* sobre a origem, progresso e consequências da famosa causa de denúncia da coutada e morgado de Pancas, etc., Londres, 1811.

⁴⁹ IAN/TT, DP — Estremadura, Mç. 807, n.º 153.

⁵⁰ IAN/TT, Casa da Suplicação, Juízos Diversos, Inventários de Orfanologia, Cx. 1255, Mç. 133, fl. 153v.

⁵¹ Castilho, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, CML, 1948, Vol. I, pp. 137-140.

⁵² Inventários de Orfanologia, Casa da Suplicação, Juízos Diversos, Cx. 1255, Mç. 133, ap. 5, fls. 3-7. Descrição publicada em parte, In "Palácio Pancas Palha", Lisboa, CML, 1998.

⁵³ Branco, Manuel Bernardes, *História das Ordens Monásticas em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso e Irmão, 1888, Vol. III, p. 62.

⁵⁴ A Quinta do Espanhol era uma das maiores propriedades da comarca de Torres Vedras, criada em 1402 por Filipe Perestrelo, conhecido pelo Espanhol.

101



Pormenor do patamar superior da escadaria do Palácio do Braço de Prata (finais do século XVII).

II CASAS NOBRES DO «BRAÇO DE PRATA»

I — RESENHA HISTÓRICA

A HISTÓRIA desta propriedade inicia-se com Francisco de Sousa de Meneses, 1.º copeiro-mor da Casa Real, na sua família, por mercê do cardeal D. Henrique, em 1579. No ano de 1594 recebeu uma quinta situada *no termo desta cidade de Lisboa, freguesia de Nossa Senhora dos Olivais (...) a qual ficou de Rotoi Older inglês que faleceu nesta dita cidade cuja fazenda se julgou ao fisco real (...)¹*. Casou duas vezes: da primeira mulher teve Jorge de Sousa de Meneses, 2.º copeiro-mor; e da segunda, D. Antónia de Noronha, teve a António de Sousa de Meneses, D. Mariana, D. Margarida e D. Luísa de Noronha.

António de Sousa de Meneses, por alcunha o *Braço de Prata*, esteve presente quando os holandeses ganharam a cidade da Baía no ano de 1624, embarcando-se no de 1636 em uma armada que saía contra uma esquadra de navios inimigos cuja almiranta ficou rendida; indo também a Pernambuco (...) com socorro (...); e ultimamente se achar no sítio que o Conde de Nassau pôs à cidade do Salvador da Baía de Todos-os-Santos no ano 1638². Em 1641, D. João IV proveu-o no cargo de capitão de uma companhia a levantar na cidade de Braga e vilas de Guimarães e Barcelos³. Foi capitão-mor de Estremoz (1642), Olivença



(1645), e governador de Campo Maior (1658). Em 1655 recebeu a capitania-mor das naus da Armada, que nesse ano foram à Índia com o vice-rei, conde de Sarzedas⁴. Teve direito a uma viagem à China, a qual fará em nau (...) à sua custa (...), e querendo (...) ir ou mandar do porto de Macau algum junco ou navio outro com fazenda sua no Japão (...)⁵. Em 1674 foi nomeado capitão da fortaleza da Baía⁶ e governador e capitão-general do Brasil, oito anos mais tarde. Celebrizou-se pelo braço de prata com que substituíra o que lhe levava uma bala em Pernambuco. A alcunha depressa se estendeu às propriedades: quer às quintas dos Olivais e de Samora Correia, quer às casas de Santa Apolónia. Nasceu na Quinta do Bolião, no Sobral de Alverca, e foi criado em Santa Apolónia — com minha mãe, e irmãs⁷.

Igualmente aqui viveu nos anos de 1663⁸, 1670⁹ e 1674¹⁰. Erradamente se tem escrito que foi morto no Brasil às mãos de rebeldes indígenas, antes de 1687. Na realidade, fez testamento (20.5.1688)¹¹, na sua Quinta do Botol — depois do Braço de Prata — aos Olivais, aprovado junto à igreja de S. Jorge nos aposentos de D. Maria Coutinho — viúva do sobrinho Martim, 3.º copeiro-mor — estando (...) doente em cama.

No testamento instituiu jazigo no mosteiro dos Capuchos do Sobral de Alverca, fundado por seu pai. Não tendo herdeiros forçados (...), assim nomeio (...) herdeiro (...) a meu sobrinho Aires de Sousa de Castro os quais bens deixo vinculados em (...) morgado. Obrigou a uma missa quotidiana na ermida da quinta do Botol (...) e cada um dos possuidores (...) a anexar a este morgado a metade da sua terça (...). Declaro que a quinta do Botol, e a que está junto a ela, é foreira enfatiota, e serão a cabeça deste morgado. Quanto à propriedade de Santa Apolónia (...) e na forma da sentença ficarão as ditas casas no morgado, por me haver criado (nela) com minha mãe, e irmãs. Sucedeu-lhe Aires de Sousa de Castro, governador de Pernambuco, filho de D. Mariana de Noronha, irmã mais velha do instituidor. Participou nas batalhas do Ameixial e Montes Claros e na tomada de Valença. Morava, em



Em cima: vista de conjunto da fachada do Palácio do Braço de Prata, com o portal nobre de acesso.
Em baixo: o conjunto do palácio visto do rio, formando um L em torno de um jardim desaparecido devido às alterações decorrentes do caminho-de-ferro.

1655, numa quinta *por cima do Poço do Bispo na estrada de Sacavém*¹² e, de 1669 — em que *recebia mesadas de 40 000 réis cada*¹³ — até 1672, com o tio, em Santa Apolónia. Depois de 1684, chegado do Brasil e com *dinheiro para empregar em bens rendosos*¹⁴, casou mas não teve descendência. Faleceu em 1699, passando o morgado para a descendência de D. Margarida, a segunda irmã do instituidor, casada com Manuel Lobo da Silva que, em 1693, já morava a Santa Apolónia. O filho destes, Luís Lobo da Silva, casou em 1662¹⁵ e foi governador de Angola (1684). Em 1702 o morgadio pertencia ao filho, Manuel Lobo da Silva, morador na Quinta do Botol, *junto a S. Bento dos Lóios, aos Olivais*¹⁶. Casou (1714) com D. Maria de Távora e morreu em Beja, em 1740. Nas décadas de vinte e trinta alugou a propriedade a D. João Manuel da Costa, filho de D. Rodrigo da Costa, vice-rei da Índia. No oratório baptizou uma filha (8.1.1725), sendo padrinhos os infantes D. António e D. Maria. No ano seguinte — lê-se no *Aquilégio Medicinal* — *nas casas que foram de Luís Lobo da Silva, junto ao convento de Santa Apolónia, em que vive D. João Manuel da Costa, há um poço de água clara, delgada e de bom gosto, com virtude para queixas de calor, como são intemperanças quentes de entranhas, sarnas, proídos, impinges, brestelas e outros achaques cutâneos a que vulgarmente chamam achaques do fígado*¹⁷.

D. Francisca, irmã de D. João, ali casou (7.1.1731), e no mesmo *oratório privado*, recebeu os santos óleos, Leonor, filha de D. João, sendo padrinhos os infantes D. Manuel e D. Francisca (8.5.1736). D. João faleceu em Santa Apolónia (23.3.1737), indo a sepultar em S. Tomé.

Em 1745, Luís Diogo Lobo da Silva, que *em razão de haver sucedido a seu pai Manuel (...) no morgado instituído por António de Sousa de Meneses*, trocou a sua fazenda chamada «o Braço de Prata», em Samora Correia, por 2 600 000 réis, empregues em bens livres, obrigando *uma nova propriedade de casas em que reside sitas a Santa Apolónia que são livres e desembargadas*¹⁸. Em 1749, necessitando de 4000 cruzados *para cousas urgentes da sua Casa*, fez um empréstimo a António Teixeira Alves, hipotecando especialmente a sua quinta do «Braço de Prata», *a qual está julgada por livre, e mandada sub-rogar em seu lugar as casas nobres de que são (...) possuidores (...) em que ele (...) vive, adiante de Santa Apolónia*¹⁹. Luís Diogo casou (13.12.1745) com D. Antónia de Noronha, com o dote de 42 mil cruzados e, em 1754, sendo capitão no vizinho Regimento do Cais, arrendou a comenda de Santa Maria da Torre de Moncorvo por 720 000 réis anuais a António Soares de Mendonça²⁰. Em Dezembro de 1755, por ter *que pagar (...) aos Padres Lóios (...) de Xabregas*, reforçou o contrato (19.9.1748)

que obrigara (...) *por especial hipoteca o seu palácio em que vive a Santa Apolónia e seus rendimentos*²¹. O terramoto não afectou o edifício, segundo o padre Luís Cardoso, *o palácio de Luís Diogo Lobo da Silva, (...) situado no caminho que vai de Santa Apolónia para Santos, de quatro faces, a do poente aonde fica a porta principal, a do sul sobre o mar, para a qual cai com uma porta e embarcadouro, a do nascente para um jardim e horta a do norte sobre a estrada que vai para Santos, não padeceu no terremoto ruína considerável; está consertado e habitado*²². Na década de sessenta, depois de habitado por uns ingleses, o palácio foi arrendado ao desembargador André Carvalho da Silva. Regressado do Brasil, Luís Diogo ali fixou residência (1772), vindo a falecer *no seu palácio junto ao forte de Santa Apolónia... o exmo. Luís Diogo Lobo da Silva* (12.9.1785). Sucedeu-lhe José Maria Lobo da Silva, que manteve habitação no palácio, onde morreu (1792) — nas suas *casas próprias de residência — sem herdeiros forçados a quem deva deixar minha herança, por esta razão deixo por meu único e universal herdeiro a meu irmão João Gabriel Lobo da Silva*²³, tenente-coronel que, morrendo solteiro (6.1.1806), foi o último desta linha, deixando em testamento o palácio de Santa Apolónia²⁴ ao marquês de Belas, José de Vasconcelos e Sousa, que se manteve na posse do palácio, onde

nunca viveu, até à década de trinta. Após a morte de João Gabriel aqui residiram o desembargador Manuel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho; o bispo de Elvas; um monsenhor Lacerda; os marqueses

Assinatura de Luís Diogo Lobo da Silva. Registos Notariais — 2.ª metade do século XVIII.

de Vagos (1816 e 1819); Pedro José Caupers, guarda-roupa da rainha D. Maria I (1820); e Luís da Mota Feio, governador de Angola (1822-23).

No segundo semestre de 1823 estava arrendado pelo marquês de Chaves, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, chefe absolutista que, em 6 de Junho, se casou no oratório dos marqueses de Alegrete com D. Francisca Xavier Teles da Silva. Da boda, no Palácio do Braço de Prata, diz-nos Francisco José de Almeida, que era digna de admiração *a toilette estapafúrdia da noiva, composta das cores do tope realista — azul e encarnado —, o que lhe dava uma aparência um pouco infernal. E quem se lembraria nesse dia de núpcias e de grandeza (...) a Santa Apolónia, que depois se encontraria a pequenina noiva nas ruas da baixa em toilette*



Janela no vestíbulo do Palácio do Braço de Prata.

burguesa, toda apressada a tratar das suas demandas! Que mundo este de enganos e de desenganos! Ver-se assim uma nobre dama, que por um triz não foi rainha!²⁵ Os marqueses de Chaves habitaram o palácio, com 10 criados, até 1825, ano em que a família sofreu duas perdas: a 15 de Maio, o conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, pai do marquês e, em Agosto, um filho — *um menino recém-nascido, baptizado pelo parteiro, e por isso sem nome.*

Depois de devoluto no ano de 1826 e no primeiro semestre de 1827, foi habitado pelo conselheiro do Senado, António Tomás da Silva Leitão, até 1830. Regressou depois o marquês de Vagos, aqui permanecendo por alguns anos. Júlio de Castilho, invocando informações de moradores (1840) descreve-nos o conjunto: *Por baixo da face meridional da casa, corria imediatamente o Tejo, para o qual se descia por uma escadinha de pedra encostada à parede. Daí se tomavam banhos com a maior comodidade, fazendo da própria casa barraca de despir. Ao nascente verdejava um lindo jardim, não muito*

vasto, mas muito sombrio e folhudo, tendo além de outras árvores, um cedro enorme que mostrava alguma antiguidade. Pois em tempo bravo de Inverno (quem o crerá hoje?) entrava o Tejo, há trinta e tantos ou quarenta anos, pelo muro do jardim, e alagava tudo.

Em 1839 estava na posse da propriedade D. João de Castelo Branco, herdeiro dos marqueses de Belas. No entanto, esta posse sempre fora contestada, desde 1806, uma vez que o último Lobo da Silva não podia dispor de bens vinculados. A herança cabia ao descendente do meio irmão do instituidor, o copeiro-mor. Era este, então, o célebre duque da Terceira, António José de Sousa Manuel de Meneses, conde de Vila Flor e 9.º copeiro-mor. Aqui habitou algum tempo, antes de o vender ao rico comerciante lisboeta, João da Costa Coimbra — donde a designação de Palácio Coimbra — que o vendeu em 1862 à Real Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, por 19 contos e mais 5 de desvinculação, a quem se deveram as profundas transformações do seu interior. Mantém-se hoje na posse da C.P. (JFP)

¹ IAN/TT, Chancelaria de D. Filipe I, L.º 28, fl. 198.

² IAN/TT, Chancelaria de D. João IV, L.º 42, fls. 183-183v.

³ IAN/TT, Chancelaria de D. João IV, L.º 12, fl. 7v.

⁴ IAN/TT, Chancelaria de D. João IV, L.º 26, fls. 276-276v.

⁵ IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso VI, L.º 35, fl. 285.

⁶ IAN/TT, Chancelaria de D. João IV, L.º 42, fls. 183-183v.

⁷ IAN/TT, RGT, L.º 90.

⁸ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 51, L.º 201, fls. 7-8.

⁹ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 54, L.º 217, fls. 20-21.

¹⁰ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 57, L.º 231, fls. 52v-53v.

¹¹ IAN/TT, RGT, L.º 90, fl. 141v.

¹² IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 47, L.º 182, fls. 16-18.

¹³ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 53, L.º 214, fls. 39.

¹⁴ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 64, L.º 268, fls. 61v.

¹⁵ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 50, L.º 200, fls. 10-11v.

¹⁶ IAN/TT, CN, C-7A, Cx. 82, L.º 192, fls. 26v-27.

¹⁷ Henriques, Francisco da Fonseca, *Aquilegio Medicinal*, Lisboa, 1725, p. 264.

¹⁸ IAN/TT, CN, C-9A, Cx. 83, L.º 491, fls. 20v-22.

¹⁹ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 65, L.º 652, fls. 10v-12.

²⁰ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 71, L.º 680, fls. 53-55.

²¹ IAN/TT, CN, C-6, Cx. 1, L.º 1, fls. 14-16.

²² Cardoso, Padre Luís, *Dicionário Geográfico*, T. XX, p. 771.

²³ IAN/TT, RGT, L.º 332, fls. 72v-74v.

²⁴ IAN/TT, RGT, L.º 356, fls. 2-3.

²⁵ Almeida, Francisco José de, *Apontamentos da vida d'um homem obscuro*, Lisboa, 1880, p. 117.

II — COMENTÁRIO

O aspecto mais interessante que esta propriedade coloca é a reflexão que nos permite sobre a evolução da toponímia de cada local. Uma prótese de prata colocada por força de uma bala perdida veio condicionar a história de uma zona, criando um topónimo que, por coincidências do destino, viria a nomear muito a propósito a maior unidade fabril lisboeta de material de guerra. Afinal, António de Sousa de Meneses, o *Braço de Prata*, sempre foi um intrépido soldado.

Possuiu ele por herança paterna duas propriedades na Zona Oriental de Lisboa que integrou no morgadio instituído em testamento e logo conhecido sob a designação da sua alcunha. Uma das propriedades era uma grande quinta na parte baixa da freguesia dos Olivais, cuja casa ainda subsiste em mau estado. É na parte mais baixa dessa quinta que se viria a levantar a Fábrica Militar de Braço de Prata. Quanto à outra propriedade, aquela que agora nos ocupa, situava-se na margem nascente do velho caminho oriental, caindo a pique sobre o rio. A descrição acima citada de Júlio de Castilho não deixa de nos fazer suspeitar o ambiente inicial quase idílico do local.

Trata-se de um casarão sem grandes preocupações arquitectónicas na sua implantação em L, determinado, com certeza, pelas condicionantes apertadas

do local. Apresenta as características modelares das casas nobres aristocráticas, com a marcação muito nítida da distinção entre o andar nobre superior e os restantes pisos secundários. No entanto, olhando com mais atenção, poderá conjecturar-se que esse andar nobre é um acrescento possivelmente devido ao próprio Braço de Prata, uma vez que o piso térreo para a rua — primeiro andar sobre o rio — apresenta um pé-direito invulgar abobadado e as suas janelas muito pequenas parecem enunciar uma construção mais antiga, residência, como ele próprio diz, da sua infância. Seria esse o âmbito da mais modesta casa primitiva sobre a qual o instituidor do morgado tivesse exercido o desejo de a apalaçar?

O elemento mais interessante é o portal, resultado também dessa campanha de transformação. Apesar de se encontrar hoje adulterado por uma guarda em ferro desajustada que o desfeia, é um bom exemplar do gosto sóbrio do período aristocrático, ainda muito chão pelo uso sistemático da pilastra, mas sem deixar de transmitir a atitude naturalmente arrogante de quem não se esquece de afirmar externamente a diferença inata ao seu estatuto social. No respeitante ao interior, o mais interessante consiste no bem lançado vestibulo de entrada e escadaria, e no rico revestimento azulejar, tratado no *Guia do Azulejo*.



Vestíbulo do palácio com arco de acesso à escadaria.

Este conjunto homogéneo de propriedades unido sob a designação da alcunha de António de Sousa de Meneses, leva-nos ainda a ter em atenção a complementaridade funcional na economia de uma casa entre a mansão residencial junto à cidade e a indispensável quinta de recreio que lhe fornecia os produtos frescos. Neste caso, a proximidade geográfica e de nome entre ambas torna mais evidente a orgânica estrutural de uma forma específica de organização social que Lisboa conheceu. (J.S.M.)



Calçada da Cruz da Pedra — prédio de gaveto, em forma de ferro de engomar. Ao fundo o largo fronteiro ao portão do Colégio Maria Pia.

CRUZ DA PEDRA

A origem do topónimo que individualiza esta área entre o vale de Santos-o-Novo e o largo fronteiro ao portão do Colégio Maria Pia, deve-se à existência de um cruzeiro sobranceiro ao rio, eventualmente destinado a pontuar a navegação, como era frequente na margem do rio e de que são exemplos a Cruz Quebrada, a antiga Cruz de Buenos Aires ou a Cruz de Pau, junto ao Combro.

A referência à Cruz da Pedra remonta a 1509, referindo-se num documento da Madre de Deus a venda de *umas courelas na Cruz no Caminho de Xabregas* e a rainha D. Leonor afirma no testamento que a *Cruz de Pedra (...) jaz entre os caminhos: o que vai para Xabregas e o que vai para Chelas e entesta (...) com o dito mosteiro*, apontando assim para a localização do cruzeiro no actual largo onde convergem as várias vias.

A designação vulgariza-se a partir do século XVII, abrangendo desde sempre a área até ao Alto do Varejão, nome dos senhorios directos da grande maioria das terras. Com efeito, Lourenço Álvares Varejão celebra um contrato com a Câmara em 1577 pelo qual cede *serventia pública junto ao mar para Xabregas*, tudo indicando ser esta a



Portenhor da planta topográfica da cidade de Lisboa, posterior a 1780, reconhecendo-se a estrutura viária primitiva da Cruz da Pedra. Em primeiro plano o traçado da Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão, já então sem ligação à Calçada do Varejão devido à construção de Santos-o-Novo. No canto superior é bem visível ainda o início do traçado primitivo da Travessa do Gargalacho, ligando as calçadas das Lajes e do Varejão à Estrada de Chelas, eixo original do primitivo caminho oriental.

origem da abertura da actual Calçada da Cruz da Pedra. É uma hipótese não definitiva, criando-se com ela uma alternativa mais directa ao sinuoso caminho antigo que, como vimos, seguia pela Calçada do Varejão até à Travessa do Gargalacho, desembocando esta última (desaparecida pela abertura da Estrada de Circunvalação) no início da Estrada de Chelas. Terá tal contrato a ver com a vontade régia de erguer o novo Mosteiro de Santos-o-Novo, cujos primeiros sinais são exactamente do cardeal-rei (1578-80)? Se tal leitura for correcta isto significa que a propriedade deste Varejão, família muito pouco conhecida, se estendia desde a margem do rio até ao topo da colina, ainda hoje chamado o Alto do Varejão, tudo ligado pela calçada do mesmo nome. Ao certo sabemos que em 1749 é citada a *Rua do Arco da Cruz da Pedra*, assim apelidada devido a um passadiço sobre a via existente até ao século XIX na Quinta do Manique. A unir os dois caminhos foi aberto o troço nascente da Calçada das Lajes. Além do Recolhimento de Lázaro Leitão (12), casa primitiva das Comendadeiras,



A Calçada da Cruz da Pedra e zona adjacente na carta de Filipe Folque (1856), já com a linha do caminho-de-ferro, que remodelou toda a fachada ribeirinha desta área. Note-se a dominância do edifício de Santos-o-Novo,

forma geométrica muito rígida inserida numa malha viária empírica anterior, condicionando-a profundamente. No seguimento da Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão, parece insinuar-se um caminho no interior da

antiga cerca de Santos-o-Novo, provável resquício do antigo traçado da via que ia entroncar com a Calçada do Varejão, desaparecido com a construção do convento e a abertura da Calçada da Cruz da Pedra, posterior a 1577.



O Alto do Varejão e zona adjacente na carta de Filipe Folque (1856). Note-se o traçado da nova Estrada de Circunvalação, iniciada em 1849, que alterou a rede viária original, fazendo desaparecer a Travessa do

Gargalacho, aqui meramente enunciada no seu início junto à Calçada das Lajes. Note-se em seguida o troço descendente da Estrada de Chelas, com o perímetro de algumas quintas ainda bem definido. (JSM)



Restos do chamado Forte de Santa Apolónia, na Calçada das Lajes, integrado nas linhas de defesa terrestre de Lisboa, definidas após a Restauração. Não se deve confundir com o desaparecido baluarte de Santa Apolónia, pequena fortaleza junto ao rio para defesa costeira (referido na pág. 25). Este último era completado pelo antigo Forte da Cruz da Pedra, também já desaparecido, localizado sobranceiro ao rio no actual Largo da Cruz da Pedra. Sobre a implantação nesta zona das linhas de fortificação ver, Augusto Vieira da Silva, “Dispersos”, Lisboa, 1968, vol. I, pp. 157-170.



e do Recolhimento de Santos-o-Novo (13), que domina a zona, a Cruz da Pedra conta com algumas quintas, como a dos Pereira Forjaz (14) (herdeiros estes do morgado do Varejão) ou a do Roma (15), bem como outras já desaparecidas, caso da do Manique, que pertenceu à família do intendente Pina Manique, ocupando o terreno a norte da Calçada das Lajes onde se erguem hoje vários edifícios. Cite-se também o Forte da Cruz da Pedra, junto ao rio e ao cruzeiro, e o chamado Forte de Santa Apolónia, já na Calçada das Lajes, outrora integrado nas linhas defensivas de Lisboa e hoje barbaramente transformado em

muro de suporte de prédios que romperam a unidade construída. A zona terminal da Cruz da Pedra foi alterada pela traçado da Estrada de Circunvalação (1849-57), depois alargada sob o nome de Avenida D. Afonso III.

No entanto, com algum esforço, ainda podemos entender as duas vias tradicionais que aí se abriam: mais a nascente, junto ao rio, a calçada que levava à Madre de Deus e Xabregas e, a poente, a abertura estreita entremuros da Estrada de Chelas, através da qual prosseguiremos depois de olharmos com mais atenção alguns dos edifícios deste sítio da Cruz da Pedra.



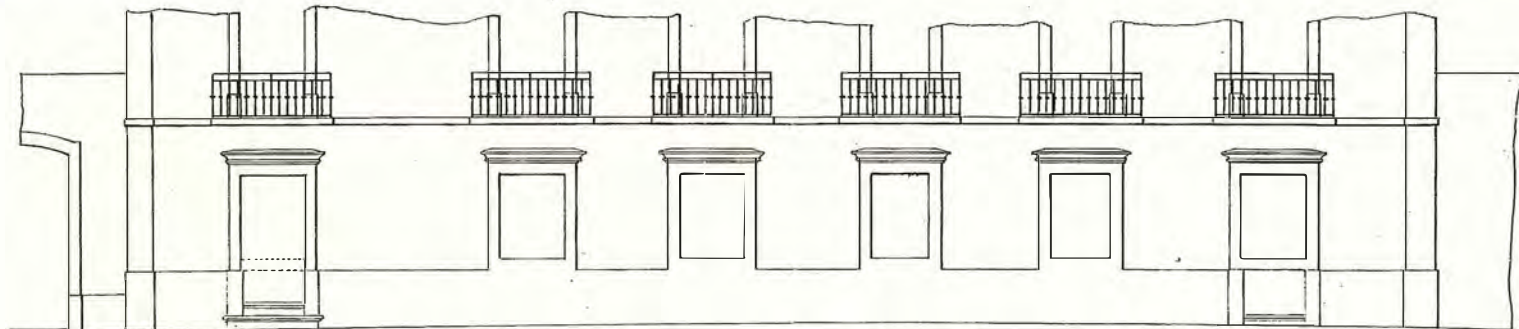
QUINTA DO MANIQUE

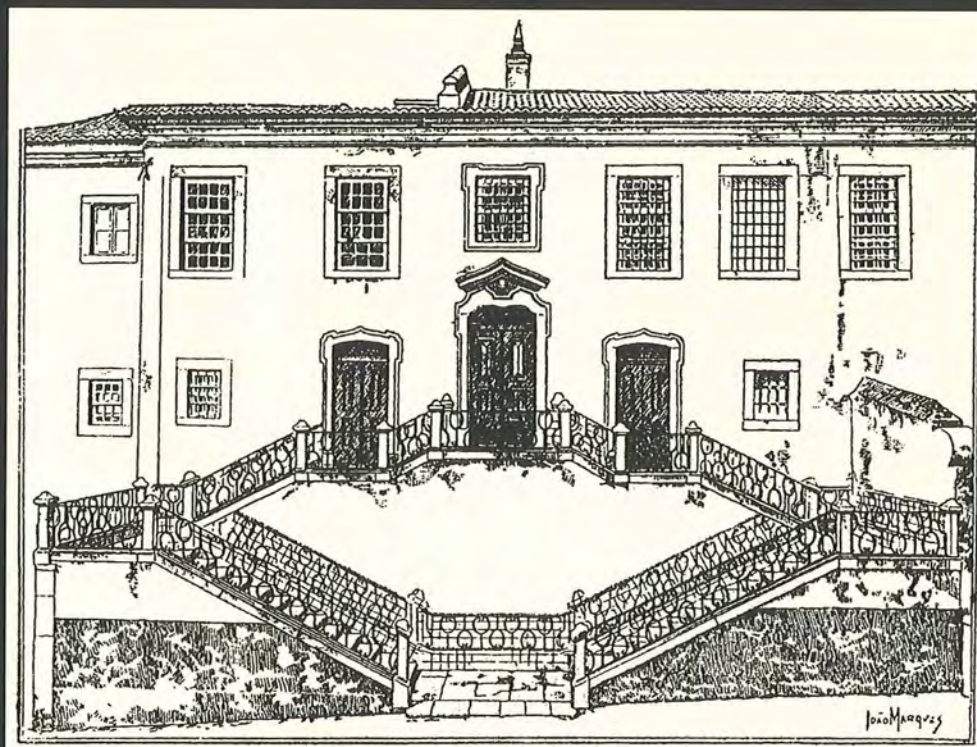
Esta quinta hoje desaparecida ocupava um triângulo delimitado pela Calçada das Lajes, a Travessa do Gargalacho e a Calçada da Cruz da Pedra, dispondo ainda de um pequeno logradouro na parte nascente desta última, ligado por um passadiço sobre a calçada ainda sinalizado em cartas oitocentistas. O seu edifício primitivo é ainda bem visível, ao fundo, depois da Quinta do

Pereira Forjaz, na fotografia acima, publicada na *Ribeira de Lisboa*, de Júlio de Castilho. A existência desse passadiço conduziu a que no século XVIII a calçada surja designada como Rua do Arco da Cruz da Pedra. Desta propriedade que pertenceu à família Pina Manique, na qual se destacou Diogo Inácio de Pina Manique, intendente-geral da Polícia, já nada subsiste, tendo sido mais tarde partilhada e ocupada por vários edifícios.



Entre estes se destaca a residência da família Melo (em cima), erguida no princípio deste século, interessante pelos revestimentos de azulejos arte nova (ver *Guia do Azulejo*). Nos finais do século XIX foi esta quinta propriedade dos condes de Sá Vicente, responsáveis por um pedido de abertura de duas portas no piso térreo cujo desenho, existente no A.A.E./C.M.L. (processo de obras n.º 28 878), em baixo se reproduz. (JSM)





Fachada do Recolhimento de Lázaro Leitão, segundo desenho de João Marques, inserto na obra de Artur Lamas. *A Casa Nobre de Lázaro Leitão.*

12 RECOLHIMENTO DE LÁZARO LEITÃO

I — RESENHA HISTÓRICA

LÁZARO LEITÃO ARANHA, secretário da Embaixada de D. João V a Roma em 1712, e principal da Patriarcal de Lisboa, erigiu o Recolhimento de Nossa Senhora dos Anjos, mais conhecido pelo nome do fundador. Lázaro Leitão comprou (6.7.1742) a D. João V o antigo hospício dos Barbadinhos — devoluto desde a fundação da nova casa vizinha (ver Barbadinhos) e casas a ele anexas (...) menos o quintal grande, e poço do mesmo hospício por 11 000 cruzados, escrevendo-se então *não se dever cousa alguma do preço desta venda a Sua Majestade, pelo domínio desta propriedade estar no Património Real (...) e o comprador a livrar também por seu privilégio (...) que tudo é forro, e isento de foro, ou obrigação*¹.

A presença da nova casa marcou logo a toponímia, passando de Pátio dos Barbadinhos a do Recolhimento, ou do Recolhimento dos Anjos; mais tarde rua e, depois, Travessa de Lázaro Leitão ou do Recolhimento de Lázaro Leitão. Depois de resolvidos os problemas entre os dois novos vizinhos, o principal obteve alvará de protecção real (12.6.1747) e licença para fazer o recolhimento sob o orago de Nossa Senhora dos Anjos, afirmando então que o *reedificara de novo (...) formando (...)*



*recolhimento com todas as oficinas necessárias e quarenta e duas celas, jardim, horta, água e uma boa igreja, e destinara (...) para viúvas nobres, pobres e honestas viverem nele, querendo, toda a sua vida (...) tendo a expensas do suplicante, refeitório, jantar, ceia, médico, botica, capelão com missa todos os dias*². Consignou-lhes rendas de 2000 cruzados anuais e o mais que (...) *lhe for necessário (...) e o destinara também para porcionistas meninas nobres nele se educa-rem pagando comedoria e aprendendo nele as artes competentes*. Em apon-tamento pessoal³, diz que a compra, recheio e obras de adaptação do edifício importaram num total estimado em 13 205 420 réis. À cerimónia de entrada das primeiras recolhidas

(3.7.1747), assistiu a rainha D. Mariana de Áustria, então regente, que tomou a instituição sob a sua protecção. Diz Frei Cláudio da Conceição que *entraram dez viúvas, e sete educandas; havendo o (...) fundador dito missa, e administrado (...) a Sagrada Comunhão, e nomeado os cargos (...), e os estatutos (...), que todos prometeram observar, e beijando a mão à rainha subiram para o coro, donde assistiram à missa cantada e sermão que pregou Frei Luís da Gama, prior do real mosteiro de Penha Longa*⁴. D. José manteve o recolhimento sob a sua Real protecção⁵.

O artigo 3.º dos estatutos era dedicado ao administrador, a *ocupação mais nobre (...)*. O padroado deu-o em do-te a uma parente, D. Joana Inácia de Macedo, para casar com António Vaz Coimbra, guarda-mor dos Contos do Reino, *para ele e seus descendentes primogénitos, contudo, como não tenha tido filhos (...) por minha morte possa ela gozar (...) a regalia de padroeira (...), contudo, por morte da dita senhora vaga o padroado, e é minha vontade se una o padroado à administração (...) e nomeio para administrador (...) ao sr. licenciado António Rodrigues de Macedo, e por morte da dita minha parenta o nomeio também padroeiro (...), para que ele e seus descendentes legítimos (...), e em*



Fachada do Recolhimento de Lázaro Leitão, com a sua bem lançada escadaria exterior, de belo efeito cenográfico — Custódio Vieira (?).

*falta nomeio (...) ao sr. deputado secular mais antigo da Mesa da Consciência, e por morte deste passará a outro semelhante (...) e lhes peço queiram aceitar esta nomeação em gratificação de vinte e cinco anos que fui ministro do mesmo tribunal*⁶. Antes de falecer, Lázaro Leitão fez várias doações à sua instituição, incluindo a *doação (...) de todo o edifício do mesmo recolhimento*; mais dois padrões de juro real e as casas nobres à Cruz de Pau, todos *vinculados, e como património do mesmo recolhimento*⁷. Como procurador do recolhimento nomeou José da Fonseca Pereira, seu secretário há mais de 24 anos, com uma das casas pequenas próximas do recolhimento, em vida. D. Joana recebia habitação gratuita nas *casas nobres imediatas ao mesmo*

*recolhimento (...), com janelas para o pátio, e tribuna para a capela-mor da igreja, e um quintal grande (...)*⁸. Segundo a instituição deveriam ser admitidas tantas viúvas quantas pudessem ser sustentadas pelas rendas do recolhimento, pelo que o fundador lhes deixou 8 contos de réis de juro real — dote de sua sobrinha D. Maria de Macedo e Silva⁹. Esta senhora, por sua vez, em testamento acrescentou um outro padrão de juro por sua morte¹⁰. No testamento¹¹ (28.7.1766), Lázaro Leitão obrigava a 1400 missas por sua alma — 100 na igreja do recolhimento, onde dispôs o seu túmulo, com o meu busto de mármore para com mais viva lembrança me encomendarem a Deus as senhoras recolhidas, recomendando à instituição que se cuide muito em não

contrair empenho. Pediu aos administradores que visitassem o recolhimento pelo menos uma vez no ano, e lhe tomassem as contas e rendas. Recomendou-lhes prudência na escolha das viúvas e *maior vigilância a respeito das porcionistas, fazendo todo o possível para que não entre (...), não obstante empenhos, (...) a que for de mais de catorze anos de idade por me ter mostrado a experiência serem estas indomáveis em idade mais crescida*. Estipulou que *todo o dinheiro que se fizer na venda do ouro, prata, e jóias, pedras preciosas, tapeçarias, carruagens, entrasse no cofre da instituição, mais para a sua igreja todos (...) os vestidos (...) eclesiásticos (...) e para a capela da casa do louvor (...) um crucifixo com cruz e peanha de ébano (...) marchetado de prata (...) as sete lâminas que estão de roda (...) e o seu dossel de veludo carmesim*.

Depois da sua morte (2.8.1767) procedeu-se a inventário judicial¹². A padroeira, D. Joana Inácia, e recolhidas obtiveram um alvará (12.1.1773) de D. José para venderem bens da dotação¹³. Quanto aos bens de raiz logo os aforaram, em especial, o Palácio da Cruz de Pau, depois alienado, sendo os rendimentos diminutos (1806) *para poder sustentar a decência do culto divino e as recolhidas*¹⁴. Em 1800 foram confirmados os alvarás de protecção real de 1747 e 1766¹⁵. Nesse ano, morrendo sem descendência, António

Rodrigues de Macedo Leitão Aranha — apelidos impostos pelo vínculo — foi sepultado na igreja do recolhimento¹⁶. *Por ter cessado a parentela do instituidor* foi investido como padroeiro o deputado mais velho da Mesa da Consciência, o que não se revelou pacífico. A prática de *escandalosos excessos* pelo padroeiro Antônio de Mesquita e Moura levou as recolhidas a queixarem-se ao rei. Diziam que o deputado as privara da *administração económica do recolhimento (...)* e despedira o procurador, *um dos beneméritos sujeitos que ficaram da família do fundador*, que há 28 anos tinha a cargo o património, e acusando-o do *descomposto modo com que todas estas coisas se obraram, usando o dito deputado não só de palavras e expressões rústicas, azedas e pouco decorosas ao lugar (...)* tudo tratado em *labirinto de vozes desacordadas e indignas*. As recolhidas pretenderam transformar o padroeiro em simples provedor, *tirado da classe dos grandes fidalgos*. Reconhecendo que para o cargo de padroeiro *segundo a vocação, é comumente preciso que seja de idade decrépita, idade em que atenuadas, e enfraquecidas as potências da alma, falta no sujeito a prudência, o vigor, e a virtude necessária*, sugeriram para provedor o marquês de Penalva, seu vizinho, *por terem nele sempre experimentado uma grande caridade, e natural propensão (...)* para favorecer

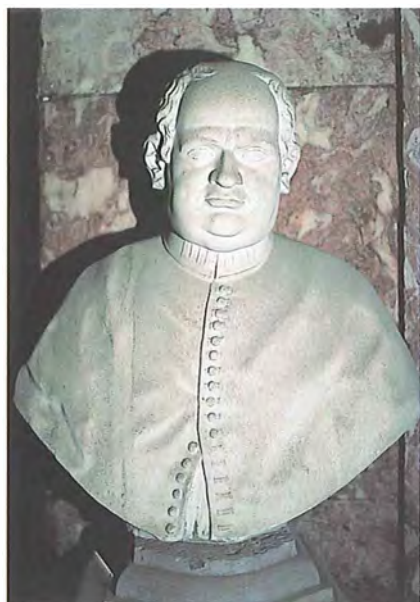


Pormenor da mesma escada, com azulejos que repetem em *tromp-l'oeil* o desenho das guardas.

o recolhimento. O Desembargo coincidiu com o procurador da Coroa, dando-lhes provimento (23.I.1802) pois não deviam *continuar historietas desta natureza*¹⁷.

O zelo com que administravam o recolhimento¹⁸ não foi suficiente às recolhidas, cuja situação, em 1822, era já preocupante. Não recebiam, *por circunstâncias do Estado*, os juros reais; tinham vendido *muitas alfaías*, e uma única lâmpada que lhes restava, *a têm empenhada*; o edifício estava *inteiramente arruinado, sem terem dinheiro para o consertar*. E o novo padroeiro justificava a consternação das recolhidas referindo que o *recolhimento ameaçando ruína de poderem*

*perigar as suas vidas*¹⁹. Em 1827 persistia a *total ruína* sem rendimentos para se receberem mais recolhidas. Contudo, referia uma viúva pobre que tinha esperanças de ser *admitida (...)*, *depois de findas as obras que estão fazendo*. Já no século XX, foi integrado (7.II.1945) no Instituto de Assistência aos Inválidos, destinado a acolher viúvas ou filhas solteiras de oficiais ou altos funcionários do Estado. Em 1955 inaugurou-se no edifício o Lar de Nossa Senhora dos Anjos, para raparigas cegas que, em 1962, deu lugar ao Centro de Reabilitação de Nossa Senhora dos Anjos (CRSSLVT) para reabilitação de deficientes visuais adultos. (JFP)



II — COMENTÁRIO

Com o ar irregular do seu traçado acompanhando a curva do velho caminho, o Recolhimento de Lázaro Leitão não esconde o seu carácter de adaptação sucessiva a novas funções de uma estrutura antiga. Aqui se instalaram possivelmente nos finais do século XV as Comendadeiras de Sant'Iago, até à construção da sua nova casa vizinha; depois foi a casa provisória dos Barbadinhos italianos; e, por fim, Lázaro Leitão fundou o seu Recolhimento e vínculo, dando corpo a uma velha tradição lisboeta de fundações privadas com fins sociais. Do ponto de vista arquitectónico, o mais interessante que hoje nos é dado observar resulta da reedificação de

Lázaro Leitão. Trata-se da capela elevada com o seu túmulo e busto e da escadaria exterior em lanços duplos, que dá acesso a essa mesma capela, adornada mais tarde com azulejos a imitar o gradeamento que insinuam um curioso sentido cenográfico. O gosto evidente é o do chamado barroco joanino, surgindo na documentação pagamentos a Custódio Vieira, um dos mais importantes engenheiros militares então em actividade. A atribuição desta adaptação do edifício ao referido architecto-engenheiro, poderá reforçar a leitura da sua intervenção no panorama artístico desse período, iniciada já por Leonor Ferrão no seu estudo sobre o contemporâneo palácio-convento das Necessidades. Lázaro Leitão, figura de grande relevo nas transformações políticas do reinado de D. João V, e um dos grandes construtores deste período, parece ter utilizado a sua capacidade mecénica com alguns dos mais importantes architectos então activos. Na sua casa da Junqueira é o nome de Carlos Mardel que surge na documentação, podendo-se-lhe possivelmente atribuir também a renovação do palácio à Cruz de Pau, na Calçada do Combro, hoje desaparecido. Aqui, no Recolhimento, surge o nome de Custódio Vieira, outro protagonista de relevo desse período lisboeta.

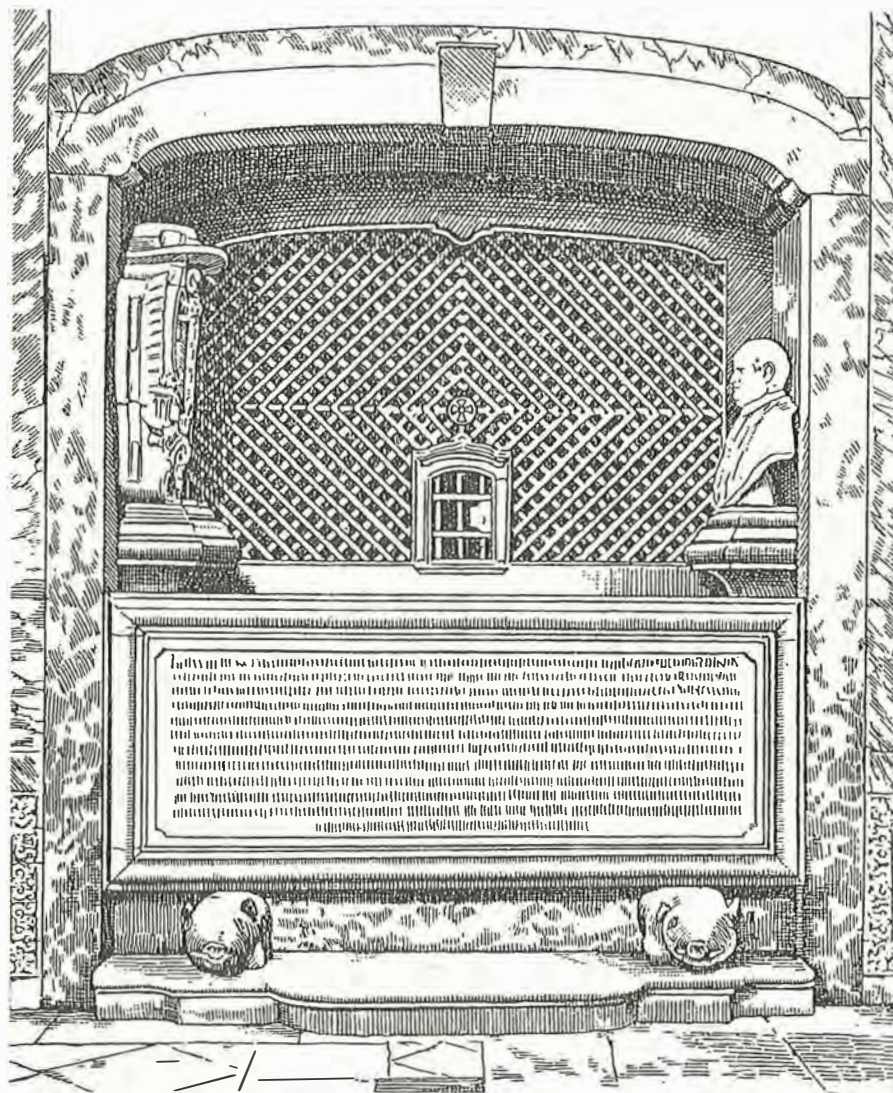
Quanto ao interior e dadas as profundas alterações realizadas posterior-



mente e o carácter de adaptação de um edifício anterior, há somente a registar algum mobiliário antigo e os retratos em tela que junto se reproduzem, interessante conjunto de pintura áulica desse período. Fica, assim, sobretudo, a pequena capela bastante maltratada, exemplar muito interessante de panteão com o túmulo em lugar central, como se o objectivo último fosse o louvor perpétuo ao próprio fundador. (JSM)

Túmulo de mármore do principal Lázaro Leitão Aranha, na capela do Recolhimento. Situado à direita do altar-mor, o túmulo do patrono fundador é a peça central que resta da capela, hoje profanada.

Ao lado se reproduz o desenho do túmulo tal como se encontrava à data da publicação da obra citada de Artur Lamas, acompanhado na página anterior pela pedra de armas e o busto que ainda lá se encontram, na mesma posição. É natural que a disposição original das peças não fosse esta, estando possivelmente a pedra de armas na parede sobre o túmulo e o busto em situação frontal. A caixa, com grande inscrição sobre o fundador, repousa sobre dois pequenos leões, numa evidente alusão ao apelido do fundador. (JSM)



¹ BPMP, Cod. 20, Fundo Azevedo, fls. 90v-96.

² IAN/TT, Chancelaria de D. José, L.º 30, fls. 44-46v.

³ Lamas, Artur, *A Casa Nobre de Lázaro Leitão*, Lisboa, 1925, pp. 89-90.

⁴ Conceição, Fr. Cláudio da, *Gabinete Histórico*, Lisboa, Impressão Regia, 1823, T. X, pp. 172-173.

⁵ IAN/TT, Chancelaria de D. José, L.º 30, fl. 47.

⁶ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 1691, n.º 52.

⁷ IAN/TT, CN, C- 5B, Cx. 10, L.º 48, fls. 67v-69v.

⁸ IAN/TT, CN, C- 5B, Cx. 10, L.º 48, fls. 75v-78v.

⁹ IAN/TT, RGT, L.º 337, fls. 234 e segs.

¹⁰ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 2137, n.º 83.

¹¹ IAN/TT, RGT, L.º 294, fls. 17-22.

¹² Lamas, Artur, *ob. cit.*, pp. 104-107.

¹³ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 804, n.º 178.

¹⁴ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 1591, n.º 14.

¹⁵ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 1691, n.º 52.

¹⁶ IAN/TT, RP, Óbitos. Santa Engrácia, Cx. 28, L.º 7, fl. 141.

¹⁷ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 1443, n.º 3.

¹⁸ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 1493, n.º 17,

Mç. 2137, n.º 83, Mç. 1698, n.º 60 e Chancelaria de D. João VI, L.º 44, fls. 59v-60.

¹⁹ IAN/TT, Mesa da Consciência e Ordens, Recolhimento de Lázaro Leitão, Cx. 101, Mç. 1, Doc. 1.



RETRATO DE D. JOÃO V

Óleo s/tela (92x80 cm)

Autor desconhecido (cópia)

Escola portuguesa(?), c. 1740 (?)

Lázaro Leitão encomendou esta cópia de um dos retratos de D. João V a uma oficina desconhecida. A estrutura da pose do busto e as feições lembram os retratos de Domenico Duprá da Biblioteca de Coimbra e da Sala dos Tudescos, em Vila Viçosa, datados de cerca de 1725.

Neste retrato do Recolhimento o rei está mais envelhecido, o que nos leva a crer que tenha sido pintado uns dez anos mais tarde. (LA)



RETRATO DE D. JOANA INÁCIA
DE MACEDO E SILVA

Óleo s/tela (102x94 cm)

Autor desconhecido

Escola portuguesa (?)

c. 1760

Sobrinha e herdeira de Lázaro Leitão, esta senhora foi padroeira do Recolhimento.

O seu retrato é a pintura de menor qualidade do acervo pictórico ali existente. Pode considerar-se um testemunho interessante para a História das Mentalidades e do Traje. Foi restaurado em 1962 no I.J.F. (LA)



RETRATO DO PATRIARCA D. TOMÁS
DE ALMEIDA

Óleo s/tela (78x67 cm)

Cópia do original de Vieira Lusitano
Escola portuguesa (?), c. 1740 (?)

No Patriarcado existe um retrato de corpo inteiro de D. Tomás, atribuído a Duprá ou a Vieira Lusitano, tendo este último realizado várias retratos desta personagem, existindo desenhos preparatórios no Museu Nacional de Arte Antiga e no Museu de Évora. As feições deste retrato são muito próximas às do retrato de Évora. Parece-nos, pois, que esta pintura seja uma cópia de oficina feita a partir de um dos referidos retratos de Vieira Lusitano. (LA)

RETRATO DO PRINCIPAL
LÁZARO LEITÃO ARANHA
Óleo stela (145x116 cm)

Francisco Vieira Lusitano (?)

Escola portuguesa, c. 1740 (?)

O retrato representa Lázaro Leitão em pose austera a três quartos, sentado num grande cadeirão em fundo arquitectónico com drapeado, estrutura tradicional do retrato barroco de aparato. O magnífico traje em seda e rendas, as jóias — cruz de Cristo e anel de rubi —, revelam a condição de principal da Patriarcal, cargo que recebe em 1740. Este quadro foi encomendado para o Recolhimento, inaugurado em 1747, constando das notas de despesa (Artur Lamas, *A Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha no sítio da funqueira*, 1925). Os desaparecidos quadros da capela foram feitos em Roma, de autor desconhecido. Esta pintura muito danificada foi restaurada no I.J.F. (1962, 1977), nomeadamente no rosto. No entanto, as mãos e, sobretudo, a representação das rendas do traje conservam uma magnífica factura. A hipótese de se tratar de uma obra de Vieira Lusitano radica na série de retratos de corte que então produz, nomeadamente o do patriarca D. Tomás e de ser o único pintor português com mão para uma obra deste tipo. A paleta de tons quentes e a minúcia das roupas e adereços, caracterizam a maneira do pintor com formação romana. Não será, contudo, de afastar de vez a hipótese de se tratar de um trabalho italiano. (LA)





Representação do Convento de Santos-o-Novo no painel de azulejos com vista de Lisboa de finais do século XVII(?). Museu Nacional do Azulejo.
Note-se a colocação fantasista quase pegado ao Convento de Santa Clara, numa manifesta distorção da larga distância que media entre os dois edifícios..

13 CONVENTO DE SANTOS-O-NOVO

I — RESENHA HISTÓRICA

A PÓS a conquista de 1147, a antiga casa de Santos, dedicada a Máximo, Veríssimo e Júlia — os Santos Mártires¹ — vítimas das perseguições de Diocleciano, foi doada à Ordem de Sant'Iago e, posteriormente, destinada a viúvas e filhas dos cavaleiros. D. João II, depois de, em 1486, tomar o mosteiro sob a sua protecção², em 5.9.1490, transferiu as recolhidas para junto de Santa Maria do Paraíso — onde há muito possuíam quintas, hortas, vinhas e olivais³. *E assim as Donas a pé foram levadas ao dito mosteiro novo (...) acompanhando as santas relíquias que iam dentro de uma tumba dourada, (...) e chegando ao novo mosteiro se recolheram na igreja as santas relíquias, trazidas do lugar de Santos, mantendo a nova casa o velho orago, agora com a designação de Santos-o-Novo*⁴. Em 1504 andava um tal Fernão Álvares a trabalhar na obra do mosteiro novo de Santos⁵.

Tratando-se de fundação de D. João II — que detivera o mestrado de Sant'Iago — é compreensível que D. Jorge, duque de Coimbra, seu filho natural e sucessor no mestrado, tenha protegido o convento onde sua mãe, D. Ana de Mendonça, era comendadeira. As suas sucessoras, D. Helena, D. Ana e D. Brites de Lencastre, eram descendentes do

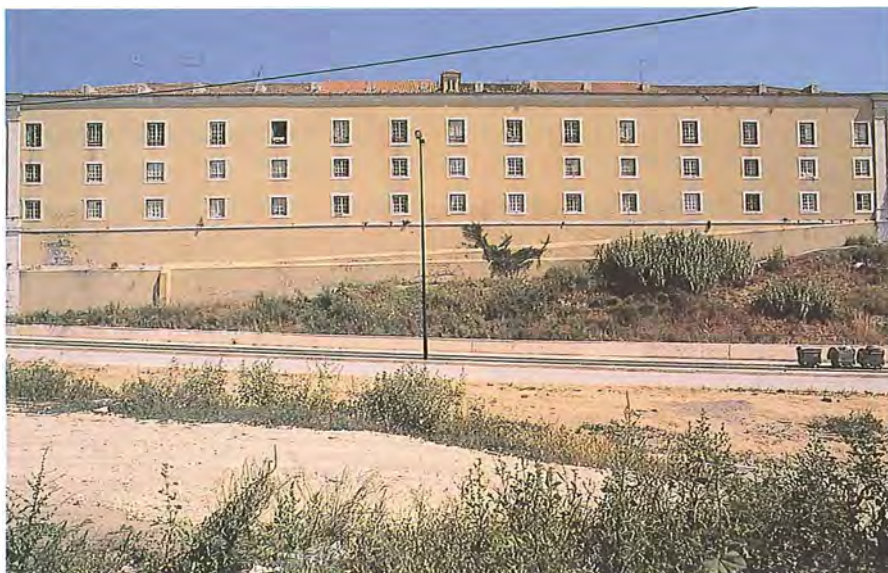


referido mestre, que *aplicou algumas comendas para sustento do mosteiro (...) e a renda das ditas comendas é a principal que o mosteiro tem*⁶, que as recolhidas tratavam de administrar criteriosamente⁷, sempre com a protecção da Coroa que lhe concedia privilégios vários⁸. O convento estava isento de dízima⁹, tinha tabelião e juiz privativos, podia cobrar as suas rendas como se fossem da Fazenda Real¹⁰ e trazia o seu pão de *quaisquer terras sem nelas deixar coisa alguma*¹¹.

A referência tradicional à situação adiante do Paraíso tem levantado algumas dúvidas sobre a efectiva localização. No entanto, pelo menos desde 1522,

sabemos que esta casa provisória era no local actual do Recolhimento de Lázaro Leitão, edifício mais tarde utilizado também pelos Barbadinhos. É possível que numa zona ainda bastante despovoada a referência ao Mosteiro do Paraíso fosse indicativa de uma direcção e a casa das Comendadeiras tivesse sido desde a mudança no mesmo local, de facto, adiante do Paraíso. Com efeito, em 1522 emprazavam um *assentamento de quinta que está pegado com o dito mosteiro, (...) partindo (...) da parte do mar com estrada pública que vai para Xabregas e outro com caminho público onde está a ermida de Santa Apolónia*¹², parecendo tratar-se do terreno depois da Quinta dos Senhores de Pancas. Em 1532 há referência a uma horta no vale de Santos, por detrás do mosteiro¹³, e em 1548 recebiam uma parcela inserida na horta *e vale que é todo do dito mosteiro*¹⁴.

Esta nova casa — que em 1551 tinha 24 freiras professoras, com 33 servidores e 15 noviças, servindo à comendadeira 40 pessoas¹⁵ — teve sempre um carácter provisório, procurando o cardeal-rei D. Henrique remediá-la. Pela provisão de 20.5.1579¹⁶, mostrou particular atenção à comendadeira D. Ana de Lencastre — em funções por mais de 40 anos — a quem dotou com 100 000 réis, doando *in perpetuum* ao mosteiro até 3000 cruzados desanexados das



Vista da fachada de Santos-o-Novo.



Arcaria inacabada da primitiva galilé de acesso à projectada igreja.

rendas da Ordem, metade do rendimento da Comenda de Mértola por 12 anos e a de Canha para *prover de dinheiro para as ditas obras (que hão-de custar muito) e pelo grande desejo que tinha de se prosseguirem as obras que mandei fazer*¹⁷.

Projectava-se, pois, a casa definitiva nos terrenos que a Ordem possuía, iniciada depois pela dinastia filipina. É com Filipe II (III)¹⁸, durante o vice-reinado do marquês de Castelo Rodrigo, que se lança a primeira pedra em 9.2.1609, dia de Santa Apolónia, dizendo-se ser *uma das pedras dos Santos Mártires rubricada do seu sangue e do tamanho de um pão*¹⁹. O edifício projectado era tão grandioso que *pelo ser tanto não há muitas esperanças de se acabar conforme a traça com que se começou*²⁰. Logo

em 1613, sendo necessárias as casas e quintal de Francisco Álvares Varejão o rei mandou comprá-las²¹. D. Álvaro Pereira, seu vizinho, serve de referência à situação do convento no vale: em 1606 é dado como morador detrás de Santos e, em 1627, na sua quinta junto ao Mosteiro de Santos-o-Novo. Em 1626, escrevia um poeta anónimo: *outro logo junto, novo, / de uma fábrica soberba, / em lugar mais eminente / faz muito formosa aparência*²². Ligado à construção surge o nome de Mateus do Couto²³, nomeado em 27.2.1617 para *olheiro e apontador da obra do novo Mosteiro de Santos (...) e o tempo que exercitou esta ocupação o haver feito bem*, confirmando a anterior nomeação do marquês de Castelo Rodrigo. Mateus do Couto manteve o cargo por vários anos, recebendo em 10.2.1629 mercê do ofício de arquitecto das obras das ordens de Sant'Iago e Avis, por falecimento de Baltazar Álvares.

Refere Frei Agostinho de Santa Maria que *se a obra tivesse sido concluída segundo a grandeza (...) das plantas, fora uma das mais grandes fábricas de Portugal*²⁴. Consistia em dois grandes corpos, com igreja no meio. Apesar de inacabado e sem igreja a mudança fez-se em 23.5.1685, sendo comendadeira D. Isabel de Castro²⁵. O mesmo frade aponta a data de 1681 para a entrada das religiosas, pedindo elas que se acabasse ao menos aquele corpo do edifício, em que hoje (1724) vivem²⁶, em pequenas

moradias ao redor do gigantesco claustro formado pelos muitos pilares que sustentam os arcos dos quatro lanços dele, e por cima das abóbadas (...) correm varandas cobertas sobre as quais se segue ainda outro andar de varandas²⁷. À data desta descrição (1708), além da Comendadeira, abrigava 16 freiras e 16 senhoras recolhidas, a quem faziam companhia oito meninas, sendo criadas que servem assim à Comendadeira como às freiras e recolhidas oitenta e três²⁸.

As Comendadeiras professavam sem obrigação de votos — o de castidade obrigava-as apenas à conjugal e não à absoluta — pelo que podiam tomar estado de matrimónio, não estando obrigadas a clausura. Podiam possuir rendas e testá-las por sua morte, uma vez que não tinham obrigação de voto de pobreza. A dignidade de comendadeira era vitalícia, sendo o cargo provido por nomeação régia, após consulta da Mesa da Consciência e Ordens, procurando sempre uma senhora de primeira qualidade, uma vez que sendo as súbditas de tão conhecida nobreza a Prelada não poderia a nenhuma ser inferior.

Com o terramoto o edifício pouco ficou incapaz de habitar-se nele²⁹, ficando arruinado por dentro, impondo a construção na cerca de várias barracas onde permanecem ainda³⁰. Em 1773 sofreu um incêndio, ardendo a sacristia, uma capela interior e



O pátio fronteiro à Igreja de Santos-o-Novo, segundo desenho publicado em *Portugal Pittoresco e Ilustrado*, 11-544.

dormitórios, alojando-se as religiosas no vizinho Mosteiro de Santa Apolónia³¹. O Mosteiro foi suprimido em 9.5.1895, dando lugar a um dos Recolhimentos da Capital, hoje sob a tutela do Ministério da Solidariedade e Segurança Social. O segundo pavimento recebeu, já depois da proclamação da República, a Escola Primária Superior de D. António Costa, e a partir de 1927, a secção masculina do Instituto do Professorado Primário Oficial Português. A paróquia de S. Francisco está hoje sedeada na igreja do antigo mosteiro, classificado como Imóvel de Interesse Público.

Através do que resta do cartório, que sofreu um incêndio antes de 1708, ainda é possível ter uma ideia da dimensão do património das Comendadeiras.



Portal de acesso à igreja actual. Note-se que o frontão triangular que coroa o portal não está representado no desenho acima.



Galeria do claustro de Santos-o-Novo.

Entre os tipos de propriedades cons-
tam: vinhas, casais, terras de pão,
pinhais, quintas, lagares, olivais, chãos,
moinhos, casas e courelas de terra.
Em Lisboa não haveria freguesia onde
não fossem senhorio que, fora da capi-
tal, incidia fundamentalmente a sul do
Tejo. (JFP)

II — COMENTÁRIO

O imenso Recolhimento de Santos-o-
-Novo, das Comendadeiras de Sant’-
Iago, coloca uma série múltipla de
questões. Em primeiro lugar, obriga-
-nos a olhar de frente esse período
esbatido do mundo filipino de Lisboa
em que se ergueram alguns dos maiores
conjuntos ainda hoje centrais na
imagem da cidade. Impressiona, sobre-
tudo, a escala com que foram traçados,
caso deste recolhimento cujo projecto
inicial apresentava uma dimensão que
só muitos anos depois em Mafra se
voltaria a repetir. Tratava-se de um edi-
fício com dois grandes corpos laterais,
com claustro central a cada um, ladean-
do uma igreja orientada de nascente a
poente e virada ao rio. A natural refe-
rência ao Escorial, a obra de Filipe II, é
uma evidência, acentuada também pela
ligação directa à figura de Cristóvão de
Moura, em cujo vice-reinado se iniciou
a construção. Algumas dúvidas ficarão
por resolver, como por exemplo saber
se a ideia original pressupunha torres na
fachada, como a igreja contemporânea
de São Vicente de Fora, ou se prescindia
delas como parece ser o caso do Mosteiro
de São Bento, de Lisboa, outra das obras
gigantescas de Cristóvão de Moura. Na
parte efectivamente construída, o claus-
tro, o maior de Lisboa, apresenta quase
o modelo possível de uma Praça Real,
aliás com algum parentesco com o Ter-
reiro do Paço pós-terramoto, quer na

sobriedade das linhas planas quer na
própria articulação de dois pisos sobre
a arcaria do rés-do-chão. De notar que
as janelas de verga curva deste piso não
deverão ser originais, pois sabe-se de
obras após o terramoto, exactamente
nas residências das Comendadeiras.

Em segundo lugar, a existência de um
conjunto destas dimensões põe de
imediato a questão da sua sustentação.
A resenha das propriedades de raiz das
Comendadeiras na zona de Lisboa,
constantes do seu cartório, coloca em
destaque um dos mais significativos
patrimónios da área lisboeta, cujo estu-
do detalhado talvez induzisse interes-
santes conclusões, além de colocar a
directa relação com a própria monar-
quia, fautora essencial desse mesmo
acervo patrimonial.

Em terceiro lugar destaca-se a actual
igreja, erguida em finais do século XVII
para colmatar a falta da inicialmente
projectada, de dimensões muito mais
reduzidas e orientada em sentido
norte-sul como uma projecção exte-
rior ao único corpo construído. Trata-
-se de uma verdadeira lição sobre o
barroco português, com apontamentos
decorativos que vão desde finais do
referido século até bem dentro do rei-
nado joanino. O conjunto harmónico
da talha, azulejo, pintura e imaginária,
hoje felizmente bastante preservados,
faz de Santos-o-Novo um dos mais
interessantes monumentos de Lisboa.
(JSM)

¹ *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Municipal de Lisboa, 1972, T. II, pp. 223-230.

² IAN/TT, Chancelaria de D. João II, L.º 8, fl. 195.

³ IAN/TT, CSN, Cx. 2, docs. 118, 121, 126, 128, 130.

⁴ Resende, Garcia de, *Crónica de D. João II*, Lisboa, 1902, cap. 42, p. 964.

⁵ IAN/TT, Leitura Nova — Odiana, L.º 5, fl. 213.

⁶ *História dos Mosteiros* (...), ob. cit., T. II, pp. 227.

⁷ IAN/TT, Chancelaria de D. Pedro II, L.º 49, fls. 145-145v.

⁸ IAN/TT, CSN, Cx. 1, Mç. 5, docs. 10 e 15; Cx. 5, Mç. 3, n.º 54; Leitura Nova, Estremadura, L.º 2, fls. 50v, Chancelaria de D. João III, L.º 18, fls. 38v-39 e de D. Afonso VI, L.º 17, fls. 346v-348.

⁹ IAN/TT, CSN, Cx. 20, doc. 2012.

¹⁰ IAN/TT, CSN, Cx. 22, doc. 2051.

¹¹ IAN/TT, CSN, Cx. 20, docs. 2014 a 2018.

¹² IAN/TT, CSN, Cx. 2, doc. 134.

¹³ IAN/TT, CSN, Cx. 2, doc. 133.

¹⁴ IAN/TT, CSN, Cx. 2, doc. 131: «Esta horta partia da banda do sul com vinha do mesmo mosteiro e do norte com horta do mesmo mosteiro e do poente com a mesma horta e com ribanceira para onde a dita horta e a do mosteiro tem sua servidão do dito levante.»

¹⁵ Oliveira, Cristóvão Rodrigues de, *Sumário*, Lisboa, Casa do Livro, 1939.

¹⁶ Sousa, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, T. XI, p. 203.

¹⁷ IAN/TT, CSN, Cx. 1, Mç. 6, n.º 29 e Mç. 3, n.º 9.

¹⁸ IAN/TT, CSN, Cx. 22, doc. 2039 e Caetano de Sousa, ob. cit., p. 123.

¹⁹ Santa Maria, Frei Agostinho de, *História Tripartida*, Lisboa, Officina de António Pedrozo Galram, 1724, pp. 473-474.

²⁰ *História dos Mosteiros* (...), ob. cit., T. II, pp. 227.

²¹ IAN/TT, Chancelaria de D. Filipe II, L.º 28, fl. 174v.

²² *Relaçam em que se trata, e faz huma breve descripção dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa* (...), Ed. fac-similada, Lisboa, CML, 1970.

²³ Mateus do Couto em 20.9.1616 recebera alvará de um dos lugares de aprender arquitectura, na vaga deixada por Diogo Marques. IAN/TT, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, L.º 34, fl. 188v; Chancelaria de Sant'Iago, L.º 10, fl. 270, L.º 12, fl. 315, L.º 13, fl. 312v, Chancelaria da Ordem de Cristo L.º 14, fl. 38, cit. por Viterbo, Sousa, *Dicionário histórico documental dos Architectos, Engenheiros* (...), Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, Vol. I, pp. 252-254.

²⁴ Santa Maria, Frei Agostinho de, ob. cit., p. 474.

²⁵ *História dos Mosteiros* (...), ob. cit., T. II, p. 228.

²⁶ Santa Maria, Fr. Agostinho de, ob. cit., p. 474.

²⁷ *História dos Mosteiros* (...), ob. cit., T. II, p. 228.

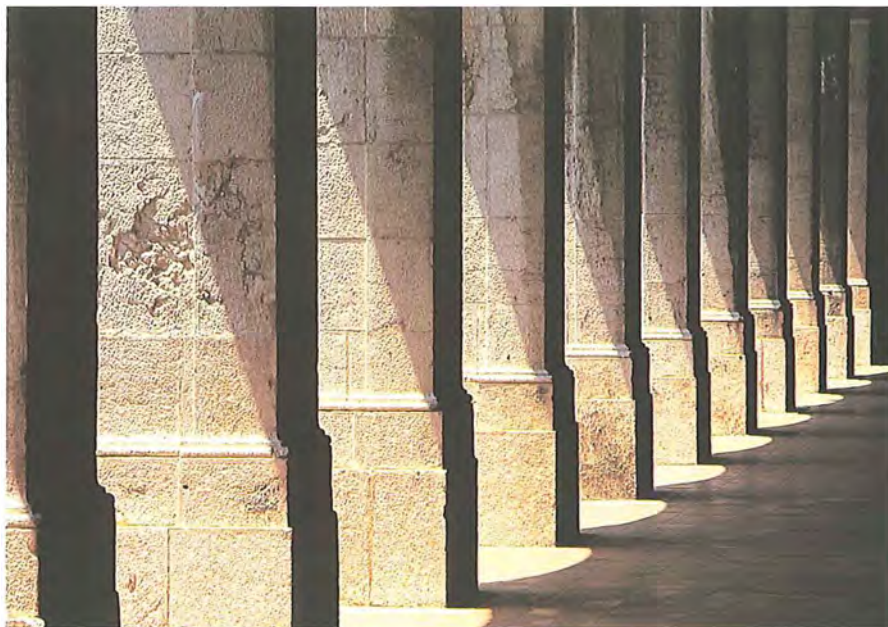
²⁸ *História dos Mosteiros* (...), ob. cit., T. II,

pp. 229-230.

²⁹ Portugal, Fernando e Alfredo de Matos, *Lisboa em 1758 — Memórias Paroquiais*, Lisboa, Coimbra Editora, 1974, pp. 310 e 320.

³⁰ Castro, João B. de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1747, Tom. III, pp. 274-275.

³¹ Conceição, Frei Cláudio da, *Gabinete Historico*, Lisboa, Impressão Regia, T. XVII, p. 99.



Em cima: vista de conjunto do claustro de Santos-o-Novo.

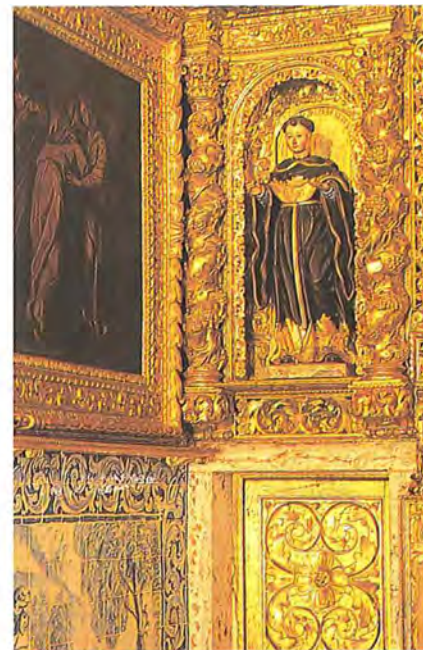
Em baixo: pormenor dos pilares da arcaria do claustro.



Santos-o-Novo guarda ainda no seu interior espaços e pormenores decorativos originais bem preservados.

Em cima: pormenor da portaria com tela e lanterna setecentistas, e pequena capela no claustro, com envolvimento de azulejos sugerindo cortina.

Em baixo: grande sala anexa à portaria, com revestimento de azulejos e pano com as armas da casa, escudo partido das armas do reino e cruz de Santiago.



Santos-o-Novo apresenta um notável conjunto decorativo interior, quer na igreja, quer nalgumas capelas do claustro, constituindo um perfeito exemplo da evolução de um gosto específico que marca o chamado barroco português, baseado no jogo entre a talha, o azulejo, a pintura e embrechados de mármore.

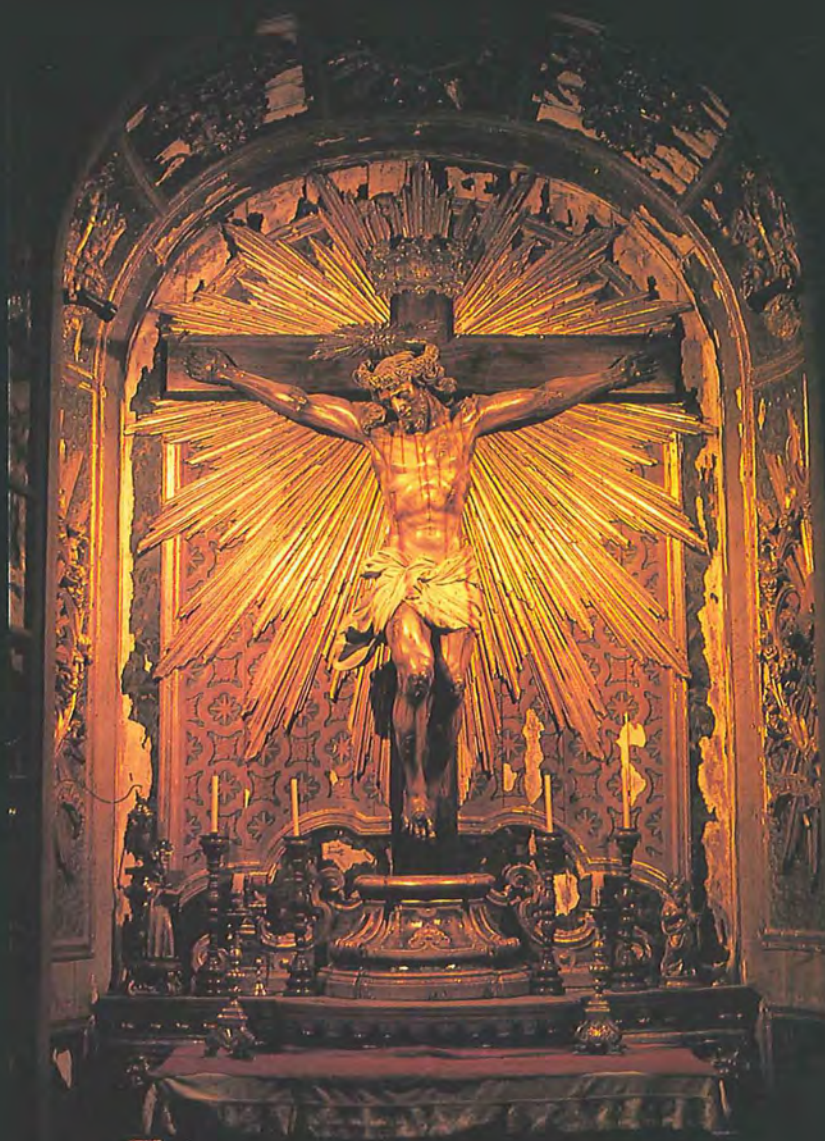
Em cima: à esquerda: pormenor do retábulo do altar-mor, mais tardio que o interior da Capela da Paixão (ao lado), no claustro, ainda dominada pelo formulário do retábulo portal, com arcaria de volta perfeita.

Em cima, à direita: pormenores do retábulo da Capela de Nossa Senhora da Encarnação também no claustro.





Entre as peças mais notáveis do espólio sacro de Santos-o-Novo contam-se dois Cristos crucificados do século XVIII, um no altar-mor da igreja (em cima), e o outro no oratório do coro baixo, (ao lado).





Capela-relicário de Francisco de Almada e Mendonça, na Quinta da Cruz da Pedra: pormenor do coroaamento do altar com representação da Verónica.

14 QUINTA DA CRUZ DA PEDRA

I — RESENHA HISTÓRICA

A REFERÊNCIA mais antiga a esta propriedade é de 1606, sendo dado como morador *detrás de Santos na sua quinta*¹ D. Álvaro Pereira. Foi casado em segundas núpcias com a filha de Francisco Álvares Varejão, devendo resultar deste casamento a presença da família na Cruz da Pedra. O filho destes, D. Álvaro Pereira, teve uma única filha, D. Maria, casada com seu tio D. Miguel, filho do terceiro casamento de D. Álvaro, dito o *Velho* para o distinguir de seu filho homónimo. Viveram D. Miguel e D. Maria na Cruz da Pedra e aqui baptizaram sete filhos, entre 1656 e 1679. Em 1672 eram moradores *na sua quinta adiante do convento de Santos-o-Novo, extramuros desta cidade*².

Por testamento (24.2.1665), D. Catarina, mãe de D. Maria, declara que *se faça a terça que a vinculo em morgado para nele entrar meu neto Dom Álvaro (...)* incluindo a parte que lhe coube em *partilha nas casas da estrada que também chamo a esta herança*. Em 14 de Abril, acrescentou um codicilo — *porque (...) me cresceram mais bens, e a minha vontade é que (...) tudo (...) se junte ao vínculo que instituí para meu neto Dom Álvaro*. No processo de partilhas (1666) *anexaram (...) parte das casas e quinta (...) junto ao*



*Mosteiro de Santos (...) para sempre andar (...) vinculada (...)*³.

D. Miguel, capitão no Brasil, ampliou as casas da Cruz da Pedra. Morreu em 1703, com testamento feito em Torres Vedras (1686), *nas casas do Castelo (...) donde de presente vive*. Estipulou que *(...) falecendo na cidade de Lisboa serei sepultado no Convento de Xabregas na sepultura de meu pai*⁴. Nomeou o filho, D. Álvaro Pereira, por herdeiro e, entre outras disposições, declarou estar obrigado a *tornar ao morgado que instituiu minha sogra D. Catarina de Abreu, a quantia de quatro mil cruzados (...) que lhe satisfiz com vincular a ele umas casas que estão junto ao Mosteiro de Santos-o-Novo que ao tempo que as vinculei valeriam (...) dez mil cruzados, e depois que lhe fiz muitas*

benfeitorias com que hoje valem mais de quinze mil cruzados (...).

O filho, D. Álvaro Pereira Forjaz Coutinho, autorizado por D. Pedro II a usar o patronímico Forjaz, por pretensão à casa dos condes da Feira, casou (1689) em Santa Engrácia com a filha do senhor dos coutos de Freiris e Penegate. Em 2.6.1691 fez uma petição sobre uma terra *que está por detrás da quinta que largara a Comenda de Santos, a qual terra havia muitos anos que estava devoluta*⁵, pertencente ao morgado instituído por Álvaro Varejão, que entrara na sua família. Em 1694, D. Álvaro vivia nos Olivais, *na sua quinta que foi do marquês de Montalvão*, onde baptizou seu filho, D. Miguel, em 21 de Fevereiro⁶. Em 1719, já regressara à Cruz da Pedra, como diz uma escritura: *em Lisboa Oriental à Cruz da Pedra nos aposentos de D. Álvaro Pereira Forjaz Coutinho*⁷. Casou o filho D. Miguel com uma filha dos viscondes de Asseca e do dote constou o usufruto das *casas nobres (...) sitas à Cruz da Pedra de (...) que são de valor de 20 000 cruzados*⁸, e outras propriedades e direitos, entre as quais em Lisboa o Real da Água e da Carne da Câmara de Lisboa, casas no Poço da Foteia e à Igreja de Santiago, na Rua do Barão, na Póvoa de Santo Adrião, e quintas no Vale Escuro e na Charneca. Em 1729, Dom Álvaro



Fachada sobre a Calçada da Cruz da Pedra.

obrigou bens de morgado devido a *alguns empenhos (...) contraídos no tempo da guerra e (...) o casamento de seu filho*⁹.

Em 1725, D. Miguel arrendou por quatro anos a D. Isabel Bárbara Henriques o *aposenso de casas sitas nesta corte à Cruz de Pedra (...) que constam de quarto alto e quarto baixo, celeiros, cocheiras, estrebarias e palheiros e um quintalão e outras pertenças*¹⁰.

Obrigando-se a pagar 280 000 réis de renda anual, a inquilina afirma que *todos os consertos que eu mandar fazer se descontarão nos alugueis (...) e no caso que no dito tempo queira sair (...) as poderei arrendar a quem me parecer*. Em 1743, o capitão João Ferreira da Costa Velho é o arrendatário da Quinta da Cruz da Pedra¹¹. Apesar dos agravos financeiros, D. Miguel fez consertos na propriedade da

Cruz da Pedra. Por seu procurador, arrendou, em Fevereiro de 1748, a Joaquim Francisco Borges Henriques, morador na quinta desde o ano anterior, *as casas nobres (...) que constam de dois quartos, alto e baixo, com sua horta, parreiras, palheiros, estrebarias e cocheiras e outras pertenças, no quarto alto das quais vive de arrendamento ele Joaquim Francisco (...) e a dita horta por arrendamento particular*

por tempo de nove anos que tiveram princípio em o primeiro dia do mês de Janeiro de 1747. Aluguer alargado depois ao quarto baixo das ditas casas (...) excepto o armazém ou celeiro que tem porta para o pátio (...) e (...) janelas para a rua pegadas ao dito pátio (...). O arrendatário comprometia-se a trazer as casas quentes e habitadas, a horta bem fabricada tendo-lhe bom hortelão para a sua cultura plantando-lhe árvores e parreiras de boas castas para povoação e aumento dela¹².

O contrato estipulava que se os senhores quisessem habitar o quarto baixo, desde que avisado com antecedência, o arrendatário teria de os vagar e se conservarão fechadas como ao presente as janelas e porta (...) serventia e luz para a dita horta. Em contrapartida, não poderia ser expulso, uma vez findo o contrato, até à satisfação do que era credor pelas obras, com advertência porém que os consertos que foram por conta do dito senhorio se entenderão foram telhados, portas e janelas das ditas casas.

Confrontado com os crescentes problemas financeiros, D. Miguel socorreu-se por várias vezes do dito Joaquim Francisco, seu arrendatário¹³. Contudo, avolumando-se a dívida — que somava já 1 453 333 réis — exigiu o credor provisão régia, caso contrário as pertenças das casas ficariam consignadas¹⁴. Em 8.4.1754, D. Miguel, então capitão em Elvas, estando na



Fachada sobre o jardim, correspondente ao corpo primitivo da casa, com dois pisos. No piso superior encontram-se algumas divisões com antigos tectos de masseira ainda razoavelmente conservados.

Cruz da Pedra e precisando da quantia de quatro mil e quinhentos cruzados para se preparar (...) para (...) a dita praça (...) pedir a ele Joaquim Francisco obrigando a Quinta dos Vales¹⁵. Em 1752, D. Miguel contraiu um empréstimo com António Soares de Mendonça ficando consignados, entre outros, 160 000 réis das casas grandes da Cruz da Pedra¹⁶ — não foi o único empréstimo que contraiu a este seu meseiro¹⁷. Em 1754, D. Miguel vivia em Elvas¹⁸ e, em 1757, era capitão de Dragões em Beja. Neste ano veio à Corte a fim de nomear procurador para lhe cobrar as dívidas¹⁹.

Continuou na pretensão da *Casa da Feira que se lhe julgou, e por decreto se sustou (...) por se achar a dita*

Casa unida à do Infantado. Também não lhe foi fácil obter habilitação do Santo Ofício (1755): instigado da sua honra, do seu crédito, e do lustre da sua família, torna a representar a V. Eminência os fundamentos que lhe assistem, com documentos autênticos e sólidas razões, pelas quais se manifesta a sua pureza, e dos seus ascendentes e pedia para lhe atender ao grave prejuízo, que padece a família (...) em não ser admitida ao Santo Ofício²⁰.

As suspeitas de sangue impuro vinham do trisavô, Francisco Guilherme, francês, cirurgião, filho de Nicolau Guilherme e de Catarina Manrique, flamenga, casado com Marta Nunes, também alvo de suspeitas²¹. D. Miguel



morreu na Cruz da Pedra em 1767, sucedendo-lhe na casa o filho D. Diogo.

Os Pereira Forjaz pouco viveram na Cruz da Pedra na segunda metade do século XVIII. O palácio, dividido em três, acolheu inúmeros arrendatários²²: Carlos da Silva Reis, porteiro da Casa de Bragança (1762-63); Sebastião Mendes de Carvalho, da Mesa da Consciência (1762-68); António Moreira de Sousa, que vivia de suas fazendas (1767-75); o superintendente da freguesia (1762-63); D. Maria Cláudia de Noronha, viúva de Rui Vaz de Sequeira (1772-75) e D. Catarina do Pilar, viúva do morgado da Cova (1777 e 1778)²³ que dotou e casou, no oratório, a sobrinha, D. Arrábida Pereira Forjaz, filha do senhorio.

Capela-relicário de Francisco de Almada e Mendonça, 1.º visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei. Esta capela, adaptada por certo depois de 1827, data em que na quinta passou a residir D. Maria Joana Pereira Forjaz, viscondessa de Souto de El-Rei pelo casamento, terá sido uma encomenda feita em Roma pelo referido Francisco de Almada e Mendonça, durante muitos anos ministro de Portugal junto da Santa Sé, cujas armas, com coroa de visconde, decoram o embasamento das colunas do altar (na pág. seguinte). Realce-se a grande quantidade de relíquias de vários santos, dispostas em nichos nas colunas, ou em quadros embebidos nas paredes sobre as portas laterais.



D. Diogo Pereira Forjaz, coronel de Infantaria, foi capitão-general da ilha da Madeira, e casou com D. Luísa da Câmara e Meneses, filha herdeira do senhor da Ponte da Barca e do morgado de Argemil. Em 1780, vivia com três criados na Cruz da Pedra, ano em que a casa foi arrendada ao conde de S. Miguel; depois a Domingos Soares da Silva (1783); a Manuel Rebelo Palhares, com oito criados (1783-84). No ano seguinte, a Estêvão Larroche com uma fábrica de cerveja; ao desembargador Diogo de Morais Calado

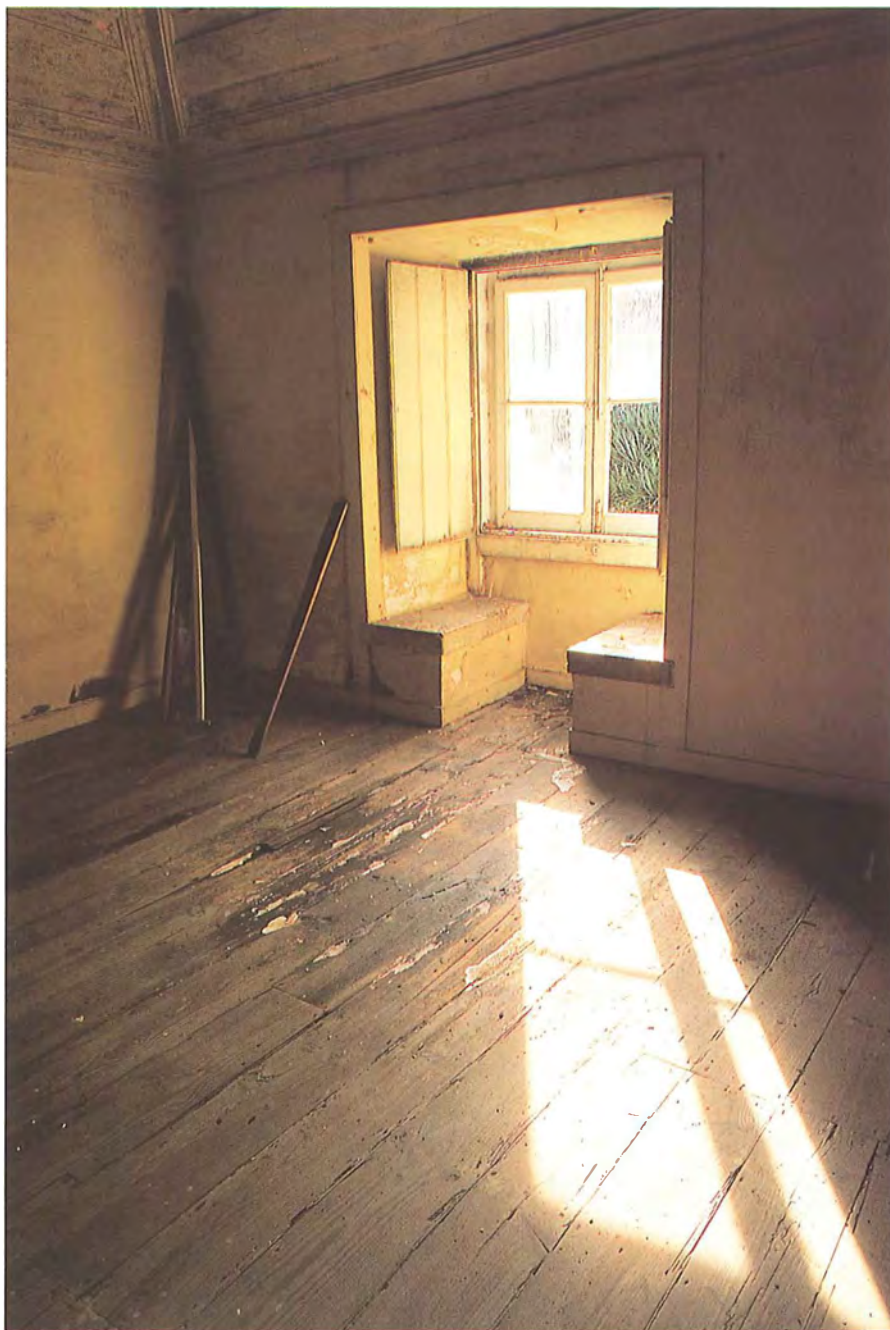
(1790); a Pedro Correia de Almeida e Meneses (1790-94). D. Joaquim Forjaz, prior-mor de Avis, faleceu no palácio em 1798.

Sucedeu na casa D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho que viveu na Cruz da Pedra em 1799, com sua mulher D. Maria do Patrocínio Freire de Andrade, falecida no ano seguinte. O palácio foi logo arrendado ao visconde de Fonte Arcada (1801 e 1802), com onze criados. D. Miguel regressou à Cruz da Pedra em 1810, com nove criados, onde casou sua irmã, D. Maria Joana, com o visconde de Vila Nova de Souto d'El-Rei. Pouco depois voltam os inquilinos: um padre José (1812-13), pagando 450 000 réis com o Colégio de Nossa Senhora da Luz²⁴; um inglês (1814); e, em 1816, é anunciada a venda de móveis no palácio²⁵, arrendado então a José Lopes da Silva (até 1824). D. Miguel Pereira Forjaz voltou ao palácio em 1824, onde faleceu (6.II.1827). Vice-presidente da Regência, recebera o título de 9.º conde da Feira (1820), antiga pretensão desta família, do que resultou a designação de palácio do conde da Feira para a Quinta da Cruz da Pedra.

Com a sua morte, a representação deste ramo dos Pereira passou para sua irmã, viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei que, depois de curto arrendamento ao marquês de Vagos (1828-29), aqui residiu com o visconde, seu filho, até meados do século.



Em 1873, já extintos os morgadios, o palácio foi comprado pela condessa viúva da Foz, D. Mariana Palha de Faria e Lacerda, que o habitou e lhe fez obras. Vendeu-o em 1884 ao conde de Bertandos, parente destes Pereira, mantendo-se na posse da família até ao século XX. Ainda no século XIX passou o edifício a ter serventia directa para a rua, abrindo-se-lhe as duas portas da fachada sobre a calçada. Encontra-se hoje em mau estado de conservação, bem como a sua interessante capela. (JFP)



Uma das pequenas divisões com tecto de masseira no primeiro piso do corpo mais antigo.

II — COMENTÁRIO

Tudo indica que esta quinta que os Pereira Forjaz possuíram à Cruz da Pedra — pelo menos desde 1606 — fosse parte integrante da grande propriedade que os Varejão tinham na encosta, referida desde 1577. Com efeito, o primeiro D. Álvaro Pereira foi casado com uma filha de Francisco Álvares Varejão e o morgado destes veio a cair na casa por herança, constando dele o terreno superior ainda hoje designado por Alto do Varejão. Para melhor se compreender o conjunto hoje existente, torna-se necessário abordá-lo pelo antigo caminho oriental, onde ainda se abre um portão; é possivelmente do século XVII ou inícios do seguinte. Desse portão — hoje vedado — se tinha acesso à parte nobre da casa primitiva, ainda reconhecível em parte da fachada virada a poente e sul. Mais tarde se terá adossado todo o corpo que corre ao longo da Calçada da Cruz da Pedra, abrindo-se para ela um portão com pátio. Mais tarde ainda, já por finais do século XIX, se abrem duas portas no piso térreo sobre a mesma via, dando uma delas acesso a uma escada redonda sem grande interesse. Resultou daí a reorientação de todo o conjunto construído, agora decididamente voltado para nascente.

O apontamento com mais interesse desta quinta-palácio é a capela, apesar de ser um acrescento oitocentista. Trata-se de uma notável peça de finais do século XVIII, encomenda atribuível a Francisco

de Almada e Mendonça, 1.º visconde de Souto d' El-Rei, durante anos ministro de Portugal junto do Vaticano e primo co-irmão de Pombal, pois são as suas armas que decoram o grande altar de talha. A capela é notável pelo conjunto de relíquias que encerra, num amontoado de múmias em nichos vidrados que dão ao conjunto um ar tétrico, numa espécie de versão modernizada das tradicionais capelas de ossos. Esta peça de grande interesse, que urge rapidamente preservar, deverá ter sido aqui introduzida depois de 1827, quando a casa foi herdada pela viscondessa de Souto d' El-Rei, e que nela residiu com o 4.º visconde, seu filho, a partir de 1830.

Hoje, no interior, a casa conserva algumas interessantes reminiscências da decoração oitocentista, aliás em muito mau estado, e, no piso superior, algumas divisões da primitiva construção com tectos de masseira e restos de pinturas murais, possivelmente da primeira metade do século XIX. (JSM)



Uma das salas com arranjo oitocentista no piso nobre sobre a Calçada da Cruz da Pedra.

¹ Cf. Macedo, Luís Pastor de, *Lisboa de Lés a Lés*, Lisboa, CML, 1985, Vol. III, pp. 66, e a nota subssid. 1, In Castilho, Júlio de, *Ribeira de Lisboa*, Lisboa, CML, 1948, Vol. I. Apresenta exaustivamente os registos paroquiais referentes a esta família, ao longo dos sécs. XVII e XVIII.

² IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 17, L.º 407, fls. 27-27v.

³ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 18, L.º 413, fls. 2-13v.

⁴ IAN/TT, RGT, L.º 104, fls. 95v a 97.

⁵ IAN/TT, Chancelaria de D. Pedro II, L.º 19, fls. 180v-18.

⁶ IAN/TT, RP, Olivais, Baptismos, Cx. 2, L.º 9, fl. 136v.

⁷ IAN/TT, CN, C-11, Cx. 103, L.º 437, fls. 61v-62v.

⁸ IAN/TT, CN, C-11, Cx. 105, L.º 448, fls. 79v-81v.

⁹ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 76, fl. 224.

¹⁰ IAN/TT, CN, C-11, Cx. 108, L.º 463, fls. 56v-58.

¹¹ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 59, L.º 618, fls. 29-30v.

¹² IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 65, L.º 644, fls. 35-36v.

¹³ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 65, L.º 648, fls. 34v-36, L.º 649, fls. 70-71v, Cx. 67, L.º 659, fls. 5v-6v.

¹⁴ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 70, L.º 675, fls. 9-10v.

¹⁵ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 71, L.º 680, fls. 90-91v.

¹⁶ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 69, L.º 670, fls. 49-50v.

¹⁷ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 69, L.º 673, fls. 16v-18, Cx. 71, L.º 682, fls. 6v-8.

¹⁸ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 72, L.º 688, fls. 12v-14.

¹⁹ IAN/TT, CaN, C-12B, Cx. 74, L.º 697, fls. 108-109.

²⁰ D. Miguel, o pai e o avô foram cavaleiros de Cristo. A Mesa da Consciência habilitou D. Francisco Pereira Coutinho, prior-mor de Avis e D. Luís Pereira Coutinho, freire de Sant'Iago; estes dois e D. João Pereira Coutinho habilitaram-se para clérigos no arcebispado de Lisboa; o dito D. Francisco habilitou-se pelo Padroado Real para ser provido na Igreja de Santa Maria de Torres Vedras e o dito

D. João para ser abade em Barqueiros. Esta mesma linha se habilitou na religião de S. Bernardo, na dos Eremitas de Santo Agostinho e na congregação dos cônegos seculares de S. João Evangelista, onde professaram quatro filhos de D. Miguel Pereira e D. Maria Pereira.

²¹ IAN/TT, HSO, Mç. 18, n.º 288.

²² AHTC, DC, Freguesia de Sta. Engrácia, Livros de Arruamentos, Prédios e Propriedades, Mçs. 419 a 465 e Tesouro Público, Mç. 118.

²³ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 89, L.º 771, fls. 50-52v.

²⁴ *Gazeta de Lisboa* de 9.1.1812, cit. por Macedo, Pastor de, ob. cit. Vol. III, pp. 67-68.

²⁵ *Gazeta de Lisboa* de 15.10.1816, cit. por Macedo, Pastor de, ob. cit. Vol. III, p. 68.



Portão no antigo pátio da Quinta do Roma, sobre a Calçada do Varejão, hoje transformado em jardim.

15 QUINTA DO ROMA

I — RESENHA HISTÓRICA

SITUADA na Calçada das Lajes, esta quinta deve a sua designação, desde o século XVII, à família Morato Roma, sendo anteriormente conhecida por do Pinheiro ou do Pestana. A Quinta do Pinheiro, a Santa Apolónia, foi vendida (1637) pela viúva de Lourenço Pestana, escrivão do Cível, incluída num prazo que seu filho, o padre Francisco Pestana, detinha em 1633. Comprou-a Tomé de Mesquita¹. O Dr. Francisco Morato Roma, médico oriundo de Castelo de Vide (1588), veio para Lisboa com D. João IV, tendo sido bacharel em Évora e Coimbra, *espectadoras do seu vivo engenho, e admirável talento*². Era filho de João Morato e de Maria Calado Roma, de Castelo de Vide, e casado em segundas núpcias com Maria de Andrade do Vale, que serviu D. Catarina de Bragança³. Físico da Câmara régia, escreveu a *«Luz da Medicina, pratica, racional, e metódica; guia de enfermeiros. Directorio de principiantes, e sumario de remedios para poder acudir, e remediar os achaques do corpo humano, começando do mais alto da cabeça, e descendo até o mais baixo das plantas dos pés»*⁴, obra considerada um dos grandes tratados de medicina portugueses. Restam dúvidas sobre se já terá vivido na Cruz da Pedra. Em Maio de 1651, quando comprou a



Quinta das Conchas, a Chelas, morava a São Vicente⁵. Apesar do seu óbito não constar dos registos da freguesia de Santa Engrácia, num inventário do século XIX, lê-se que a *quinta denominada do Roma (...) pertence ao vínculo instituído por Francisco Morato Roma*⁶. Ao certo, sabe-se que seu filho, João Morato Roma, e a mulher, *moradores na sua quinta por detrás do dito Mosteiro de Santos, venderam* (19.12.1670) umas casas nobres junto à Igreja de S. Vicente de Fora, por 10 000 cruzados⁷. Em 1672, os mesmos dotaram seu filho Francisco, natural de S. Vicente, *para casar com D. Mariana*

de Sande, e instituem um morgado composto de muitas propriedades e de parte da sua terça (...). A Quinta do Roma foi vinculada por sentença dada em 1677 a favor de João Morato, que já a vinculara *por sub-rogação de um morgado no Alentejo, em 1672*⁸.

Existem algumas escrituras celebradas por João Morato Roma, escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, cargo anexado ao morgado. Em 1679, morando às Escolas Gerais, numa delas contraiu um empréstimo de 1000 cruzados (1679), necessitando de dinheiro *para o benefício e reparo de sua fazenda, consignando em hipoteca a sua quinta da Concha sita no vale de Chelas*⁹, ano em que morava às Escolas Gerais¹⁰. *Foi a Inglaterra por aio e guarda-jóias da infanta D. Catarina de Bragança, (...) e depois voltou com ela a Portugal, onde morreu muito velho, na sua quinta da Azinhaga, junto a Santarém. (...) foi o principal político de que se serviu D. Pedro II, para a volta da rainha D. Catarina para Portugal*¹¹.

Na quinta — onde nasceram oito filhos (1673-87) — residiram Francisco Morato Roma, filho de João, e a mulher, açafta da rainha D. Francisca¹². No início do século XVIII, as primeiras referências à Quinta do Roma são os óbitos do padre João Morato (1713), beneficiado em Montemor-o-Novo, e de Francisco, em 1717, irmão e filho



O conjunto da casa da Quinta do Roma vista de cima. Nota-se bem a justaposição de várias construções e acrescentos, destacando-se em primeiro plano o corpo mais alto da capela oitocentista.



primogénito de Francisco Morato Roma, *muito estimado por toda a Corte, e mui célebre pela particular graça de que foi dotado*¹³, falecido na quinta (1721) e sepultado à Madre de Deus, três anos antes da mulher. Sucedeu no morgado Fernando de Sousa Morato, casado na Cruz da Pedra (26.5.1723) com D. Antónia Francisca de Vasconcelos que, uma vez viúva, ficou por tutora do filho Francisco, realizando inúmeros contratos, reveladores dos bens da casa: terras, casais, herdades e fazendas, em Caneças, S. João da Talha, Sintra, Castanheira, Santarém e Borba. Em 1739, *no sítio de Santos e na Quinta da Cruz da Pedra*, D. Antónia — que ali hospedou o irmão Estêvão Coronel — *fez renúncia (...) no filho Francisco Manuel de Sousa Morato toda a tença de 60 000 réis que ao seu pai e marido pertencia*¹⁴. Francisco Morato nasceu na Quinta do

Roma onde casou, sem licença do Santo Ofício *por causas urgentes* — na habilitação (1744) já estava casado¹⁵ —, com D. Luísa Inácia de Almeida, senhora da casa de Frielas. Em 1749, Francisco arrendou umas casas térreas na Travessa das Lajes *junto aos seus aposentos*¹⁶, travessa que já existia em 1742¹⁷.

D. Antónia Joaquina de Sousa Morato, herdeira do morgado do Roma, casou com Francisco Mendo Trigo, capitão-mor de Torres Vedras, como seu pai, Sebastião de Almeida Trigo: *Ambos pessoas de conhecida, e antiga nobreza, mais recomendáveis pelas suas virtudes, que lhes atraíram o amor, e o respeito dos povos vizinhos das suas terras*¹⁸. Um dos filhos deste casal faleceu ainda menor (30.7.1783), *na quinta do Pinheiro sita na rua das Lajes*, morando aí *na quinta e casa do Roma*¹⁹. Tiveram ainda Sebastião e Francisco.

O primogénito, Sebastião Mendo Trigo, baptizado (1773) em Santa Engrácia, recebeu do pai os vínculos de Carmões e Quinta Nova (Torres Vedras). Capitão-mor de Torres Vedras, foi bacharel em Filosofia e sócio da Academia Real das Ciências, tendo publicado várias memórias. Em Novembro de 1806, casou com D. Maria de Oliveira Sande e Vasconcelos, de cujo matrimónio nasceu Mariana, sucessora da casa, baptizada no oratório da quinta (1807) sendo apadrinhada pelo tio Francisco Manuel Trigo. Este, três anos após a morte do irmão que — por palavras suas — *lhe mudou inteiramente o destino*, casou com a afilhada (1824) e herdeira, D. Mariana José Trigo, então com 17 anos, que adoeceu gravemente no dia do casamento vindo a falecer dez anos depois *no seu palácio de residência*, na



Fachada da Quinta do Roma sobre o antigo pátio, hoje jardim, com arranjos modernos. As peças decorativas deverão datar da obras realizadas no início do século XIX por Francisco Trigoso de Aragão Morato.

Cruz da Pedra²⁰. Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, nascido na Quinta do Roma (1777), foi professor e académico, par do Reino, vice-presidente da Academia Real das Ciências, ministro e secretário de Estado (1826) e do Conselho do Estado e escreveu nas suas *Memórias* (entre 1824 e 1835) que: *pouco mais tenho feito além do madeiramento e telhados de todo o edifício da Quinta do Roma que, tendo sido feitos havia muito poucos anos, ameaçavam já completa ruína. As pequenas propriedades ali juntas, as casas do caseiro, e as da rua direita de S. Vicente de Fora todas foram reparadas dos grandes estragos que tinham (...)* ²¹. E acrescenta em relação à Quinta do Roma que, embora vinculada no século XVII, fora dada em 1745, como livre, a meu avô em pagamento da sua legítima (...) porém não se acha

*documento algum que a altere, (...); e parte das fazendas que formavam este morgado não existem hoje na Casa e, sem dúvida, foram vendidas como livres. Tal é a confusão em que achei a Casa de minha mãe, e tal a falta de documentos que só a poderiam desvanecer!*²² Faleceu o académico em 1838, com 71 anos, de um ataque apoplético, na sala do trono a apresentar a Sua Majestade a rainha, que ele tanto respeitava²³.

A outra filha de Sebastião Trigoso, D. Emília Augusta, herdou a casa e casou com José de Lima e Melo Falcão, barão de Aldemberg, administrador dos morgados do Juncal, em Matacães, e outros. O sucessor, Sebastião Francisco Falcão de Lima Melo Trigoso, anexou todos os morgados num só. Na inventariação dos registos vinculares feita em 1763 foram descritos os mor-

gados anexados a esta casa e respectivos instituidores, entre eles o de Francisco Morato Roma²⁴. No mesmo inventário a propriedade da Cruz da Pedra é descrita como (...) quinta denominada de Roma, situada na calçada das Lajes em Lisboa, freguesia de Santa Engrácia, que se compõe de uma grande casa nobre com todas as acomodações, jardim, horta com poço de nora e tanque, e um terreno sequeiro posto de vinha e árvores de fruta; pertence ao vínculo instituído por Francisco Morato Roma, parte pelo Norte com a travessa do alto do Varejão, sul largo de Santos, nascente calçada das Lajes, poente com vários prédios²⁵. Actualmente, a quinta mantém-se na posse dos descendentes da família, que têm preservado a propriedade da Quinta do Roma, o que constitui um raro exemplo na história desta atribulada zona da cidade. (JFP)



Fachada da capela construída no século XIX, sobre a Calçada das Lajes.

II — COMENTÁRIO

Esta interessante quinta, hoje recolhida na Calçada das Lajes, abria-se originalmente a sul sobre a Calçada do Varejão dando acesso a um amplo pátio com a casa ao fundo e outras dependências. As construções e aumentos sucessivos que a casa foi sofrendo tornam hoje bastante difícil reconstituir o conjunto original, por certo uma simples quinta arrabaldina que foi sendo adaptada às exigências de cada tempo. De notar os portões originais de cantaria do antigo pátio, hoje jardim, datáveis já de inícios do século XIX. Mas terão sido sobretudo significativas as obras de transformação levadas a cabo na segunda metade do século XIX por Sebastião Falcão Trigoso, que realizou a inversão da lógica do edifício para a Calçada das Lajes, aí erguendo a nova capela, substituindo uma anterior. Trata-se do mais curioso apontamento do conjunto, com um fino desenho neogótico, estilisticamente aproximável da intervenção contemporânea que o arquitecto José Maria Nepomuceno realizou na Madre de Deus e nas pinturas do salão do Palácio Olhão. O facto de esta quinta nunca ter saído da mesma família — hoje dos filhos de D. António da Cunha, da Casa de Olhão — tem permitido a sua conservação e torna-a um caso raro de teimosia por alguma qualidade nesta zona tão maltratada que não se pode deixar de realçar. (JSM)

¹ Index das Notas de vários Tabeliães de Lisboa, Lisboa, BNL, 1944, T. III, p. 120.

² Machado, Barbosa, *Biblioteca Lusitana*, Coimbra, Atlântida Editora, 1966, T. II, pp. 210-211.

³ IAN/TT, HSO, Mç. 136, n.º 2043.

⁴ Impressa em Lisboa por Henrique Valente de Oliveira (1664), reimpressa por António Craesbeeck (1672), depois por João Antunes, em Coimbra (1700), e pelo Real Colégio das Artes (1726).

⁵ IAN/TT, CN, C-12B, L.º 345, fls. 114-120.

⁶ IAN/TT, Vínculos, Lisboa, n.º 24 e 25, fl. 16.

⁷ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 54, L.º 218, fls. 95-96

⁸ Morato, Francisco Manuel Trigoso de Aragão, *Memórias*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 198.

⁹ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 61, L.º 252, fl. 20.

¹⁰ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 61, L.º 253, fls. 31V-33.

¹¹ Maia, Carlos Roma Machado de Faria e Maia, *Memórias da Vila Roma*, Lisboa, 1940, p. 46.

¹² Macedo, Luís Pastor de, *Lisboa e Lés de Lés*, Lisboa, CML, 1985, Vol. III, p. 235.

¹³ Morato, Francisco Manuel Trigoso de Aragão, *ob. cit.*, p. 47.

¹⁴ IAN/TT, CN, C-11, Cx. 125, L.º 550, fls. 18v-19.

¹⁵ IAN/TT, HSO, Mç. 66, dil. 1242; Mç. 136, dil. 2040.

¹⁶ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 65, L.º 651, fls. 37v.

¹⁷ Macedo, Luís Pastor de, *ob. cit.*, Vol. III, 1985, pp. 233.

¹⁸ Lavradio, Conde de, *Apontamentos para o elogio histórico de Francisco Manuel Trigoso D'Aragão Morato*, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1840, p. 1.

¹⁹ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 91, L.º 779, fls. 83-84v

²⁰ IAN/TT, RP, Óbitos — Santa Engrácia, Cx. 29,

L.º 9, fl. 162.

²¹ Morato, Francisco Manuel Trigoso de Aragão, *ob. cit.*, pp. 214-215.

²² Morato, Francisco Manuel Trigoso de Aragão, *ob. cit.*, p. 198.

²³ Barreto, D. José Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, Coimbra, 1926, Vol. II, p. 284.

²⁴ IAN/TT, Vínculos, Lisboa, n.º 24.

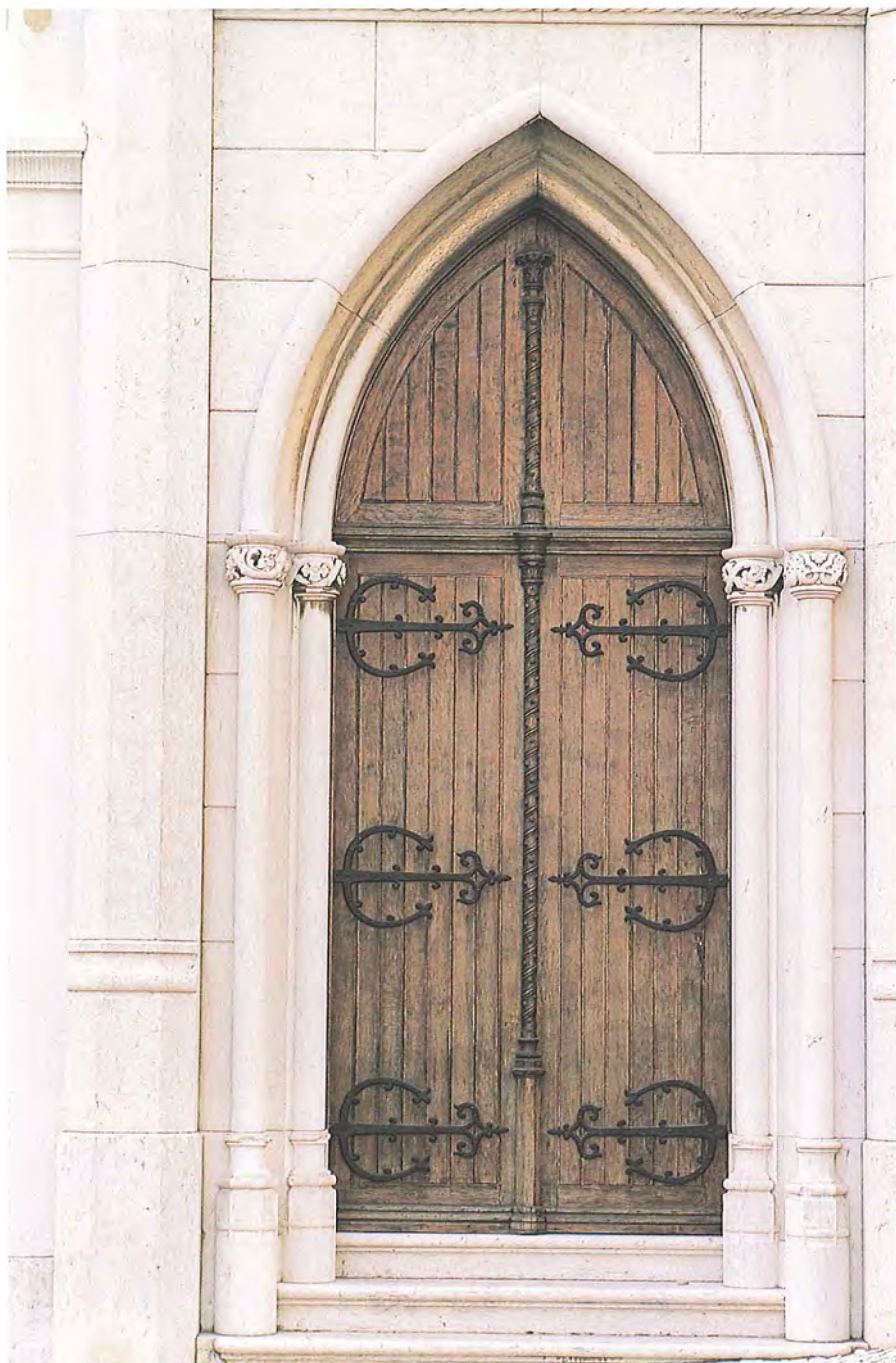
²⁵ IAN/TT, Vínculos, Lisboa, n.º 24, fl. 16.

FRANCISCO MANUEL TRIGOSO DE
ARAGÃO MORATO

*Óleo s/tela, 91x71 cm, n/datado,
provavelmente dos anos 20 do
século XIX, de autor desconhecido,
escola portuguesa, pertencente aos seus
herdeiros — hoje guardado na Quinta
de Matacães.*

Além de Francisco Morato Roma, notável médico seiscentista e possível instituidor do morgado do Roma, destaca-se entre os proprietários Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, figura de intelectual e político do agitado período da instauração do liberalismo em Portugal. Sócio da Academia das Ciências, tal como seu irmão Sebastião Mendo Trigoso, foi responsável pela publicação de algumas das *Memórias da Academia*. Constituinte de 1820, pertenceu à ala mais moderada, vindo a ser elevado a par do Reino pela rainha D. Maria II. Deixou um volume de memórias pessoais, onde a par de alguma informação de interesse meramente familiar, conta alguns detalhes sugestivos sobre os acontecimentos do período controverso em que viveu.

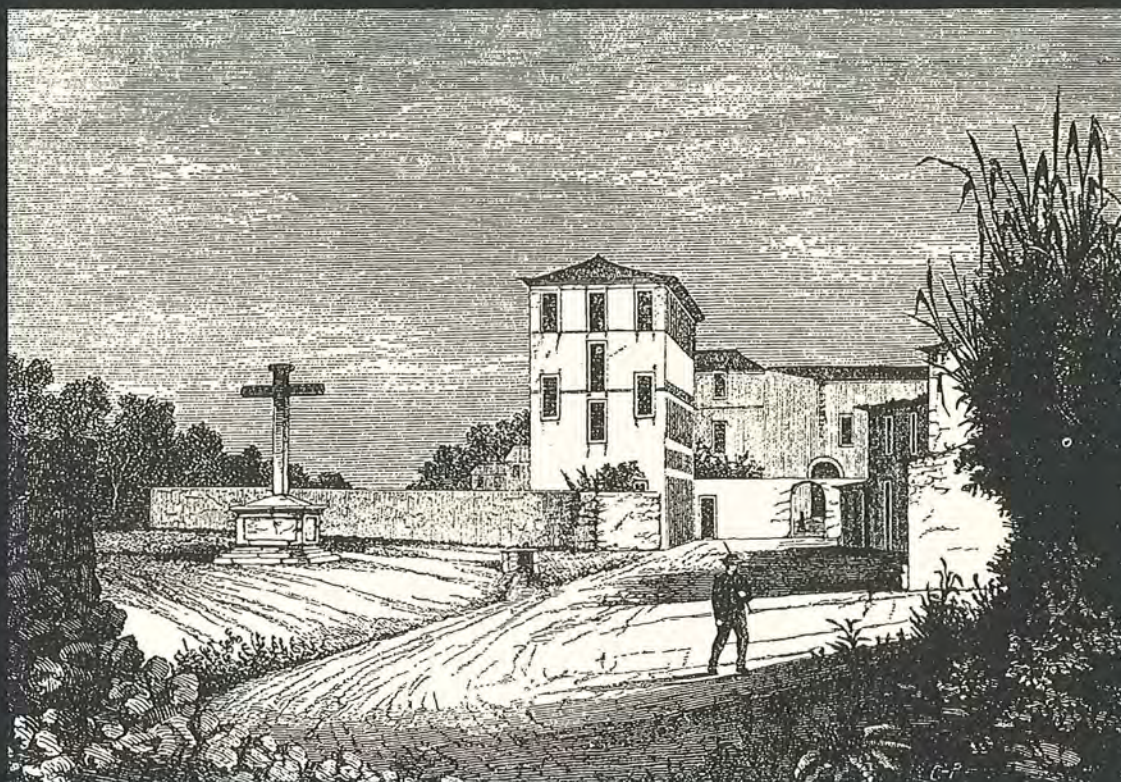






A capela da Quinta do Roma, com entrada pela Calçada das Lajes, é o apontamento arquitectónico de mais interesse deste conjunto. Erguida na segunda metade do século XIX, em estilo neogótico, impecavelmente conservada, apresenta ainda uma unidade formal sem acrescentos nem alterações. Destaque-se a delicadeza da arcaria que suporta a abóbada e da fina decoração relevada da imposta que corre ao longo da parede, bem como o trabalho cuidado das madeiras e gradeamentos, quer das portas, quer do altar com sacrário e retábulo. (JSM)



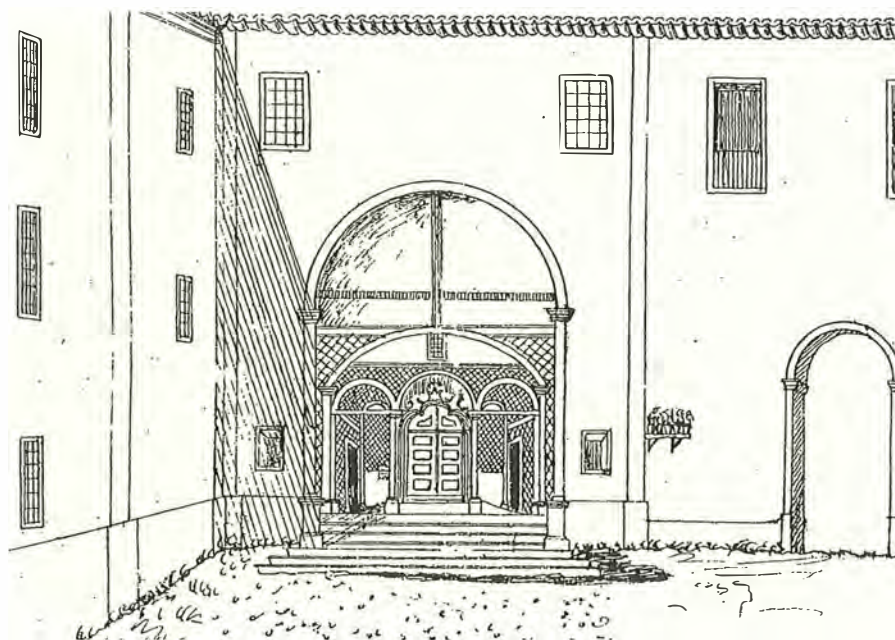


Em cima: Convento de Chelas, segundo ilustração publicada no *Archivo Pittoresco*, T. VII, 1864.
Ao lado: fachada do Convento de Chelas, segundo o desenho publicado por Gonzaga Pereira.

UM PASSEIO A CHELAS

O Vale de Chelas é uma das referências centrais da Zona Oriental de Lisboa, merecendo a sua riqueza histórica e patrimonial só por si um estudo autónomo. No entanto, dado o âmbito mais restrito a que o *Caminho do Oriente* foi restringido, limitamo-nos a um pequeno passeio pontuado por alguma informação surgida ao longo da investigação. A ausência de dados anteriores torna o Vale de Chelas um caminho de surpresas onde quase tudo ficará por conhecer.

Para se poder ter uma ideia mais aproximada da realidade histórica desta zona, convém fazer uma abordagem sucinta do seu esquema viário, começando por tentar esquecer a presença hoje dominante da Rua Gualdim Pais, via central de todo o vale, aberta em 1933 no terreno consolidado do antigo esteiro fluvial e entroncando no seu término na parte final da antiga Estrada de Chelas. Esta última, parte integrante do antigo caminho oriental, iniciava-se a seguir à Cruz da Pedra, seguindo pela encosta do vale no sentido poente, até atingir o Convento de Chelas. Dela saíam algumas azinhagas, entre as quais convirá citar, à direita, a da Amorosa, depois rua, que descia para Xabregas, a Calçada de Santa Catarina a Chelas,



conduzindo directamente em subida acentuada para o planalto da Quinta da Salgada e ligando à Estrada de Marvila, ou, ainda, a Rua de Cima a Chelas, mais junto ao convento.

Na encosta oposta, ou seja do lado esquerdo, subiam a Rua do Sol a Chelas, a Calçada da Picheleira, ou a Calçada de Teixeira, junto à Quinta da Conceição.

Só a partir da noção exacta desta rede viária é possível tentar identificar as múltiplas propriedades existentes na zona, hoje muitas delas desaparecidas ou profundamente transformadas ou, ainda, truncadas pela abertura de novas vias, como é o

caso da referida Rua Gualdim Pais.

Por exemplo, o único palácio que surgia referido na zona era o dos viscondes de Fonte Arcada, levando, em obra anterior (*Lisboa, Um Passeio a Oriente, 1994*), à identificação precipitada da belíssima fachada côncava barroca a meio da Estrada de Chelas, hoje municipal, com a quinta destes titulares. No entanto, a leitura atenta dos Registos da Décima, a partir de 1762, informam que a quinta dos Fonte Arcada era a terceira do lado direito na Estrada de Chelas, ficando esta que nos ocupa do lado esquerdo e bastante mais à frente. Mais nos diz o referido registo que do



Dois apontamentos do velho traçado da Estrada de Chelas.

da Estrada de Chelas entroncar com a Gualdim Pais, e do mesmo lado esquerdo da referida fachada barroca, fica a Quinta da Conceição, com menos problemas de identificação. É um bom exemplar da quinta arrabaldina, com pátio, pequena capela e varanda sobre a estrada. O construtor foi José Soares de Melo, herdeiro (1697) dos prazos do pai, Francisco Nunes Santarém, da Junta do Comércio. Em 1736 doou os prazos já com casas nobres a António Van Pratt, membro de uma importante família de negociantes flamengos, sucedendo-se depois uma série de proprietários sem relevo. O elemento mais interessante revelado pela documentação é a propriedade matricial, pois a maioria



dos foros são pagos a freguesias de Lisboa — como São Bartolomeu ou Santa Justa —, e aos conventos de São Vicente e Chelas. Como a vizinha área de Marvila se dividia originalmente entre a Mitra e Cabido, algumas pistas se poderão abrir sobre a distribuição medieval da propriedade nesta parte arrabaldina de Lisboa, primordialmente entregue à estrutura eclesiástica, numa organização que se poderá admitir como possivelmente anterior à conquista de 1147. O ponto de atenção do vale é ainda o seu velho convento. Trata-se da mais antiga casa monástica de Lisboa, cujas origens remontam ao período visigótico e ligadas à lenda

de São Félix, orago do mosteiro. No local se ergueria possivelmente uma vila romana — de que existem achados arqueológicos —, depois adaptada a recolhimento monástico dobrado, ou seja, masculino e feminino, à maneira antiga peninsular. Só em 1219 o bispo de Lisboa D. Soeiro Viegas entregou a casa de Chelas às Cónegas Regrantes de Santo Agostinho, versão feminina dos Crúzios de São Vicente de Fora. Além do traçado muito alongado da sua igreja de uma só nave — aliás familiar do de Santa Cruz de Coimbra, da mesma congregação — resta um belo portal manuelino, hoje resguardado pelo pórtico com *serliana* erguido nas obras



patrocinadas pelo arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro (1604). Da mesma época é o claustro, bastante elegante no equilíbrio das colunatas dos seus dois andares. Com uma história acidentada após o fecho dos conventos, foi fábrica de pólvora, Colégio das Missões e, finalmente, nele se instalou o Arquivo Geral do Exército. Deixamos, assim, o Vale de Chelas — hoje uma área em profunda transformação — com a certeza de que quase tudo fica por saber e que o misto desarrumado do tom rural e da lógica industrial que marca esta zona estará mais dia menos dia condenado a desaparecer. O que se pode pedir é algum cuidado nessa mais que inevitável reconversão. (JSM)



QUINTA DA CONCEIÇÃO

Bom exemplar de quinta arrabaldina da transição dos séculos XVII para o XVIII, esta casa, construída por José Soares de Melo, é sobretudo



significativa por ter pertencido a partir de 1736 à família Van Pratt, de origem flamenga, instalada em Lisboa como muitos outros estrangeiros pelas ligações ao grande comércio ultramarino. Jácome Van Pratt, natural de Antuérpia, era já morador em Lisboa em 1685, casado com uma portuguesa e pai de outro Jácome e de António, futuro proprietário desta quinta, e de duas filhas, casadas respectivamente com João Baptista Van Zeller, morgado nos Olivais, e Joaquim Jansen Moler, demonstrando bem a rede de alianças e de interesses entre as comunidades estrangeiras estabelecidas em Lisboa. António Van Pratt foi activo comerciante com a Índia e o Brasil com abastada



casa na região de Lisboa, morrendo em 1743 e instituindo por testamento um morgadio. Sucedeu-lhe o filho mais velho, José António Van Pratt, cego de nascença e figura turbulenta pelas questões que levantou ao longo da vida, deixando memória nem sempre simpática na zona de Chelas, onde ficou gravada a figura irascível de feitio quezilento que se deslocava guiado por *um menino*, indispensável bordão da cegueira. Além das casas e dos restos mais ou menos preservados, a história dos lugares é também feita destas figuras lendárias que perturbam pelo seu comportamento a vida pacata de uma zona de quintas, hoje esfumada por uma pressa sem lugar para o cultivo de memórias. (JSM)



FACHADA EM RUÍNAS NA ESTRADA DE CHELAS

Entre os muitos casarões em ruínas na Estrada de Chelas sobressai esta longa fachada esventrada (*em cima*),

onde no seu interior funcionou depois uma grande unidade industrial (ver *Guia do Património Industrial*). Junto dela encontra-se um belo portal (ao lado) redondo de cantaria rusticada, possível acesso ao indispensável pátio nobre da quinta. Trata-se de um conjunto de grandes dimensões que parece corresponder pela sua localização às referências que nos Livros da Décima são feitas à quinta dos Jaques de Magalhães, viscondes de Fonte Arcada, a terceira grande propriedade da Estrada de Chelas, um dos palácios mais citados na referida via pública. No entanto, só uma investigação mais aturada poderá eventualmente vir a esclarecer esta identificação. (JSM)



QUINTA NA ESTRADA DE CHELAS

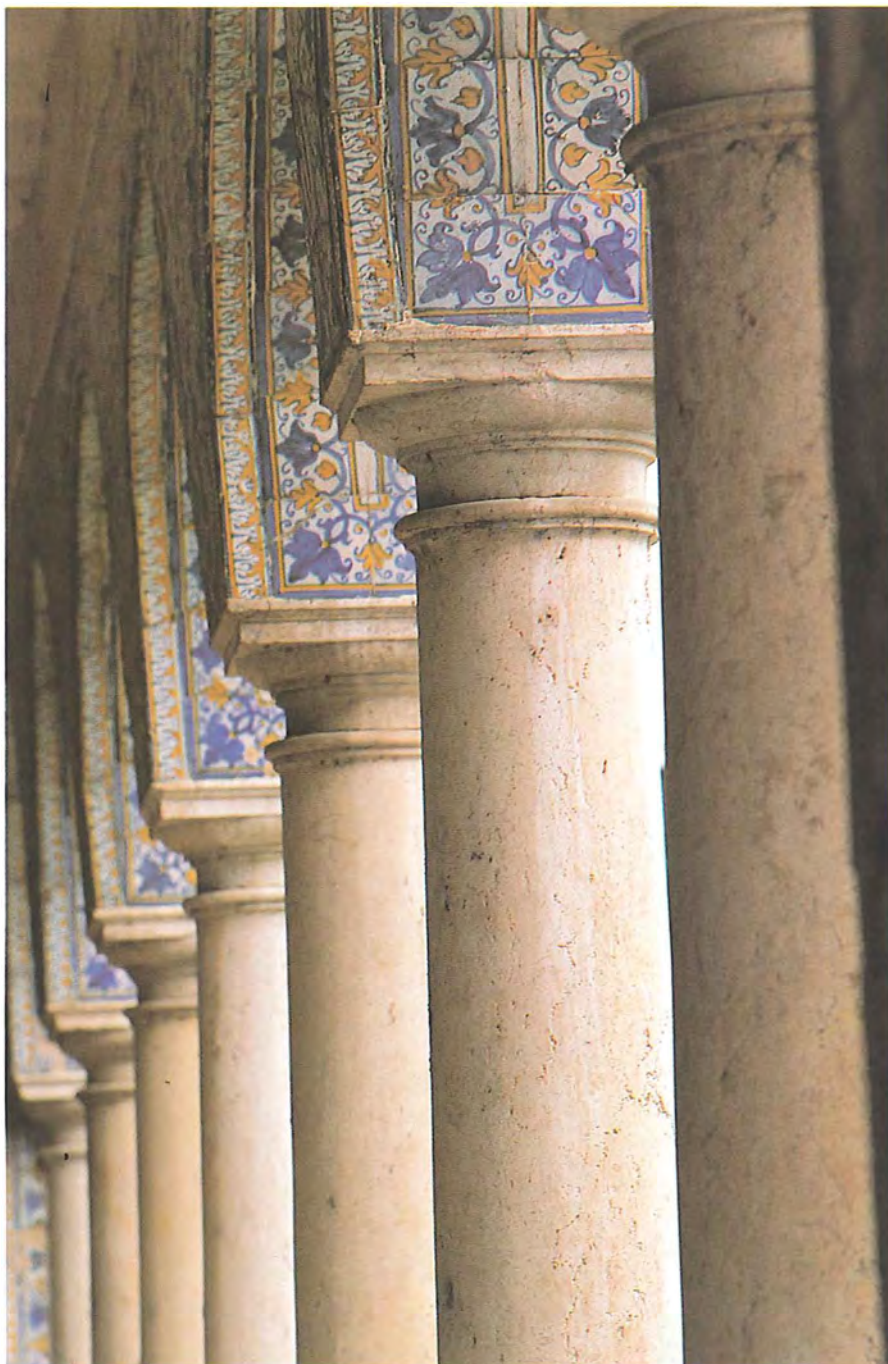
No cômputo geral do Vale de Chelas, impõe-se do lado esquerdo uma belíssima fachada barroca, peça de grande relevo para o estudo da arquitectura civil setecentista lisboeta. Inicialmente identificada como a quinta dos viscondes de Fonte Arcada (*Lisboa, Um Passeio a Oriente*), veio a revelar-se incorrecta tal atribuição por razões já acima aduzidas. Será possivelmente a casa da quinta dos condes de Vimieiro, embora como se afirmou se mantenham algumas dúvidas sobre esta nova identificação. No entanto, o que não oferece dúvidas é a importância estética do conjunto arquitectónico, de sabor erudito e revelando um refinado manuseamento das várias componentes que

equilibram a fachada. Esse equilíbrio provém de um jogo muito subtil entre três corpos que se articulam em convexo, contrariando-se o número ímpar desses corpos pela afirmação decidida do jogo rigorosamente simétrico dos pares de aberturas: seis em cada piso nos corpos laterais e seis no central, correspondendo neste duas delas aos portais de acesso. Note-se, ainda, que a dominante horizontal desta fachada de dezoito aberturas é contrariada pelo desenho muito esguio das sacadas do piso nobre — de sabor já *rocaille* no seu alongamento quase excessivo — e, sobretudo, pela conjugação do desenho refinado das cantarias que ligam os portais à janela superior e estas às pedras de armas, propositadamente realçadas numa



linguagem simbólica pela curva desenhada na cornija, elemento dinâmico que ondula e anima todo o conjunto. Não se poderá deixar de apelar aos serviços camarários ali instalados para que tapem o óculo recentemente aberto no centro do piso nobre, que destrói o rigor arquitectónico deste belo conjunto. Hoje prejudicada pelo caminho-de-ferro que a amesquinha e por se encontrar numa garganta da via pública que naturalmente terá de ser alargada, talvez a solução mais ajustada para salvaguardar esta peça notável seja a sua possível transladação para outro local neste Vale de Chelas onde se possa fruir toda a dimensão estética desta fachada que tanto enobrece o património lisboeta. (JSM)





AS LENDAS DE CHELAS

Envolto nas brumas da lenda, o Convento de Chelas é um dos lugares mais míticos de Lisboa.

D. Rodrigo da Cunha, na sua *História Eclesiástica de Lisboa*, fixou para sempre a história fabulosa de um templo de vestais romanas, fantasia que tem a particularidade de acentuar a efectiva ocupação contemporânea do sítio, confirmada pela arqueologia, possivelmente uma vila dedicada a explorar as extraordinárias condições de fertilidade do vale, servido então pelo esteiro do rio.

Mais tarde fala a lenda da chegada das relíquias de São Félix, em período visigótico, mas que certamente marcará a influência bizantina vinda por mar, já que as relíquias se afirmam provenientes de Gerona, cidade catalã sob domínio bizantino que, muito sintomaticamente, teve então como bispo João de Biclara, natural de Santarém, e notável cronista.

Mais tarde ainda, cerca do ano 800, ao tempo de Afonso II das Astúrias que conquistou Lisboa — contemporâneo de Carlos Magno e São Leão Magno, período fugaz de euforia cristã — reza a memória lendária sobre a vinda das relíquias de Santo Adrião, ou Adriano, e sua mulher Natália, mártires da Bitínia, destinado o primeiro a culto

significativo na zona lisboeta, ainda lembrado no toponímia. Essas variadas relíquias constituem uma das poucas memórias dessa Lisboa nebulosa anterior à Reconquista, a merecerem por certo uma atenção mais cuidada no tratamento das informações que podem de facto conter. A verdade é que essas ditas relíquias sempre foram cuidadosamente preservadas como tesouro precioso pelas Cónegas de Chelas, dedicando-se-lhes, nas grandes obras de inícios de Seiscentos, sob o patrocínio do arcebispo D. Miguel de Castro, os dois altares que ladeiam o arco da capela-mor. (JSM)





Nesta página, em cima, banco de azulejos no claustro de Chelas e pormenor do portal de acesso à igreja; em baixo, tanque central do claustro e pia de água-benta à entrada da igreja. Na página ao lado, galilé seiscentista de acesso à igreja de Chelas.







CAMINHO DO ORIENTE

